

A Fortaleza de Santo Antônio de Ratores em Santa Catarina (Brasil) e o seu uso patrimonial

Dissertação de Mestrado

Jefté Brandão Januário

Mestrado em
**Património, Museologia e
Desenvolvimento**



A Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles em Santa Catarina (Brasil) e o seu uso patrimonial

Dissertação de Mestrado

Jefté Brandão Januário

Orientadores

Prof. Doutora Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento



Agradecimentos

Eu fico imensamente agradecido a Deus – que ele seja louvado em nome do nosso Senhor Jesus Cristo -, pelas bênçãos, forças e paciência que desde a minha infância ele tem me concedido. Registro também a minha gratidão aos meus pais e irmão – que Deus os abençoe -.

Deixo registrado os meus agradecimentos aos professores da Universidade dos Açores (UAç), que embora pela distância que o atlântico nos separa, agiram sempre com paciência, atenção e com muita cordialidade. Aproveito para registrar o nome de cada um deles: Rui Américo Moreira Sousa Martins, Susana Maria Goulart Pereira Costa, Mário Paulo Martins Viana, Igor Espínola de França, Licínio Tomas, e principalmente pela minha orientadora Maria Isabel Whitton Terra Soares de Albergaria, pela paciência e ajuda na elaboração da dissertação. Não poderia esquecer o apoio que a equipe dos Serviços Acadêmicos da UAç me prestou nesses dois anos, em especial à Nélia da Conceição Neves Soares Carreiro.

Deixo registrado os meus agradecimentos também aos amigos Jeff Franco e Marli Cristina Scomazzon.

Agradeço pela colaboração do amigo Roberto Tonera e do Joi Cletison Alves, que enriqueceram esta dissertação com suas entrevistas. Agradeço a Liliane Janine Nizzola pela atenção e entrevista concedida, que foi fundamental na construção deste trabalho. Agradeço ao amigo André Linhares Gerent e ao Pedro Mulbersted Pereira.

Fico grato pelas instituições cujos materiais serviram de base para a elaboração deste trabalho: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC); 14^a BDA INF MTZ (14^a Brigada de Infantaria Motorizada). Sobre este último, eu gostaria de agradecer a quatro pessoas: General Richard Fernandez Nunes, Major Souza Rodrigues, Capitão Carlos Lima e ao Subtenente Posselt.

Agradeço a Andreia Pinto Gil Marques pela colaboração.

Agradeço também a Érica Alves da Silva pela sua compreensão e paciência.

Resumo

Querer contar resumidamente os duzentos e setenta e oito anos das fortalezas catarinenses, daria no mínimo uma enciclopédia, de tantos documentos, iconografias e depoimentos que existem em arquivos e bibliotecas. Por isso, neste trabalho será abordado tão somente a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, também conhecida simplesmente como Ratonos. A metodologia usada foi abordar o porque da sua construção, quem a construiu, o seu papel durante os séculos que seguiram a sua edificação, o seu restauro no século XX e a sua importância para os nossos dias. Além de abordar os aspectos históricos da Fortaleza de Ratonos, foi pormenorizado detalhes técnicos, principalmente no que concerne ao ramo da arquitetura, quando da sua construção e restauro nos anos 1990. Para embasar os dados recolhidos nos documentos levantados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, na 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, no Instituto Histórico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e nas biografias consultadas, foram feitas entrevistas com duas pessoas que devotaram mais de trinta anos e ainda continuam a trabalhar com as fortalezas: o arquiteto Roberto Toner e o historiador Joi Cletison Alves, ambos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para contrabalançar, foi entrevistada também a superintendente regional do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Janine Nizzola.

No âmbito das entrevistas surgiram propostas para que a Fortaleza de Ratonos pudesse potencializar o seu atrativo turístico, sem contudo, depreciar o seu valor histórico. Foi possível detectar na fala dos depoentes o que seria viável ou não nesse aspecto, bem como os problemas de gestão que afetam em muito, projetos de revitalização cultural e da estrutura física das fortalezas. Durante as pesquisas, foi tomado o cuidado para se isentar de rivalidades entre personagens envolvidos no restauro da fortaleza de Ratonos e dos órgãos ou instituições que eles representam. Embora precise de uma gestão mais madura, foi constatado que o trabalho feito na Fortaleza de Ratonos vem ganhando notoriedade nacional e internacional, estando prestes a se tornar um patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Palavras-Chave: Fortaleza de Ratonos, Restauro, História, Arquitetura

Abstract

To tell about the three fortresses in one job, is to want to be very prone to pride. Wanting to briefly recount the two hundred and seventy-eight years of the fortresses would give at least an encyclopedia, of so many documents, iconographies, and testimonials that exist in archives and libraries. Therefore, in this work will be approached only the fortress of St. Anthony of Ratonés, or simply Ratonés. The methodology used was to discuss the reasons for its construction, who built it, its role during the centuries that followed its construction, its restoration in the 20th century, and its importance for the present day. In addition to addressing the historical aspects of the Fortress of Ratonés, technical details were detailed, especially in what concerns the branch of architecture, when it was built and restored in the 1990s. To support the data collected in the documents in the Public Archive of the State of Santa Catarina, in the 14th Motorized Infantry Brigade, in the Historical Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN), and in the biographies consulted, two interviews were made with two people who devoted more than thirty years, and still continue to work with the strengths: The architect Roberto Tonera, and the historian Joi Cletison Alves, both servers of the Federal University of Santa Catarina (UFSC). To counterbalance, was also interviewed the regional superintendent of IPHAN in Santa Catarina, Liliane Janine Nizzola.

Within the scope of the interviews, proposals were made so that the Fortaleza de Ratonés could enhance its tourist attraction, without, however, depreciating its historic value to the detriment of capital. It was possible to detect in the speech of the deponents what would be feasible or not in this aspect, as well as the management problems that affect much, projects of cultural revitalization and the physical structure of the fortress. During the polls, care was taken to exclude rivalries between characters involved in the restoration of the fortress of Ratonés and the organs or institutions they represented. Although it needs a more mature management, it was verified that the work done in Fortaleza de Ratonés has been gaining national and international notoriety, and is about to become a patrimony of humanity by UNESCO.

Keyword: Fortress of Ratonés, Restoration, History, Architecture.

Lista de Abreviaturas e Siglas

14ª BDA INF MTZ- 14ª Brigada de Infantaria Motorizada

AAMVM - Associação dos Amigos do Museu Victor Meirelles

ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

CCA- Centro de Ciências Agrárias

BESC - Banco do Estado de Santa Catarina

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

DEATUR - Departamento Autônomo de Turismo

DEPAE - Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia

DAC - Departamento Artístico e Cultural

ETUSC - Escritório Técnico e Administrativo da UFSC

FAPEU - Fundação de Ampara à Pesquisa e Extensão Universitária

FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

NEMAR - Núcleo dos Estudos do Mar

NEA - Núcleo de Estudos Açorianos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PIB - Programa Integrado de Bolsas

SDGM - Serviço de Documento-Geral da Marinha

SETUR - Secretaria Municipal de Turismo

SEPEX - Semana de Ensino Pesquisa e Extensão

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UAç – Universidade dos Açores

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

Citur - Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina

Lista de Imagens

1. Mapa de Santa Catarina	p.16
2. Foto panorâmica da Fortaleza de Ratonos	p. 28
3. Mapa esquemático da localização das fortificações da Ilha de Santa Catarina, ainda existentes e já desaparecidas	p. 30
4. Ruínas da Fortaleza de Ratonos	p. 34
5. Edifícios da Fortaleza de Ratonos	p. 35
6. Obras de restauração da Casa da Palamenta da Fortaleza de Ratonos	p. 49
7. Fortaleza de Ratonos durante os serviços de limpeza realizados em 1962	p. 127
8. Limpeza ocorrida na Fortaleza de Ratonos em 1982	p.128
9. Fortaleza de Ratonos durante as obras de restauração ocorridas em 1990	p.129
10. Fortaleza de Ratonos durante as obras de restauração ocorridas em 1990	p.130
11. Vista dos Quartéis durante as obras de restauração da Fortaleza de Ratonos	p. 131
12. Planta da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos	p. 132
13. Planta, corte e elevação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos	p.134
14. Planta Geral de situação, escala 1:200, que integra o levantamento cadastral das estruturas arruinadas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, realizado em 1987	p.135
15. Vista frontal da Fortaleza de Ratonos	p.136
16. Placa colocada na Rampa de Acesso à Fortaleza de Ratonos	p.137
17. Um canhão Whitworth, permanece "protegendo" o porto da Fortaleza de Ratonos	p.138
18. Paiol da Pólvora encontra-se até hoje em estado de ruínas. Não tem previsão de restaurá-lo	p.139
19. Fonte de Água que se encontra no início da Rampa de Acesso da Fortaleza de Ratonos	p. 140
20. Conjunto arquitetônico da Fonte de Água	p.141
21. Vista aérea da Ilha de Ratonos Grande	p.142
22. Visita do Presidente dos Açores, o Srº João Bosco Soares Mota Amaral, à Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, em abril de 1991	p. 143
23. Croqui da ossada encontrada durante prospecções arqueológicas na Fortaleza de Ratonos	p.144
24. Detalhe de escavação arqueológica realizada em dezembro de 1990	p.145

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	2
Resumo	3
Abstract	4
Lista de Abreviaturas e Siglas	5
Lista de Imagens	7
Sumário	8
Introdução	10
1. A Ilha de Santa Catarina e a sua importância estratégico- militar para Portugal.....	15
1.1 A disputa pela ilha catarinense	15
1.2 A vinda de açorianos e madeirenses para Santa Catarina no século XVIII	18
1.3 Os arquitetos militares e a defesa de Santa Catarina	19
1.3.1 A influência da arquitetura e engenharia militar portuguesa em Santa Catarina	20
1.3.2 O engenheiro Silva Paes e a sua obra defensiva	24
1.4 Aspectos arquitetônicos das fortalezas catarinenses	26
1.5 Os usos da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos ao longo do século XIX e XX	30
1.5.1 O mito da inutilidade das fortalezas catarinenses	33
2. Fortaleza de Ratonos: restauro, educação e preservação de valores culturais.....	37
2.1 Santo Antônio de Ratonos e as primeiras medidas de proteção patrimonial	37
2.2 Intervenções de limpeza e proteção patrimonial	38
2.3 Prospecções arqueológicas	41
2.4 Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na História Brasileira	45
2.4.1 O restauro da Fortaleza de Ratonos	47
2.4.2 Uso do patrimônio histórico da fortaleza de Ratonos para fins educacionais	49

2.4.3 As aplicações da Convenção de Paris no âmbito da Fortaleza de Ratonos	53
3. O modelo de gestão da Fortaleza de Ratonos: problemas e desafios	55
3.1. Patrimônio, museologia e desenvolvimento: o caso da Fortaleza de Ratonos	55
3.1.1 A definição de um patrimônio	56
3.1.2 Museologia: o exemplo da Fortaleza de Ratonos	58
3.1.3 Desenvolvimento: a Fortaleza de Ratonos e o seu pioneirismo sustentável	59
3.2 O papel do gestor cultural para o desenvolvimento de ações voltadas para a divulgação do patrimônio histórico	61
3.3 A Fortaleza de Ratonos e a sua subutilização patrimonial e turística	64
3.3.1 Parceria público-privada: o que é melhor para a Fortaleza de Ratonos?	66
Conclusão	72
Bibliografia	76
Documentos primários	82
Anexo 1. Entrevista com Roberto Tonera	83
Anexo 2. Entrevista com Joi Cletison	103
Anexo 3. Entrevista com Liliane Janine Nizzola	115
Anexo 4. Visitantes na Fortaleza de Ratonos na década de 1990	121
Anexo 5. Visitantes nas fortalezas catarinenses no ano de 2016	125
Anexo 6. Fotos e Plantas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos	127
Anexo 7. Convênio celebrado entre Marinha de Guerra do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1990, para o uso da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos.....	146

INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina, localizado no Sul do Brasil, embora seja pequeno, possui uma rica diversidade de culturas e tradições, graças ao mosaico de etnias que ali se encontram, oriundos de diferentes ramos de imigrações ou de povos autóctones: açorianos, madeirenses, alemães, italianos, libaneses, polacos, índios, negros, etc. Uma dessas etnias, não mais e não menos importante do que as demais, se sobressaiu desde a década de 1730 no litoral desse Estado, quando ergueu imponentes sistemas de defesas para a proteção e delimitação do incipiente território brasileiro: os açorianos. Saídos de sua terra natal para a região meridional do Brasil, eles fizeram parte do projeto da coroa portuguesa de povoamento e construções de fortalezas.

Ao longo dos anos, vários foram os desafios de Portugal para assegurar o seu controle sobre as terras brasileiras, inclusive onde hoje fica situado a Ilha de Santa Catarina. Um desses portugueses que teve a sua história ligada ao desenvolvimento dessa região e que projetou a catedral de Florianópolis, a Casa do Governador e as três mais importantes fortalezas do Estado – Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés -, foi o brigadeiro José da Silva Paes. Hoje ele empresta o seu nome a ruas, quartéis, edifícios, etc. Durante dez anos (1739-1749), Silva Paes foi o primeiro governador da então capitania de Santa Catarina, e foi na sua gestão que veio maciçamente a vinda de açorianos e madeirenses para a nova pátria.

A vinda para o Novo Mundo representava para açorianos e madeirenses não só uma política do governo português de colonizar e povoar um outro continente além-mar, mas também a fuga da miséria, da fome, dos desastres naturais de seus respectivos arquipélagos e da conturbada conjuntura política da época. Foi um momento marcado por desafios e superação ao longo dos séculos.

Nos primeiros séculos de sua existência, XVIII ao XIX, as fortalezas projetadas pelo brigadeiro Silva Paes tiveram papel de vital importância no âmbito militar, e no final do século XIX, serviram como portos para embarcações nacionais e estrangeiras, e hospitais de quarentena. Após a invasão dos espanhóis em Desterro, em 1777, as fortalezas caíram na torpe visão dos leigos e dos estudiosos como sendo construções que nunca valeram para o seu propósito original: assegurar a presença portuguesa no sul do Brasil. Santa Catarina e Rio Grande do Sul eram de vital importância para Portugal, para ter acesso as riquezas do Rio da Prata (entre Uruguai e Argentina), disputados entre portugueses e espanhóis.

Por séculos, foi árduo o trabalho de manter as fortalezas em estado operacional. O alto custo dos reparos, juntando com o parco investimento da coroa portuguesa e mais tarde do governo

independente do Brasil, deixou as fortalezas no final do século XIX e na entrada do século XX em precárias situações. Com o advento da tecnologia militar e da aviação, as fortalezas foram vistas como obsoletas no seu papel de defesa. A desculpa pelo seu abandono no século XX foi: “elas não serviram para defender a Ilha catarinense da invasão espanhola em 1777”.

A razão de fato era outra. A incompreensão da população e dos órgãos de proteção patrimonial, aliados a falta de verbas para restaurar e conservar um patrimônio histórico que faz parte de Santa Catarina e do Brasil em geral, foi a principal causa do abandono, depredação, destruição e esquecimento das fortalezas. Até hoje, a invasão de 1777 está na cabeça de muitos como uma espécie de bode expiatório para a desculpa do abandono, e da pouca importância que muitos ainda persistem em dar para desqualificar as fortalezas como bens de instrumento de importância histórica, e agora como propagadoras da educação patrimonial e museológica.

Na virada para o século XX, por um breve período a fortaleza de Ratoles viria a ser usada somente como depósito de carvão para a Marinha brasileira, isso em 1907. Rapidamente ela deixou de servir para este fim, sendo abandonada e ocupada por densa vegetação, vindo a ser tombada como patrimônio histórico somente em 1938, pelo recém criado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a mais antiga instituição de preservação de bens culturais da América Latina, fundada em 1937.

Nos anos de 1928, 1933, 1937 e 1940, surgiram leis federais e estaduais que mostravam a importância de proteger os bens culturais com alto valor histórico para a nação, dispondo de diretrizes para alcançar estes objetivos e das sanções penais aplicadas para quem não respeitasse essas leis. Embora tardia, a Fortaleza de Ratoles começou a ser restaurada apenas no início da década de 1980, preliminarmente com ações de limpeza partindo de populares. Em 1989, através de uma parceria do SPHAN com a Universidade Estácio de Sá do Estado do Rio de Janeiro, foi feita uma grande prospecção arqueológica na Fortaleza de Ratoles. Através desse trabalho pioneiro nas fortalezas catarinenses, foi possível descobrir um pouco da sua gênese, bem como duas sepulturas que provava o uso dela como hospital no século XIX. Quem se destacou na coordenação desse trabalho foi o professor Hélio Viana e a arqueóloga Edna Morley.

Um outro entusiasta que enxergava o potencial da Fortaleza de Ratoles para o desenvolvimento cultural e econômico da região, foi o empresário Armando Gonzaga. Vendo que o poder público não tinha verbas para arcar com a despesa de limpeza da fortaleza, ele correu atrás da iniciativa privada, mais precisamente das agências de publicidade, para chamar a comunidade para este serviço. O resultado foi que em 1983 houve um mutirão formado por estudantes,

moradores locais e outros aventureiros para limpar a densa vegetação que tinha tomado de conta das ruínas de Ratonés. Além desse trabalho pesado, Armando Gonzaga pensou em “criar uma Associação particular de interessados na preservação do Patrimônio histórico e ecológico de Santa Catarina” na Fortaleza de Ratonés.

A limpeza e o restauro na Fortaleza de Ratonés deram muito certo. Porém, as ideias do Hélio Viana e do Armando Gonzaga para usá-la como centro cultural e ecológico, trazendo para dentro dela atividades complementares, não logrou êxito contínuo. É partindo desses casos de sucesso e de ruptura da continuação do processo de desenvolver na Fortaleza de Ratonés trabalhos culturais, e de valorização do seu potencial turístico e econômico, que esse trabalho de investigação surgiu.

O presente trabalho tem como objetivo responder a certas questões: como é usada e gerida hoje a Fortaleza de Ratonés? Quem são os responsáveis pela sua manutenção? Quais são as iniciativas desenvolvidas para potencializar o seu uso artístico, turístico, educacional e patrimonial? Quais são os sucessos alcançados pelos seus gestores? Quais desafios se fazem presentes no seu gerenciamento?

Para atingir os resultados propostos neste trabalho, foi feita primeira uma pesquisa ampla nos arquivos da cidade, tais como o Arquivo do Estado de Santa Catarina, Arquivo do IPHAN e Arquivo do Exército. O trabalho metodológico usado foi catalogar, fotografar e organizar todos os documentos encontrados. Na maioria das vezes foi preciso voltar e rever todos os documentos nessas instituições para sanar e fazer uma varredura de possíveis informações deixadas para trás. Foi tomado o cuidado para não ser reproduzido neste trabalho investigativo opiniões próprias, mas somente aquelas encontradas nas fontes pesquisadas. Em consequência disto, é transcrito de forma exaustiva o falar de pessoas, relatórios, reportagens, gráficos, ofícios, etc.

Embora a historiografia atual encare o termo “positivismo” como negativista, pois é uma metodologia que encara as fontes documentais como a última palavra, e ela tende a ignorar a versão não oficial, ela ainda continua sendo a base do ofício do historiador. Sendo assim, uma das metodologias do presente trabalho, foi usar de maneira quase exaustiva, as fontes encontradas nos arquivos históricos e transcrevê-las.

Como parte essencial da metodologia do presente trabalho, foram entrevistadas pessoas ligadas a manutenção da fortaleza de Ratonés tanto na UFSC como no IPHAN. O objetivo foi sair da dependência das fontes escritas nos arquivos, e ver a posição atual desses órgãos sobre a manutenção que elas vêm desempenhando na Fortaleza de Ratonés após quase três décadas de

limpeza, restauro e abertura de visitação ao público. As perguntas tiveram como base entender as informações encontradas nos arquivos. Após transcritas, as entrevistas foram enviadas por e-mail aos entrevistados e receberam permissão para serem anexadas neste trabalho. As opiniões dos entrevistados não refletem necessariamente a posição oficial das entidades em que elas trabalham.

Mas porque escrever um assunto sobre a Fortaleza de Ratoles, se há muitos trabalhos sobre ela? Há uma variedade de estudos sobre as fortalezas catarinenses feitas por historiadores locais já consagrados, como Walter Piazza, Maria de Fátima Piazza, Roberto Tonera, Sara Regina, Oswaldo Cabral, Eliane Veras da Veiga, João Mosimann e Lucas Alexandre Boiteux, para citar alguns exemplos. O objetivo foi escrever um trabalho a “contrapelo”, como dizia Walter Benjamim. Ou seja, não contar a história da Fortaleza de Ratoles, mas o seu uso patrimonial. O alvo é ver o mesmo objeto, mas a partir de um ângulo diferente.

Embora o tema sobre as fortalezas de Santa Catarina já tenham sido mencionados por historiadores locais, o que os difere para os novos trabalhos acadêmicos é o fato que os pesquisadores mais recentes abordarem a ligação desses espaços históricos com a comunidade ao seu entorno, e/ou com os sujeitos históricos que não eram citados na historiografia dita oficial, tais como o cotidiano dos soldados e suas famílias, o trabalho escravo tanto indígena como africano, vestimenta, alimentação e as disputas sociais que existiam na época. Hoje, os trabalhos acadêmicos abordam os recentes trabalhos arqueológicos, paisagístico, ecológicos e culturais também. Em suma, aparecem novos temas que estavam ofuscados pelas discussões tradicionais.

Um dos objetivos deste trabalho é fazer um link entre o pesquisador, professor, alunos, gestor, juristas e leigos que de alguma maneira, direta ou indiretamente, estão ou estiveram ligados a história da Fortaleza de Ratoles. Todos nós ainda temos muito que construir no processo de valorização, conscientização e coletivização da coisa pública e na educação sobre os nossos patrimônios históricos. Esse é um trabalho árduo e penoso, que somente com sacrifício e abnegação pode ser alcançado.

Um outro aspecto teórico que não foi deixado de lado, é como a definição de Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento se aplicam na Fortaleza de Ratoles. Embora o conceito de Patrimônio e Museologia sejam mais compreendidos, por outro lado o conceito que se tem de Desenvolvimento cultural continua dúbio e vago na sociedade brasileira. Para muitos, a ideia de usar um patrimônio como um meio para se ganhar dinheiro parece ser ainda tabu, algo imoral. Falta amadurecer esse assunto. Infelizmente esse tema não evolui, porque há uma resistência em abordar este conceito, principalmente por questões de ideologias políticas.

Nessa questão, entramos na seguinte pergunta: qual a melhor maneira de fomentar o desenvolvimento cultural, turístico e histórico junto da população local e visitantes em relação a Fortaleza de Ratonos? Privatizá-la ou não? Quais são os benefícios e os malefícios de se tomar essa medida? As opiniões se dividem, e infelizmente elas não chegam em nenhum consenso.

Para melhor situar o leitor, o presente trabalho está dividido em capítulos e subcapítulos. O primeiro capítulo visa mostrar porque Santa Catarina se tornou um ponto importante para a vinda de portugueses e a consequente militarização. No capítulo dois mostra o trabalho de restauro, educação e preservação na Fortaleza de Ratonos. No capítulo três é abordado o modelo de gestão, os problemas e desafios na gerência da Fortaleza de Ratonos.

A diferença do atual trabalho, é tentar mostrar o potencial de um patrimônio histórico como um ator vital dentro de uma sociedade em transformação. A Fortaleza de Ratonos não “morreu” no tempo, muito pelo contrário. Ela passou a ser um espaço voltado para a educação, no valor da preservação, da memória, da museologia, do patrimônio e do desenvolvimento cultural e sustentável.

1. A Ilha de Santa Catarina e a sua importância estratégico-militar para Portugal

1.1 A disputa pela ilha catarinense.

A pequena Ilha pertencente ao Estado de Santa Catarina - e também sede da capital do mesmo Estado, que outrora se chamava Desterro e passou a ser chamada de Florianópolis em homenagem ao segundo presidente do Brasil após a proclamação da República em 1889, Floriano Peixoto - tem um tamanho aproximado de 675,409km², e uma população estimada de 421. 240 hab. A flora da Ilha é constituída pela Mata Atlântica, característico de todo o litoral brasileiro.¹ A população catarinense é de aproximadamente 6.910.553.²

Florianópolis hoje atrai turistas e curiosos de vários pontos do Brasil e do mundo. Essa atração não vem apenas de agora. Séculos atrás, essa pequena ilha era alvo da cobiça das então nações europeias, ávidas de riquezas e de um porto natural onde poderiam encontrar víveres para suas viagens. Desterro reunia esses atributos e muito mais. O suíço-alemão Carl Friedrich Gustav Seidler, quando esteve em Santa Catarina no ano de 1825 escreveu:

“Os naturais da Ilha chamam-na com razão o “jardim do Brasil”; ela merece esse nome pela sua luxuriante vegetação, seu clima temperado extremamente saudável, e as encantadoras vistas que se tem para longe, de quase todos os pontos. Outrora esse jardim era lugar de desterro de criminosos portugueses, de onde o nome da capital; realmente por esse preço era-se tentado a praticar algum crime para também ser desterrado, pois era ceder um instante ao inferno em troca do resto da vida no céu”.³

O mesmo Seidler escreveu que os ingleses quase compraram a Ilha de Santa Catarina. Desterro era naquele tempo um ponto estratégico muito bem localizado na América meridional:

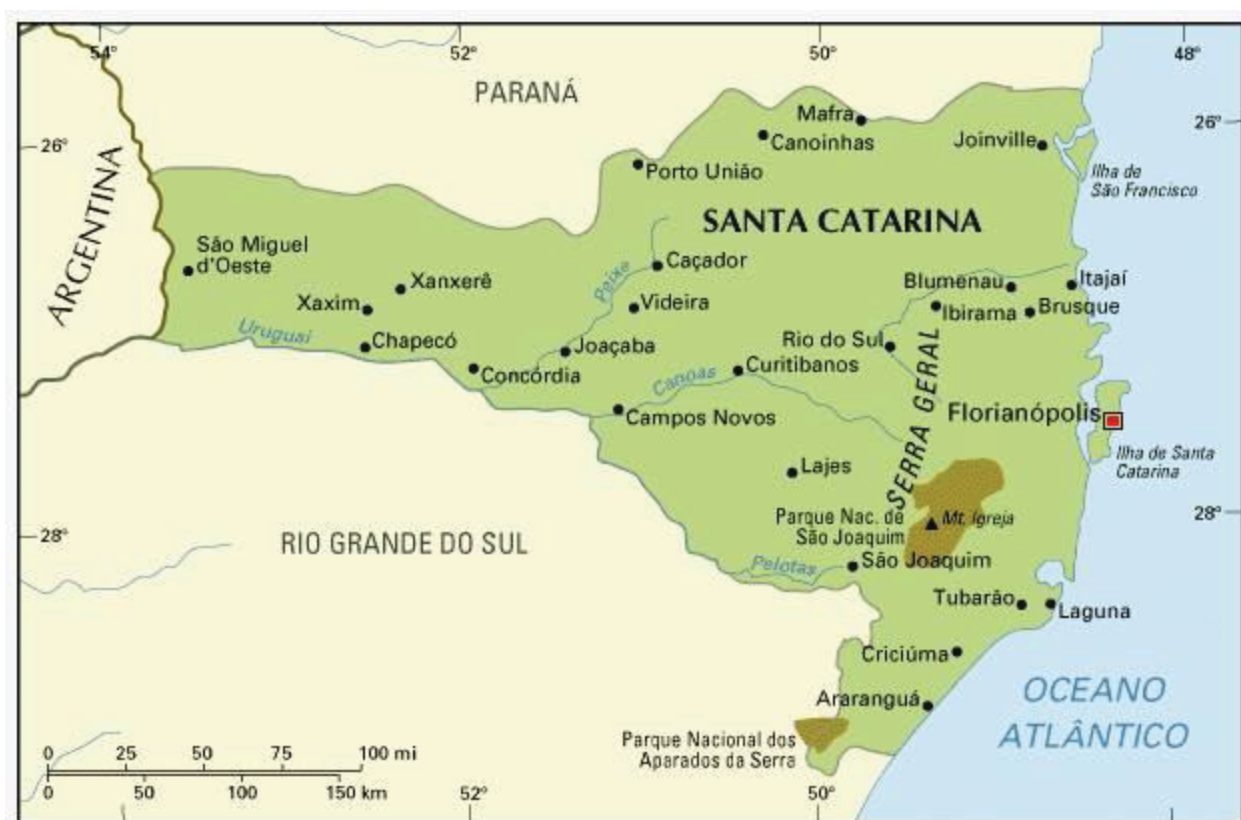
“É verdade que no continente fronteiro à Ilha a pobreza pode ser em geral muito grande, mas de nenhum modo pode-se dizer isso da Ilha. Ninguém sabe disso melhor e ninguém melhor sabe do verdadeiro valor dessa Ilha do que os especuladores ingleses, que na estatística novo cristã representam o papel do Judas eternamente migrante. Que indizíveis esforços já tem despendido o governo esperto e dissimulado dessa nação para poder pintar de encarnado no mapa mundial esta Ilha de Santa Catarina. Ela não trepidou de oferecer por ela milhões e de muito bom grado o primeiro negociante do Brasil, D. Pedro I, teria barganhado a bela Ilha, se o povo brasileiro nada dissesse. É fato que seria infinita a vantagem que a Inglaterra colheria da posse dessa Ilha, mas igualmente grande seria o prejuízo do Brasil; pois se já hoje o império é inundado de mercadorias inglesas, de tal maneira que não

¹ Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420540> Acessado em 30/10/2016.

² Portal de Notícias G1 Santa Catarina. **SC ultrapassa 6,9 milhões de habitantes em 2016, aponta IBGE**. In: RBS TV. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/08/sc-ultrapassa-69-milhoes-de-habitantes-em-2016-aponta-ibge.html> Acessado em 30/10/2016.

³ Martin Afonso Palma de Haro. (Org.) **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. - Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição. 236p. p. 280.

pode surgir qualquer indústria nacional, como não haveria de ser se esses especuladores pusessem pé firme no próprio império?⁴



1 - Mapa de Santa Catarina, com a Ilha destacado em ponto vermelho.⁵

Antes mesmo de Seidler escrever sobre a beleza e a importância que Desterro tinha, a coroa de Portugal já havia quase cem anos antes visto o seu potencial defensivo e a necessidade de colocar colonos para assegurar a sua possessão. Por séculos, o Rio da Prata no Uruguai, até Santa Catarina, permaneceu esquecido nos primeiros séculos de colonização tanto por portugueses como espanhóis. A situação só começou a mudar quando em 1680 os portugueses fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento, agora em território uruguaio, fazendo um intenso contrabando de gado, couro e prata. A coroa espanhola viu isso como uma violação dos seus domínios, e a violação do Tratado de Tordesilhas. O auge dessa disputa foi sentida em 1777, quando os espanhóis invadiram a Ilha catarinense, como uma forma dos portugueses saírem por completo da Colônia do Sacramento. A Ilha de Santa Catarina era um porto seguro onde as embarcações podiam

⁴ Martin Afonso Palma de Haro. ob.cit, p. 280.

⁵ PACIEVITCH, Thais. **Geografia de Santa Catarina**. In: InfoEscola: Navegando e Aprendendo. Disponível em: <http://www.infoescola.com/santa-catarina/geografia-de-santa-catarina/> Acesso em: 30/10/2016.

reabastecer-se de água, víveres, lenhas e receber reparos. Ela era o último porto seguro entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires.⁶

No dia 20 de fevereiro de 1777, uma força de mais de 12 mil espanhóis e mais de uma dezena de embarcações de guerra chegou na Ilha de Santa Catarina, tomando de assalto as fortalezas que a defendiam. Em um jornal francês da época, noticiando a saída da esquadra espanhola do Porto de Cádiz, lê-se:

De Espanha, a 3 de outubro

“O grande exército que o Rei de Espanha tem [...] de Cadis, consiste em 29 vasos de guerra grandes e pequenos, independentemente de mais de 200 carregamentos de transporte. O exército que passa sobre este [...] é de mais de doze mil homens; embarcando com eles um grande trem de artilharia, 4.300 bombas e um corpo considerável de engenheiros e também de artilheiros”.

Um oficial que estava nesse embarque, escreveu de Cádiz a um de seus amigos, e se exprimiu nesses termos:

“Nós passaremos pela América Meridional, onde, vamos ver o trono célebre de [...] dentro do Paraguai que vai retornar o teatro de guerra, que é o lugar de nosso destino. É conveniente que o Rei vá sustentar os seus direitos. Esta expedição deve se reunir às outras tropas que se encontrarem; embora seja desconhecido qual será o plano de suas operações, se presume que ela começará por um desembarque sobre o Brasil para atacar diretamente os postos que os portugueses ocupam nesta província, especialmente a Ilha de Santa Catarina, único porto que é cômodo para receber uma grande número nosso”⁷

Segundo o historiador catarinense Oswaldo Cabral, os espanhóis contavam com “117 embarcações, aproximadamente 670 canhões e um contingente de tropas de cerca de 12 mil homens”.⁸ Em contraste com esse número assombroso do contingente espanhol, a historiadora catarinense, Maria de Fátima Fontes Piazza, fez um levantamento de qual era o contingente das fortalezas mais importantes da Ilha catarinense, quando da chegada dos espanhóis. Os números descritos por ela mostram a deficiência defensiva da Ilha. A título de exemplo, ela escreveu que a guarnição da Fortaleza de Ratoles durante aquele episódio contava “com 13 peças [canhões] com uma guarnição de 60 homens pagos, 30 negros e 70 auxiliares.”⁹

De fato, era impossível um número tão pouco de soldados e atropa em geral, que estavam acostumados a ficarem abandonados pela Coroa de Portugal, passando anos sem soldo e sem

⁶ Roberto Tonera e Mário Mendonça de Oliveira. (Org.). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. - 2. ed., rev. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. 224 p.: il., tabs., mapas, plantas + 1CD ROM. p. 39-40.

⁷ Gazette de Cologne avec privilege de sa majeste imperiale di vendredi, 25 de octubre 1776. In: João Carlos Mosimann. **Ilha de Santa Catarina – 1777:1778 – A invasão espanhola** / João Carlos Mosimann – Florianópolis: Edição do autor, 2003. p. 26.

⁸ Oswaldo Rodrigues Cabral. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972. p. 120.

⁹ Maria de Fátima Fontes Piazza. **A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação Mestrado. Universidade de Brasília, DF, 1978. p. 113-117.

fardamento, andando mal vestidos, em trapos, velhos, doentes, aleijados e sem receber a ração diária, se sentir motivada a disparar uma bala contra um grande e atemorizante exército invasor. Sobre a situação precária de alguns soldados, Oswaldo Cabral diz que “os aleijados e impossibilitados de servir, se não tivessem outro meio de vida, poderiam ser conservados no Regimento; e os velhos e doentes que pudessem fazer ainda algum serviço, deveriam ser conservados enquanto puder ser, atendendo à grande falta que há, permitindo-lhes fazer o serviço com moderação ou nas Fortalezas, ou onde parecer mais suave. *Mas nada de baixas*”.¹⁰

De qualquer forma, como noticiado no jornal francês, o ponto de desembarque seria a Ilha catarinense. Porém, mesmo após essa invasão, verifica-se que Desterro continuou a ter grande importância no século XIX. Em consulta no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), há documentos mostrando várias representações consulares na Ilha. Eram consulados dos Estados Unidos, Rússia, Argentina, Itália, Uruguai, Portugal, Espanha, etc. Muitos destes consulados eram uma via de comunicação com os imigrantes desses países que escolhiam o Estado de Santa Catarina para morar.

1. 2 A vinda de açorianos e madeirenses para Santa Catarina no século XVIII.

Existe uma explicação para a vinda de açorianos e madeirenses para Santa Catarina no século XVIII, além da necessidade da coroa de Portugal firmar o seu domínio na parte meridional do Brasil. O historiador catarinense Walter Piazza, destaca quatro motivos que durante os anos 1748-1756 fizeram com que as pessoas dos arquipélagos de Açores e Madeira viessem para a Ilha catarinense. São eles: vulcanismo, superpopulação, crises alimentares e razões políticas.¹¹

Sobre o vulcanismo, Piazza disse que os sismos e os abalos no Arquipélago dos Açores “marcaram acentuadamente aquelas populações” e isso leva a uma reflexão “de como estariam as populações açorianas psicologicamente induzidas à emigração face a tais cataclismos”.¹² Sobre o fator da superpopulação, Piazza diz que “alegavam os homens públicos da Cidade de Angra que a sua Ilha Terceira se achava opulenta de gente, sem bens, nem razão que possa dificultar seu embarque e os da Vila das Lages também dizem da grande multiplicação de gente e estão na maior miséria, na sua Ilha”.¹³ O historiador afirma que “tal densidade demográfica levaria, conseqüentemente, às crises alimentares”.¹⁴

¹⁰ Oswaldo Rodrigues Cabral. ob.cit, p. 62.

¹¹ Walter F. Piazza **A epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992. 490 p. : il. p. 29-30.

¹² Idem, p. 31.

¹³ Idem, p. 35.

¹⁴ Idem, p. 36.

Conforme disse Helder Lima:

‘a colonização dos arquipélagos dos Açores e da Madeira foram efetuadas com uma finalidade determinada – obter os cereais necessários para provimentos das praças portuguesas na África. Tanto a Metrópole como as praças de África, recebem dos Açores, regularmente, valiosos carregamentos de trigo que se traduzem num auxílio precioso para constante falta de cereais, causa de sérias apreensões para a Coroa’.¹⁵

Porém, Piazza salienta que apesar de Madeira e de Açores serem um dos principais fornecedores de alimentos para Portugal continental e os seus colonos na África, as populações desses arquipélagos enfrentavam de tempos em tempos crises alimentares agudas e a pobreza, que motivavam essas populações a migrarem para outros países, como aconteceu no caso do Brasil, tendo vindo muitos deles para a região de Santa Catarina, instalando-se no litoral do Estado. Por outro lado, na visão de Caetano Serpa, o motivo da emigração dos açorianos não foi por falta de víveres, mas sim política: ‘não pode deixar dúvida que a razão primacial que presidiu ao esforço do povoamento do Sul do Brasil pelos casais açorianos, em emigração dirigida pelo Estado, foi uma questão de fixação de nacionalidade’.¹⁶

O que Serpa queria dizer, é sobre o esforço do governo de Portugal de fixar colonos em terras vistas como estratégicas e de vital importância, como era o caso do sul do Brasil, utilizando-se do “uti-possidetis”. Para cumprir essa tarefa, foi escolhido o Brigadeiro José da Silva Paes. Em 1738, na recém-criada “Capitania da Ilha de Santa Catarina”, Silva Paes tem a atribuição de fortificá-la, mas solicita que Lisboa envie gente, pois sem pessoas é impossível completar suas defesas.

1.3 Os arquitetos militares e a defesa de Santa Catarina.

É interessante destacar alguns dos engenheiros militares portugueses que passaram por Santa Catarina:

• Antônio de Souza Sepúlveda: Esteve cinco anos destacado em Santa Catarina, onde foi promovido a primeiro-tenente.¹⁷

• José Corrêa Rangel de Bulhões: Trabalhava no Brasil, como engenheiro, quando foi promovido, em 28 de novembro de 1800, ao posto de sargento-mor de Engenheiros.¹⁸ O manuscrito original

¹⁵ Helder Fernando Parreira de Sousa Lima. **Os Açores na economia atlântica** – contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII. Angra do Heroísmo, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 34, 1976. p. 189, 208.

¹⁶ Caetano Valadão Serpa. **Gente açoriana: Emigração e religiosidade século XVI-XX**. Angra do Heroísmo, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 34 (1976): 5-74.

¹⁷ Aurélio de Lyra Tavares. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. -Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 218 p.:il. (Biblioteca do Exército: 694. Coleção General Benício; v. 362). p. 135.

Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, elaborado entre 1786 e 1789, é um dos documentos mais antigos e importantes da história das fortificações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.¹⁹

· José Custódio de Sá e Faria: Coursou a Academia Militar de Fortificação. Exerceu múltiplas atividades de Engenharia, e em Santa Catarina foi autor dos projetos de três fortes; Forte de Santana do Estreito (1863), Forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora (1765), Estacada da Praia de Fora (entre 1776 e 1777). Fez também as plantas das fortalezas da Ponta do Estreito e da Praia de Fora, planta da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim – Santa Catarina -, plantas das fortalezas da Ponta Grossa e da Ilha dos Ratores – Santa Catarina -.²⁰

· José da Silva Paes: Foi um dos responsáveis diretos na realização da empresa portuguesa de colonização açoriana, no sul do Brasil. Designado para construir o sistema militar defensivo da Ilha de Santa Catarina. Percebeu, sentiu e visualizou que a segurança seria completa com o crescimento do povoamento, a organização da vida política e administrativa, que implantou com os meios que dispunha e como podia. Erigiu as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratores. Faleceu na Freguesia dos Anjos, Lisboa, a 14 de novembro de 1760.²¹

1.3.1 A influência da arquitetura e engenharia militar portuguesa em Santa Catarina.

Não é possível falar das construções militares no Brasil colonial, sem antes mencionar como surgiu a necessidade da engenharia militar em Portugal. O militar e diplomata brasileiro Aurélio Tavares (1905-1998) disse que

“Na época do descobrimento do Brasil, a Engenharia, a bem dizer, ainda não existia em Portugal, com características próprias, tão insignificante era o número de cidadãos portugueses habilitados para os misteres da profissão e tão grande a influência que exerciam, no País, o técnico contratado e o livro traduzido, para atender às necessidades do governo. A engenharia portuguesa começa, então, a surgir, como por imposição do problema militar, destinando-se, principalmente, aos trabalhos dele decorrentes.”²²

No caso das colônias portuguesas no ultramar, entre elas o Brasil, era importante ser construída fortificações ou terem gente para protegê-las, pois a Metrópole não dispunha de meios para defender com urgência as suas possessões. Mais uma vez, Aurélio Tavares comenta:

“A política de Portugal com relação à defesa e à administração da Colônia visava, antes de tudo: a preservar o seu território e as suas riquezas das investidas marítimas conquistadoras, das incursões eventuais de corsários e das invasões das fronteiras terrestres. Tratava-se [Brasil] de um país rico, muito vulnerável na sua extensa linha de praias e muito distante para que a metrópole lhe pudesse assegurar,

¹⁸ Aurélio de Lyra Tavares. ob.cit, p. 180.

¹⁹ Roberto Toner e Mário Mendonça de Oliveira. ob.cit, p. 39-40.

²⁰ Aurélio de Lyra Tavares. ob.cit, p. 181.

²¹ **Arquivo da 14ª BDA INF MTZ.**

²² Aurélio de Lyra Tavares. ob.cit, p. 39.

a qualquer momento, a proteção necessária á sua defesa e a orientação direta da sua administração.”²³

Além da necessidade de Portugal construir fortificações nas suas colônias, ela viu na obrigação de formar os seus próprios quadros de engenheiros na arte de fortificações, para não depender de estrangeiros. Por isso,

“D. João V (1689-1750), receoso de continuar recorrendo a estrangeiros mercenários para obras de defesa nacional, criou na Corte a Escola de Arquitetura Militar, onde se ensinavam a “arte de fortificar as praças e os princípios elementares da Aritmética, Geometria e Trigonometria Plana, indispensáveis aos oficiais engenheiros”. A direção dessa escola foi entregue a Luiz Serrão Pimentel.”²⁴

Segundo a professora Dinah Tutya, da Universidade do Amapá – Brasil -, “no século XV as fortificações portuguesas, em sua grande maioria, tinham o estilo medieval com torre cilíndrica”, sendo que, “o renascimento italiano passa a influenciar essas estruturas, a partir do conceito de “cidade-ideal”.”²⁵ Essa influência italiana, como diz Tutya, acontece devido aos engenheiros militares portugueses irem para a Itália e vice-versa. Está presente na estrutura das fortificações, tanto em Portugal como no Brasil, os seguintes elementos: “Porta de entrada ou portal; Ponte levadiça; Corpo da guarda; Casa do comandante; Prisão; Praça baixa; Capela; Casamata – depósito de pólvora; Paiol; Fosso; Guarita”.²⁶ É interessante notar que a Fortaleza de Ratoes possui todos esses elementos, embora a Capela não exista mais, e o Paiol da Pólvora se encontre atualmente totalmente em ruínas.

Segundo o engenheiro militar português, Francisco Sousa Lobo, no final do século XVIII Portugal veio experimentar outra mudança no campo da engenharia bélica. Sousa Lobo diz que “em 1790 tinha sido criada a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, que se instalou inicialmente no edifício do Arsenal do Exército, junto ao Campo de Santa Clara”.²⁷ Esta Academia de Fortificação foi “o berço da Engenharia militar em Portugal”,²⁸ desenvolvendo-se “por via militar, ao invés da arquitetura”.²⁹ Os futuros engenheiros que viriam a prestar serviços à coroa portuguesa nas colônias, passariam quatro anos na referida Academia de Fortificação, sendo-lhes ensinado:

²³ Aurélio de Lyra Tavares. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. -Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 218 p.:il. (Biblioteca do Exército: 694. Coleção General Benício; v. 362). p. 41.

²⁴ Ibidem.

²⁵ TUTYIA, Dinah. **Arquitetura militar no Brasil colonial**. In: Disciplina: Arquitetura e Urbanismo no Brasil I. [20??]. CEAP. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT04062014150631.pdf> Acesso em: 21/06/2017.

²⁶ Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT04062014150631.pdf> Acesso em: 21/06/2017.

²⁷ Francisco Sousa Lobo. O fim de uma era. In: Rafael Moreira. (Org.). **Portugal no Mundo: história das fortificações portuguesas no mundo**. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas, glossário. p. 274.

²⁸ Idem. p. 275.

²⁹ Ibidem.

“1º ano a fortificação regular, o ataque e defesa das praças e os princípios fundamentais de qualquer fortificação; no 2º ano a fortificação irregular, a fortificação efectiva e a fortificação de campanha; no 3º ano a teórica de artilharia, das minas e contraminas e a sua aplicação ao ataque e defesa das praças; no 4º ano a arquitetura civil, o corte das pedras e madeiras, o orçamento de edifícios e tudo o mais que fosse relativo ao conhecimento dos materiais que entram na sua composição, como também os melhores métodos na construção de caminhos e calçadas. Também a hidráulica e as mais partes que lhe são análogas, como a arquitetura das pontes, dos canais, dos portos, diques e comportas. Os oficiais de infantaria e cavalaria completavam no 3º ano o tempo das suas aplicações”³⁰

Uma outra pequena observação – mas não menos importante –, a ser notada na construção das fortalezas catarinenses, entre elas a Fortaleza de Ratonos, é que elas não apresentam semelhança alguma com os castelos europeus, sendo notável a ausência de torres, ameias e seteiras. Qual a explicação para isso? Segundo o historiador da arte, Rafael Moreira, “o progresso do armamento de fogo significou o fim da era dos castelos, cuja idade de ouro se situa nos séculos XIV e XV, com os seus monumentos de recorte caprichoso e as formas elegantes do último gótico”.³¹

Segundo Rafael Moreira, a evolução da artilharia significou a mudança na forma de construir o sistema defensivo em Portugal, e consequentemente em suas colônias, e a expressão castelo passou a ser substituída por “fortalezas”:

“A evolução da artilharia coincidiu, em Portugal, [...] com o fim do feudalismo tardio e o reforço do centralismo monárquico, o que fez com que partisse da iniciativa régia e de seus engenheiros o essencial do esforço para encontrar a resposta mais adequada aos desafios postos pela artilharia moderna, tanto na defensiva como na ofensiva. A partir daí, a palavra “castelo” perde o sentido próprio (embora continua a ser usada, por hábito) e é antes em “fortalezas” que deveremos falar: mudança linguística que encobre uma profunda mutação formal”.³²

Houve tanto um novo paradigma na forma de construir as novas fortalezas, como essas novas fortificações foram construídas ‘baseada no estudo sistemático do tiro flanqueante e do cruzar de fogos’, acrescenta Rafael Moreira. Isso fica claro na forma como a Fortaleza de Ratonos, Fortaleza de Anhatomirim e Fortaleza de Ponta Grossa foram projetadas por Silva Paes para formarem o triângulo defensivo, cruzando fogos entre si. Segundo Moreira, “o paradigma de fortaleza desta época é a *rocca* italiana, baixa e apertada, recolhida em pouco espaço para ser mais forte e de menor guarda. Aproveitando as condições naturais do sítio, conjugadas com soluções defensivas novas, era virtualmente inexpugnável”. É notável como a Fortaleza de Ratonos teve os

³⁰ Francisco Sousa Lobo. O fim de uma era. In: Rafael Moreira. (Org.). **Portugal no Mundo: história das fortificações portuguesas no mundo**. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas, glossário. p. 274.

³¹ Rafael Moreira. (Org.). **Portugal no Mundo: história das fortificações portuguesas no mundo**. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas. p. 91.

³² Ibidem.

seus edifícios construídos respeitando a topografia da Ilha de Ratonos, sendo protegida além de suas grossas muralhas de pedra, pela vegetação nativa do local. Ela oferecia um conjunto ideal para os seus defensores: estava em uma ilha, não sendo possível a sua invasão por terra, e estava em local alto, protegido pelo grosso da artilharia inimiga.

Esses novos conjuntos e modelos de defesa militar, teve como inspiração exemplos “centro-europeus ou mediterrânicos, da Itália do Sul e do Mediterrâneo Oriental. O estilo de transição conhece, assim, em Portugal uma história rica e apaixonante, que coincide aproximadamente com a do estilo manuelino”,³³ diz Rafael Moreira.

As novas mudanças no campo da engenharia militar também conheceu novas formas no renascimento, com a profissionalização das tropas e a estética das obras por ela concebida, diz Rafael Moreira:

“o crescente profissionalismo e especialização das tropas; o uso generalizado do armamento de fogo, a complexidade das operações e o papel activo nelas desempenhadas pelas fortificações condenavam a desaparecer o sistema cavaleiresco de combate corpo a corpo da Idade Média. A visão moderna da guerra é, pois, um aspecto essencial da civilização do Renascimento, e as suas criações valem não apenas como documentos históricos, mas obras de arte de grande significado estético”.³⁴

Sobre a estética, a Fortaleza de Ratonos é um exemplo de arte da engenharia militar alinhados com a beleza de pequenos a médios edifícios, como a carioca que abastecia a Fortaleza de água, e a portada de entrada com a sua ponte levadiça (hoje não mais existente). Um dos elementos chaves que Moura fala, é que as mudanças ao decorrer dos séculos na forma de se construir e de defender um local com o auxílio de edificações militares, é devido a sua “evolução, determinada pelo tipo de armamento e pelas concepções correntes, que pouco a pouco se vão tornando permeáveis a influências mais cultas e às considerações matemáticas da balística”.³⁵

Essa é uma boa explicação para dar aqueles que se perguntam porque as fortalezas com o passar do tempo foram perdendo a sua capacidade bélica no século XIX, entre elas a Fortaleza de Ratonos. O fato dela não ter mais serventia bélica no século XIX, não foi pela sua má ineficácia na invasão espanhola de 1777. Primeiro foi devido ao acordo de paz entre Portugal e Espanha após esse fatídico episódio, e segundo pelas evoluções armamentistas que logo se sucederam em todo o mundo, tornando as fortalezas e castelos de muitos países ineficazes para proteção territorial. Porém, elas encontraram um novo propósito nobre: servir como patrimônio histórico militar na defesa da preservação da memória nacional de seus respectivos cidadãos.

³³ Rafael Moreira. (Org.). **Portugal no Mundo**: história das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas. p. 93.

³⁴ Idem, p. 143.

³⁵ Idem, p. 149.

1.3.2 O engenheiro Silva Paes e a sua obra defensiva.

José da Silva Paes era natural da Freguesia de N^a Sra. das Mercês, Lisboa, Portugal, batizado a 25 de outubro de 1679.³⁶ “Seus pais, Roque Gomes Paes e Dona Clara Maria da Silva eram abastados, mas não nobres.”³⁷ Em 1705, Silva Paes pediu mudança da Ordem Militar de Santiago para o de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas isto foi-lhe negado, “visto que seu avô paterno havia sido Piloto de Navios de Carreira do Brasil, ou seja, um ofício mecânico e, por este impedimento se julgou não estar capaz de entrar na Ordem”.³⁸ Foi Cavaleiro Fidalgo da Casa Real. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Coronel de Infantaria, com exercício de engenheiro agregado. Brigadeiro de Infantaria. Governador interino do Rio de Janeiro. Comandante da expedição militar de apoio à Colônia do Sacramento. Fundador da Vila do Rio Grande de São Pedro. 1^o Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina (1739-1749). Governador interino da Colônia do Sacramento.³⁹

A professora Ana Cristina Araújo, da Universidade de Coimbra, traça um perfil da vida de Silva Paes, e sua trajetória no campo militar. Segundo Araújo, Silva Paes ‘é um homem de nascimento obscuro, neto, pelo lado paterno, de um piloto de navios de carreira do Brasil, e herdeiro de um engenho de açúcar deixado pelo pai na freguesia de Goiana – *no Estado de Pernambuco, Brasil* – (grifo meu). Porém, ele vira costas à empresa colonial para abraçar, com sucesso, o ofício das armas. Ligado ao ramo da infantaria, o seu início de carreira não aparece documentado em sede própria, o Conselho de Guerra. A primeira notícia de sua aparição no exército, data a partir de 1713, e assinala a promoção ao posto de coronel. Só no epílogo da guerra da Sucessão de Espanha a figura do então tenente-coronel José da Silva Paes se destaca. Tudo indica que ele recebeu preparação ao ingressar na milícia, pois não gratuitamente que se chegava ao lugar de coronel com exercício de engenheiro. Terá portanto frequentado a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, funcionando na Ribeira, vulgarmente denominada Academia Militar’.⁴⁰

Foi naquela instituição, ‘fundado por D. João VI, em 1647,’ diz a professora Araújo, que Silva Paes ‘sob os auspícios do cosmógrafo-mor do reino Luís Serrão Pimentel, foi provavelmente aluno de reputados professores de matemática do colégio de Santo Antão, nomeadamente dos

³⁶ **Arquivo da 14^a BDA INF MTZ.**

³⁷ Augusto da Silva. **A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme:** estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP, 2007. p. 104. Disponível em: <file:///D:/NOVA%20PASTA%20PARA%20DOWNLOADS/Tese-Augusto parte 001.pdf> Acesso: 20/06/2017.

³⁸ Ibidem.

³⁹ **Arquivo da 14^a BDA INF MTZ.**

⁴⁰ Ana Cristina Araújo. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular de século XVIII. In: **Revista de História das Ideias.** Vol. 20 – O Livro e a Leitura. Coimbra, 1999. p. 151-152. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol20/pdfs/06_aaraujo.pdf Acesso em: 20/06/2017.

Padres Domingos Vieira, Inácio Vieira, Luís Gonzaga e Jorge Gellarte, e não é de excluir que, mais tarde, voltasse a frequentar a Academia, para assistir às lições de geometria e fortificação do engenheiro Manuel de Azevedo Fortes. Muitas das obras deste autor, constam no rol da livraria de Silva Paes. Com irrefutável alcance prático, a sua iniciação à filosofia metódica de Descartes alarga-se à álgebra, à geometria, à trigonometria, e à mecânica. Com essa formação bastante avançada para a época, ele alcança estatuto e reputação no exército'.⁴¹

A professora Ana Araújo diz que 'dentro do seu meio social, Silva Paes casa-se com Teresa de Brito, filha de um capitão de navio, elevado ao posto de capitão de mar e guerra. Como dote de casamento, Paes recebe o hábito da Ordem de Santiago que pertencera ao pai de sua consorte. Mas com essa honraria não consegue tanto prestígio, tentando, logo que consegue chegar ao posto de coronel de infantaria, a habilitação à Ordem de Cristo. Consegue assim sair da acusação de sangue infecto, mas não de todo. Continuava-lhe presentes na carne, as marcas de bastardo. A obtenção da honraria da Ordem de Cristo só foi possível pois Silva Paes juntou os títulos da insígnia de Santiago com a sua folha de serviços prestados. Portanto, a partir de 1716 ele goza de prestígio social, onde emanam, honras, atributos e favores sem conta.'⁴²

Embora tivesse uma prole numerosa, Silva Paes investe no futuro de apenas cinco de seus filhos. "Casa uma das moças com um cosmógrafo-mor do reino, Luís Francisco Serrão Pimentel; conduz um dos rapazes ao oficialato de infantaria; entrega outra filha a um capitão de cavalos abastado, a mesma que tinha o malogrado filho que morreu em 1737; e mantém em sua companhia talvez o primogênito, que quer fazer morgado da casa".⁴³

Araújo diz que na década de 1720, Silva Paes, com a 'patente de coronel, parte em comissão de serviço para os Açores. Depois parte para dirigir as obras reais do palácio das Vendas Novas. Por meados de 1730 parte para o Brasil já elevado ao posto de brigadeiro. Aí executa alguns levantamentos topográficos e de arquitetura militar. Quando regressa à Portugal já no fim de sua vida, recebe a mercê de sargento-mor de batalha, ou seja, atinge o generalato. Em 1731, move poderosas influências para obter um cargo militar nas Índias. Ele consegue subir na escala social servindo clientelamente os poderosos e, numa estratégia típica de reforço do seu próprio poder pessoal, usa e abusa da sua boa cotação para intermediar causas e conflitos de amigos ou subalternos, ou seja, cria também uma clientela própria'.⁴⁴

Silva Paes foi um dos responsáveis diretos na realização da empresa portuguesa de colonização açoriana, no sul do Brasil. Designado para construir o sistema militar defensivo da Ilha

⁴¹ Ana Cristina Araújo. ob.cit, p. 152-153.

⁴² Idem, p.153.

⁴³ Idem, p.154.

⁴⁴ Idem, 154-156.

de Santa Catarina. Percebeu, sentiu e visualizou que a segurança seria completa com o crescimento do povoamento, a organização da vida política e administrativa, que implantou com os meios que dispunha e como podia. Erigiu as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés.⁴⁵

Ana Araújo comenta que ‘Silva Paes findou a sua vida em uma boa velhice, bem suprido de bens materiais e viúvo. Ele teria a idade de 78 anos quando redigiu o seu testamento, em 2 de dezembro de 1757. O seu patrimônio rondaria os 18 contos e 500 mil réis. Aprendera a multiplicar o dinheiro investindo em padrões de juro e adquirindo grandes quantidades de prata, sem desprezar as aplicações fundiárias que não davam lucros muito avantajados mas sempre lhe acrescentavam honra e prestígio. Tudo somado, e para além da fortuna móvel apurada, possuía uma propriedade, dita casal, três outras emprazadas e de livre nomeação e uma quinta com casas, pomar e terra de vinha, todas situadas no termo da cidade de Lisboa. Silva Paes distingue-se por sua ascensão firmado no mérito, escudado na riqueza granjeada através do trato ultramarino, e alcançado com pesadas proteções e investimentos simbólicos’.⁴⁶ Faleceu na Freguesia dos Anjos, Lisboa, a 14 de novembro de 1760.⁴⁷

1.4 Aspectos arquitetônicos das fortalezas catarinenses.

Sobre o estilo das Fortalezas, a arquiteta catarinense Eliane Veras da Veiga escreveu que “estes monumentos vão se apresentar dentro de uma mesma linguagem plástico arquitetônica, haja vista terem sido idealizados por engenheiros e arquitetos formados em escolas militares europeias”,⁴⁸ corroborando com os dizeres do militar brasileiro Aurélio Tavares. A Fortaleza de Anhatomirim, embora apresente a portada com uma leve “influência oriental, lembrando a arquitetura de um pagode chinês”,⁴⁹ tanto ela como a Fortaleza de Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés ‘demonstram influência da arquitetura renascentista, traço aliás comum nas obras de Silva Paes’.⁵⁰

Eliane da Veiga traz alguns aspectos das fortificações do Brasil Colônia, no contexto da construção da Fortaleza de Ratonés. Ela diz:

“Entre as características físicas, cabe destacar os aspectos de caráter estético construtivo proveniente de um padrão estético comum a todo o país e até às

⁴⁵ **Arquivo da 14ª BDA INF MTZ.**

⁴⁶ Ana Cristina Araújo. ob.cit, p.156-157.

⁴⁷ **Arquivo da 14ª BDA INF MTZ.**

⁴⁸ Eliane Veras da Veiga. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial:** introdução ao seu estudo. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1988. 51 p. p.15.

⁴⁹ Idem, p. 17.

⁵⁰ Idem, p. 19.

fortificações da América espanhola. Destacam-se as poligonais com terralhas arrematadas nos vértices por guaritas circulares também chamadas de guarita atalaia, ou vigia. Grossas muralhas com a gola saliente, construídas em alvenaria de pedra argamassada, contém os terraplenos. Geralmente uma pequena capela, de formato quadrangular, com a típica planta de nave única, se salienta no conjunto. Cobertura em duas águas e ausência da torre sineira são também notórios.

Em sua maioria estes fortes apresentam um programa arquitetônico resumido nos principais edifícios, implantados isoladamente ou em bloco único, tendo no máximo dois pavimentos: casa da palamenta, quartel da tropa e casa do comandante. Estes prédios são construídos em alvenaria de pedra, rebocada e caiada, e seu acabamento apresenta qualidade variável, tendo algum deles detalhes revestidos em cantaria de pedra”⁵¹

Os arquitetos Roberto Toner e Mário de Oliveira, descreveram em detalhes a Fortaleza de Ratonos e os seus edifícios:

“A fortaleza [Ratonos] apresenta a maioria das suas construções localizada em um único platô, conformado por uma muralha de pedra, em formato curvo a nordeste, e que segue retilineamente para sudoeste. Os edifícios foram erguidos em uma linha contínua sobre esse terrapleno principal, descortinando o mar à sua frente e protegidos na retaguarda pela encosta natural. O Paiol da Pólvora, mais isolado, possuía dois pavimentos [hoje em ruínas] e ocupava uma posição mais elevada no terreno, como era tradicional naquela época. A porta de entrada da fortaleza e a Casa da Guarda localizavam-se um pouco abaixo do terrapleno principal, com a Fonte d’Água situada praticamente ao nível do mar. A Portada contava originalmente com uma ponte levadiça e fosso seco; a Fonte d’Água, com teto abobadado e piso revestido de tijolos, e um interessante sistema de captação, condução e aproveitamento de águas pluviais, que contava inclusive com um pequeno aqueduto, unindo os telhados da Casa do Comandante e do Quartel da Tropa. A Casa da Palamenta, edifício de apoio à principal bateria de canhões da fortaleza e que é o único exemplar preservado desse tipo de construção ainda remanescente nas fortificações catarinenses.”⁵²

⁵¹ Eliane Veras da Veiga. ob.cit, p. 5.

⁵² Roberto Toner e Mário Mendonça de Oliveira. ob.cit, p. 39-40.



2 - Na imagem acima, podemos ver um panorama geral da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés. A única peça “atual” que não corresponde ao período da construção da Fortaleza de Ratonés, é o canhão Whitworth, de alma sextavada, que na foto está sob a sombra da palmeira, perto da entrada do trapiche. Foto: Alberto L. Barckert, Acervo do Projeto Fortalezas Multimídia/UFSC - Date: 1999. Site: fortalezas.org

Em uma descrição feita em 1901, lemos o seguinte sobre como estava a Fortaleza de Ratonés naquele ano:

Muralhas - Pela excelente posição em que está, esta Fortaleza poderia eficazmente concorrer, cruzando sem fôgos com os de Santa Cruz e Ponta Grossa, para a defesa completa da entrada da barra do Norte; mas desarmada como está e no estado de ruínas que se acha em nada poderá secundar o esforço d’aquellas duas Fortalezas. Acha-se totalmente em ruínas. Valem 4:8000#000r. Não se sabe em que época fôram executadas.

Casa para o Commandante - As paredes necessitam de emboço, reboco e caiação; as portadas, portas e janellas, acham-se estragadas; o soalho e o fôrro, estão completamente inutilizadas e precisa d’um retalhamento geral. Vale 1:300#000r. Ignora-se a data em que foi construída.

Aquartelamento - Só as paredes acham-se em regular estado. O forro, coberturas, portadas, portas, janellas, etc, acham-se totalmente estragadas. Do soalho sé restam vestígios. Pode-se avalia-la em 1:200#000r. Não se sabe em que tempo foi edificada.

Paiol da polvora - Hoje esta abandonada. Só existem desta casa apenas as 4 paredes. Estima-se-a em 100#000r.

Casa no porto da Ilha - Serve actualmente de moradia à uma praça da casa do destacamento. Acha-se regularmente conservada necessitando apenas de caiação e pintura. Avaliada em 3:300#000r. Não consta em que epoca fôra construída.

Observação - Ainda existem nesta Fortaleza, os vestígios d'uma casa construída no flanco esquerdo do aquartelamento e os vestígios d'um paiol construído n'uma pequena elevação e onde iam terminar as muralhas da bateria de praça desta antiga fortificação".⁵³

Após a invasão da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis em 1777, tendo eles ocupado as três principais fortificações, a Fortaleza de Ratonas nunca mais teve tanta importância militar como tinha idealizado o Brigadeiro Silva Paes. Em meados do século XIX, o Drº Remédios Monteiro,⁵⁴ que estava na fortaleza servindo como cirurgião disse:

“Quantas vezes, quando estive comissionado na fortaleza dos Ratonas, sentado em suas muralhas, vendo o sol desaparecer no horizonte e ouvindo em torno o marulhar do oceano, perguntei tristemente a mim mesmo: quem delineou e executou essas obras de arte bélica, como as da Ponta Grossa, Santa Cruz e as do Ilhéu em que estou, que ficaram nestas plagas com um padrão de glória anônima? Quanto custaram? Quantos anos levaram a edificar essas fortalezas?.....

Nessas ocasiões vinham-me à memória os velhos “schlosses” que vi na Alemanha. Lá olha-se para esses velhos e arruinados castelos com respeito e curiosidade; aqui passa-se com maior indiferença, por essas edificações notáveis e grandiosas, que, de pé umas, outras em ruínas, servem de testemunho do patriotismo dos antigos”⁵⁵

⁵³ "Tombamento dos Próprios Nacionais pertencentes ao Ministério da Guerra e situados no Estado de Santa Catarina, 1901", da Delegacia de Engenharia junto ao Comando do 5º Distrito militar. In: fortalezas.org. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/1779.pdf> Acesso em: 16/11/2016.

⁵⁴ O Drº Remédios Monteiro nasceu em 16 de novembro de 1827 no trajeto entre Goa e o Brasil. Em 1851 forma-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Faleceu em 4 de julho de 1901. QUEIROZ, Rita C. R. . Proposta de edição de um documento pessoal: as memórias do Dr. Remédios Monteiro. In: Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, 1998, Rio de Janeiro. Anais do Congresso nacional de Lingüística e Filologia, 1997. p. 125-133. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais_125.html Acesso em 15/11/2016.

⁵⁵ Sara Regina de Souza. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX.** Florianópolis, IOESC, 1981. 260 p. p. 39-40.

1.5 Os usos da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos ao longo dos séculos XIX e XX.



3 - Mapa esquemático da localização das fortificações da Ilha de Santa Catarina, ainda existentes e daquelas já desaparecidas. Imagem reproduzida do CD-ROM Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001). - Data: 2001
Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=14&muda_idioma=PT Acesso em: 29/11/2016.

Durante mais de trezentos anos, sob as mãos dos portugueses, o Brasil teve inúmeras construções militares que serviram para proteger o seu território das invasões estrangeiras. Entre essas construções destacam-se as “praças-fortes, presídios, fortalezas, fortes, fortins, hornaveques, redutos, redentes, baterias, feitorias e casas fortes, portas, etc. Muitas foram batizadas com nomes de santos, coerentes com o ideal político português de “Dilatar a Fé Católica do Império Lusitano”.⁵⁶ O mesmo se dá com o nome da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. Este santo, que empresta o seu nome a Fortaleza de Ratonos, nasceu em “Lisboa, Portugal, em 15 de agosto de

⁵⁶ BENTO, Cláudio Moreira: **A Fortaleza Brasil**. In: Academia de história militar terrestre do Brasil. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/fortbrasil.htm#apres> Acesso em: 12/12/2016.

1195, com o nome de Fernando Antônio de Bulhões. É considerado o protetor das coisas perdidas, protetor dos casamentos, protetor dos pobres e santo dos milagres”.⁵⁷

No século XIX, a Fortaleza de Ratoles passa a servir mais para fins civis do que propriamente militar. A sua finalidade passa a ser abrigar doentes provenientes tanto da Ilha Catarinense, como de embarcações nacionais e estrangeiras que aportavam para abastecimento, e que suspeitavam que sua tripulação estivesse infectada pela temida cólera mórbus. Existem vários relatos de jornais do século XIX bem como cartas de engenheiros militares daquele século, referindo-se a Fortaleza de Ratoles como hospital.

Por exemplo, em uma carta do Engenheiro Militar Ferreira de Abreu datada de 1884, ao presidente da Província de Santa Catarina, José Paranaguá, nós lemos:

“Obras Militares da Província de Santa Catarina, Desterro 1º de Outubro de 1884

Illmº. Exmº. Sr.

Cumprindo o que me ordenou Vª Exª em officio de 29 do mez findo, tenho a pulida honra de informar a V.Exª que verifiquei na visita que em companhia de V. Exª fiz ao forte de Ratoles, serem os compartimentos destinados aos que chegarem ao porto desta capital affectados de cholera-morbus acanhados e situados na encosta da montanha de modo a receberem toda a humidade que d’ella provem, e de tal modo que a mão collocada na janela do fundo retira-se molhada, e ladrinhados de tijollo, como são os dois compartimentos destinados aos doentes, tem humidade em toda a extensão, pelo que julgo impróprio e prejudicial ao tratamento de enfermos ahi.

São perfeitamente aproveitáveis as paredes velhas do quartel, pois que só estão danificadas pelas intemperies a que tem estado expostas ha muitos annos; preparadas e cobertas tem solidez bastante para construir-se um magnifico salão com 21,5m de comprimento sobre 5,30m de largura como se vê no orçamento que a este acompanha, na importância de 3. 182\$ 874, insignificante em relação a tão util quão humanitario fim.

Julgo ter satisfeito a V.Exª quanto a expressa recomendação sobre a maxima economia possível para os cofres publicos.

Deos guarde a V.Exª

Illmº. Exm.º Sr Dr José Lustosa da Cunha Paranaguá
Presidente da Província

Engenheiro Militar Alberto Ferreira d’Abreu”⁵⁸

O tempo da glória e do esplendor das fortificações catarinenses já tinham passado no século XIX. Vários motivos são as causas para isso. Primeiro o Brasil não tinha mais inimigos potenciais como nos séculos XVI, XVII e XVIII. Não tendo inimigos, não era preciso dispendir tantos recursos para a manutenção de grandes fortificações. Segundo e o mais crítico dos fatores, como bem podemos notar na carta do Engenheiro Militar Ferreira d’Abreu, o Império do Brasil via-se em estado de contenção de despesa para bancar reformas na infraestrutura de edificios militares.

⁵⁷ CRUZ terra santa. **História de Santo Antônio**. In: <https://cruzterrasanta.com.br>. Disponível em: <http://www.cruzterrasanta.com.br/historia-de-santo-antonio/119/102/#c> Acesso em: 12/12/2016.

⁵⁸ (APESC). Officios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1883/1884.

Por exemplo, em uma carta de 21 de junho 1843, o tenente-coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Sepúlveda Everard, escreveu ao Presidente da Província de Santa Catarina, José Ferreira de Brito, que além da areia, pedra e barro disponíveis na Fortaleza de Anhatomirim, poderia utilizar-se das obras demolidas da mesma para o seu reparo.⁵⁹

Apesar de toda precariedade que a Fortaleza de Ratores pudesse ter no século XIX, ela continuava a servir muito bem como hospital, pela sua localização isolada do continente e da Ilha catarinense. Em uma carta do Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, lemos:

“No lazareto de Ratores, único desta província, se não se tratou doente algum em todo o ano de 1856. A casa pode acomodar vinte leitos, tem cozinha, e um quarto para botica. Falta melhorar-se e mesmo aumentarem-se cômodos para médico, enfermeiros e mais empregados, o que se não tem feito por falta de operários, que se acham acampados em outras repúblicas 23 e particulares. Não havendo enfermos, nem empregados próprios, está a casa, e os utensílios a cargo do ajudante da Fortaleza.

O edificio que serve de Enfermaria Militar, não tendo sido construído para esse fim, mal preenche as funções a que se o destinou, por falta de outro mais apropriado. Está muito arruinado: precisa de nova cobertura, forro e assoalho; sendo porém o lugar impróprio, por ficar no baixa mar cercado de lama, não me atrevo a pedir o seu total concerto e novas divisões e aumento. No tratamento dos enfermos e só seu regime, observam-se as prescrições do Cirurgião, e do respectivo Regulamento. Foram tratados no decurso do ano findo [isto é, 1856] 614 enfermos, dos quais faleceram 14, saindo curados 586, e continuando em tratamento 14”⁶⁰

Além de hospital de quarentena para acometidos de cólera, a Fortaleza de Ratores foi utilizada como depósito de carvão pela Marinha de Guerra do Brasil. No Ofício do Capitão de Fragata e responsável pela Capitania do Porto de Santa Catarina, Joaquim Francisco Corrêa Leal, para o Rio de Janeiro, datado de 15 de janeiro de 1907, ele fala sobre Ratores ser o local ideal para depósito de carvão:

“Confirmando o meu telegrama de 11, que tive a honra de vos dirigir em resposta do vosso de 9 do corrente, cumpre-me mais informar-vos, que, atendendo os termos precisos do vosso telegrama, procurei em toda a costa, desde da cidade até Sambaqui, um lugar que de pronto pudesse servir para depósito de carvão, que brevemente havia de vir da Europa. Só encontrei a Ilha de Ratores Grande, pertencente ao Ministério da Guerra, na parte leste, onde a Marinha já teve o seu depósito, com uma superfície regular de cem metros quadrados mais ou menos, podendo ser aumentado, e com uma simples limpeza, e a formação de um improvisado caes, como já existiu, aproveitando as pedras soltas, que com a ação do mar e o longo período de tempo de abandono deixou-no no estado de ruínas. No lugar onde está algumas estacas do antigo trapiche, jugo de grande necessidade outro com vinte metros de comprimento e quatro de largura.”⁶¹

⁵⁹ (APESC). Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1843. fl. 283.

⁶⁰ Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos. Códice: II – 35, 32, 18 nº 40

⁶¹ (IPHAN) Ofício do Capitão de Fragata e comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, Joaquim Francisco Corrêa Leal. 15 de janeiro de 1907. Pasta 20.

Não só a Fortaleza de Ratonos, mas também as suas coirmãs, foram subutilizadas em praticamente todo o século XIX. Cabe ressaltar, porém, que diferente do que se conta na historiografia tradicional catarinense, as fortalezas nunca foram abandonadas depois da invasão espanhola no ano de 1777. Tanto é verdade, que em 20 de junho de 1789, doze anos após as fortalezas serem tomadas pelos espanhóis, é nomeado para “governador” - comandante - “da Fortaleza de Ratonos com patente de capitão, o tenente João da Costa da Silveira. Para tenente em lugar de João da Costa da Silveira, é promovido o alferes Luiz Manoel Feijó do regimento que foi da Colônia do Sacramento”.⁶² Em meados de 1820, outras nomeações também foram requeridas por militares já reformados, querendo assumir o posto como comandante da Fortaleza de Ratonos. Este foi o caso do sargento-mor Francisco Thomé Barbalho Bezerra.⁶³ Isso prova que ser comandante de uma das fortalezas, mesmo após o ocorrido em 1777, trazia status e prestígio para quem iria comandá-las, bem como o direito de cobrar “pedágio” sobre as embarcações que atracassem nelas.

1.5.1 O mito da inutilidade das fortalezas catarinenses.

O abandono total das fortalezas por parte do poder público só virá no século XX. Se nos séculos anteriores elas recebiam reparos ainda que precários e tinham guarnição, a partir dos anos 1900 até 1970 elas ficaram abandonadas e entregues a sua própria sorte.

⁶² (APESC) Ofícios do Vice-Rei para o Governador da Capitania, 1789, n. 321, fl. 207 – 208.

⁶³ (APESC) Correspondências da Junta Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822, n. 24.



4 - Na foto acima, datada de 1962, vemos a vista do que é a casa do comandante e o quartel da tropa completamente danificados pela ação do tempo, sem janelas, tetos, portas, etc. Ao fundo ficava a cozinha e na frente desta uma guarita, que foram demolidas pela ação do tempo. Na frente dos edifícios é possível ver o parapeito das muralhas caídas e a vegetação por toda a fortaleza de Ratoe. Diferente do que estamos acostumados a ler na historiografia oficial catarinense, as fortalezas não foram completamente abandonadas após a invasão espanhola em 1777, mas durante a geração contemporânea. Fonte: Waldir Fausto Gil. Acervo de Walter F. Piazza - Date: 1962. Site: fortalezas.org



5- Acima vemos uma foto tirada do mesmo ângulo da fotografia anterior, com todos os edifícios completamente restaurados. O restauro foi possível a partir das décadas de 1980-1990, quando a sociedade civil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com o Banco do Brasil e Marinha de Guerra do Brasil intercederam nesse patrimônio histórico. O trabalho de restauro se preocupou em reconstruir a fortaleza tentando ser fiel ao original dela. Fonte: Roberto Toner, Acervo do Projeto Fortalezas Multimídia/UFSC - Date: 2007. Site: fortalezas.org

As fortalezas catarinenses, entre elas a Fortaleza de Ratoes, por muitas décadas esteve envolto sobre um mito, que era a falsa afirmação que elas não serviam para nada. Os relatos dos viajantes estrangeiros que passaram por Santa Catarina no início do século XIX, como o alemão Adam Johann von Krusenstern, o russo Georg Heinrich von Langsdorff - ambos em 1803 -, o russo Vassili Mihailovitch Golovnin (1808) e o francês René Primevère Lesson (1822)⁶⁴ que diziam que as fortalezas não valiam nada, inspiraram os escritores e historiadores catarinenses do século seguinte a escreverem a mesma coisa, sem que antes fizessem uma pesquisa acurada nos arquivos, e sem entender o sistema defensivo elaborado pelo engenheiro José da Silva Paes.

O objetivo aqui não é apontar quem disse que as fortalezas não serviam para nada, mas explicar a construção desse mito, que até hoje nas visitas guiadas às fortalezas, muitos guias

⁶⁴ Martin Afonso Palma de Haro. ob.cit.

turísticos – ou guias culturais -, transmitem para o visitante. Segundo o arquiteto Roberto Toner, essa estória começou depois da invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina em 1777, que devido “a imensa, a desproporcional superioridade numérica de homens, armas e embarcações espanholas, foi o que selou o destino da Ilha de Santa Catarina, e não a aludida ineficácia do conjunto de fortificações”.⁶⁵ Toner salienta que “tivemos a oportunidade de nos contrapormos à alegação de que as fortalezas falharam durante aquele episódio, que foram mal projetadas ou construídas em locais inadequados, ou que o cruzamento de fogos não funcionava. O verdadeiro “sistema” defensivo pressupunha uma ação combinada e concomitante entre fortificações, tropas e embarcações, devendo levar-se em conta ainda a quantidade e qualidade dos armamentos de que dispunham cada um dos elementos desta tríade”.⁶⁶ Apenas com o tratado de Santo Ildefonso em 1777, entre as coroas de Portugal e Espanha, onde ficou acertada a posse definitiva da Espanha sobre a Colônia de Sacramento (atual Uruguai), amenizou as disputas entre as duas coroas, e reduziu a importância logística e estratégica do sistema fortificado catarinense.

No artigo XXII do tratado assinado pelas coroas portuguesas e espanholas em 1777, ficou acordado sobre a Ilha de Santa Catarina o seguinte:

“Em prova da mesma união, e amizade que tão eficazmente se deseja pelos dous Augustos Contratantes; Sua Majestade Católica oferece restituir, e evacuar dentro de quatro meses seguintes à ratificação deste Tratado, a Ilha de Santa Catarina, e a parte do continente imediato a ela, que houvessem ocupado as armas espanholas, com a artilharia, munições, e mais efeitos, que se houvessem achado ao tempo da ocupação. E Sua Majestade Fidelíssima, em correspondência desta restituição, promete que em tempo algum, seja de paz, ou de guerra, em que a Coroa de Portugal não tenha parte, como se espera, e deseja, não consentirá que alguma esquadra, ou embarcação de guerra, ou de comércio estrangeiras, entrem no dito porto de Santa Catarina; nem que neles se obriguem, ou detenham, especialmente sendo embarcações de potência, que se achem em guerra com a Coroa de Espanha, ou que possa haver alguma suspeita de serem destinadas a fazer o contrabando. Suas Majestades Fidelíssimas, e católica farão prontamente expedir as Ordens convenientes para a execução, e pontual observância de quanto se estipula neste artigo; e se trocará mutuamente um duplicado delas, a fim de que não fique a menor dúvida sobre o exato cumprimento dos objetos que inclui”.⁶⁷

⁶⁵ Fortificações catarinenses: Patrimônio de Santa Catarina e do Brasil. In: **Revista História Catarina**. Ed. 48, Ano VIII, 2012. p. 64-82.

⁶⁶ Idem, p. 70.

⁶⁷ Ratificação por D. Carlos III, rei de Espanha, do tratado preliminar com D. Maria I, rainha de Portugal, sobre os limites na América Meridional em 11/10/1777. Foto número: **PT-TT-TRT-ES1-4_m0037.TIF**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4617168> Acesso em: 24/06/2017.

2. Fortaleza de Ratoles: restauro, educação e preservação de valores culturais

2.1. Santo Antônio de Ratoles e as primeiras medidas de proteção patrimonial.

A Fortaleza de Ratoles foi tombada como patrimônio histórico em 1938.⁶⁸ Embora todos os bens históricos tenham sido tombados como patrimônio em 1938, como ocorreu com a Fortaleza de Ratoles pelo órgão federal de proteção do patrimônio histórico, a mais antiga instituição de preservação de bens culturais da América Latina, SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – hoje IPHAN - com base no Decreto-Lei nº 25 de novembro de 1937, que dizia que “constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico,”⁶⁹ nem todos foram revitalizados de imediato.

Antes de 1937, foram promulgados alguns decretos com o objetivo de levar adiante a regulamentação de proteção de bens históricos. Por exemplo, a Lei nº 1.918 de 24 de agosto de 1928, autorizava o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, a criar naquele ano a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e um museu.

Em 1933 surgiu a primeira lei federal de nº 22.928 promulgada em 12 de julho daquele ano, cujo resultado erigiu a Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, em monumento nacional. O então ministro da educação de 1934 a 1945, Gustavo Capanema, contou com a ajuda do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, “para um plano geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais”.⁷⁰

O esforço de Capanema e de outros intelectuais deu frutos em 30 de novembro de 1937 pelo Decreto-Lei de nº 25, que entre outras coisas dizia:

⁶⁸ Processo: 101-T-38 Livro: Belas Artes Vol.1 Nº de inscrição: 96 Nº da folha: 17 Data: 24/05/1938 Livro: Histórico Vol. 1 Nº de inscrição: 54 Nº da folha: 11 Data: 24/05/1938. Disponível em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf> Acesso em 17/11/2016.

⁶⁹ Getúlio Vargas: Brasil. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Rio de Janeiro (RJ). 1937. Nov. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm Acesso em 17/11/2016.

⁷⁰ Coordenadoria editorial da Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Brasília, DF. 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf) p. 12. Acesso em 21/11/2017.

● Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

● Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

● Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Não só foi elaborado um decreto para preservar um bem histórico, como foi também feito um decreto que especifica a pena para quem comete crimes contra eles. Por exemplo, no código penal brasileiro de nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, o artigo 165 diz: “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa”.⁷¹

2.2 Intervenções de limpeza e proteção patrimonial.

Em 1982 saiu no jornal *O Estado*, de Florianópolis, uma manchete no qual conta o trabalho de limpeza feito por voluntários da sociedade em todo o terreno e nas ruínas da Fortaleza de Ratoles:

Voluntários iniciam recuperação da Fortaleza de Santo Antônio

Dezenas de pessoas, na sua maioria jovens, iniciaram ontem, os trabalhos de limpeza da Fortaleza de Santo Antônio, na ilha de Ratoles, próxima a Sambaqui. Desde as primeiras horas da manhã, três barcos transportavam os voluntários que, ao chegarem à ilha, pegavam imediatamente no trabalho. Um trabalho duro que exige disposição suficiente para cortar os troncos de árvores que cresceram entre as ruínas. A Fortaleza de Santo Antônio – esteve abandonada, ao ponto, de desaparecer no meio da vegetação. Agora, com os primeiros trabalhos de limpeza, já se pode avistar o portal e as monumentais muradas desta antiga fortificação.

⁷¹ Getúlio Vargas: Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro (RJ). 1940. Dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm Acesso em: 21/11/2016

Iniciativa da comunidade

Entre os voluntários – a maioria universitários – cada um tem um motivo para explicar a sua adesão. Há aqueles que vão pela simples aventura, enquanto outros, acham que irão fazer importantes descobertas sobre a história de seus antepassados.

Entusiasmado com a rapidez da limpeza, Armando Gonzaga, garante que a “operação” irá continuar até que a fortaleza esteja completamente recuperada.

Ele esclarece, que a cada final de semana, a partir das oito horas da manhã, os barcos e as ferramentas estarão à disposição, de quem queira trabalhar. Com os trabalhos de ontem, o acesso ao forte já ficou facilitado, de modo que, o passeio se torna ainda mais interessante”.⁷²

O trabalho de restauro na fortaleza deu frutos, pois conforme a Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis, com o intuito de preservar a Fortaleza de Ratonés, instalou nela a “estação ecológica de Carijós” ligada a secretaria especial do meio ambiente, ratificado no Diário Oficial da União de 21 de julho 1987.⁷³

Desde 1938 até a década de 1980 as fortalezas catarinenses permaneceram “abandonadas” por falta de recursos financeiros públicos. Em um documento de 1983, assinado pelo coordenador da limpeza da Fortaleza de Ratonés, o senhor Armando Luiz Gonzaga, juntamente com a professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Edinice Mey Silva e pelo representante do SPHAN - Prémémória da 10ª Diretoria Regional, entre outras coisas é abordado a falta de verbas e a busca na iniciativa privada, a ausência da sociedade da importância pelo bem histórico, o abandono de vários monumentos culturais, etc. No documento, nas palavras do empresário Armando Gonzaga⁷⁴, lemos:

“Antecedentes

Apesar de seu rico acervo histórico, na maior parte representado por magníficos exemplares da arquitetura portuguesa – militar e religiosa – do século XVIII, o Estado de Santa Catarina – Brasil, não possui uma delegacia ou qualquer representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN

⁷² (IPHAN) Jornal **O Estado**. Florianópolis, 05/09/1982. p. 16. Pasta 19.

⁷³ Idem, **Diário Oficial**. Terça-feira, 21 de julho de 1987. Pasta 19.

⁷⁴ Armando Luiz Gonzaga morreu na tarde de 22 de abril de 2016 às 13:30 aos 79 anos em sua residência, no bairro Cacupé, onde era acompanhado por equipe médica.

Eles nasceu no dia 28 de abril de 1936 e era filho de Admar Gonzaga e Maria Conceição Moura Gonzaga.

Graduado pela Escola Naval do Rio de Janeiro, foi oficial da Marinha até o posto de Capitão de Corveta, mas deixou o serviço em 1967 para assumir funções na empresa A. Gonzaga. Em 1968, tornou-se o primeiro diretor geral do Deatur (Departamento Autônomo de Turismo), onde apoiou o trabalho pioneiro de restauração do forte de Santana, realizado pelo Iphan de Santa Catarina. A partir de então começou a se dedicar mais intensivamente à área de restauro do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina.

Gonzaga foi presidente da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) durante o período de 1995 a 1997. **Fonte:** Redação ND. In: Jornal Notícias do Dia, Florianópolis, 22/04/2016. 18h12hs. Disponível em:

<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/morre-armando-gonzaga-defensor-do-patrimonio-historico-e-artistico-de-sc> 21/11/2016

– vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Assim, poucas obras de restauração são aqui realizadas e a comunidade carece de consciência da importância da preservação desse patrimônio cultural. Vários monumentos estão abandonados ao tempo, sendo o principal e mais ameaçado de ruína total, o Forte de Santo Antônio da Ilha de Ratonas Grande, totalmente tomado por exuberante vegetação sub-tropical, estava completamente coberto pelo mato e invisível aos navegantes, que circundavam a Ilha, antes desta “operação”. Eu já havia cooperado e participado de movimentos para restauração de outro grande monumento arquitetônico, a fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, a maior fortaleza do Sul do Brasil português (século XVIII) e está tentando, sem êxito, despertar o interesse das autoridades para a restauração do Forte de Santo Antônio. Invariavelmente, a resposta era: não há verbas sequer para a limpeza inicial, que permitisse o planejamento da restauração. Cansado de procurar ajuda oficial, decidi tentar um movimento comunitário, chamando a população local a realizar uma tarefa de seu interesse. Procurei uma agência de publicidade, disposta a cooperar e planejar a campanha e veículos de publicidade interessados em veiculação gratuita de serviços de interesse comunitário. O interesse demonstrado pelos publicitários, incentivou-me a desencadear a operação. Por isso, decidimos agora criar uma Associação particular de interessados na preservação do Patrimônio histórico e ecológico de Santa Catarina.

Em busca de ajuda

Estando bem adiantados os serviços da FASE I, limpeza, desmatamento e capina, que estão sendo executados com o maior cuidado, evitando-se prejudicar a flora e a fauna do restante da Ilha do Ratonas, iniciamos a FASE II que objetiva conseguir ajuda e o apoio do Governo Federal e Estadual, de empresas e bancos para a restauração do Forte e finalmente, a implantação da estação ecológica, no imóvel restaurado.

Essa é a razão de inscrevermos esse projeto e operação, no “Rolex Awards for Enterprise /84”. A divulgação da “Operação Santo Antônio” poderá carrear recursos internacionais, quer para restauração, quer para a instalação da estação ecológica para o que não há recursos locais.

Nestes próximos anos, o controle da inflação, exigido pelo FMI, irá diminuir as verbas do Ministério da Educação e, certamente, não haverá dinheiro para abertura dessa nova frente de trabalho, o Forte de Santo Antônio”.⁷⁵

Embora durante o início da década de 1980 as coisas parecessem impossíveis para recuperar os edifícios da fortaleza de Ratonas, nota-se que no final daquele ano surgem os primeiros trabalhos significativos de intervenção na fortaleza, para torná-la apta para receber visitantes e estudiosos. Cabe ressaltar que embora o projeto enviado por Armando Gonzaga ao “Rolex Awards”, que ocorreria em Geneva (Genebra) no mês de outubro de 1983, não tivesse sido selecionado em abril de 1984⁷⁶ como ganhador, a iniciativa tomada por ele merece um grande destaque.

⁷⁵ (IPHAN) p. 1-2. Pasta 19.

⁷⁶ (IPHAN). Pasta 19.

2.3 Prospecções arqueológicas.

Em 1989, começa um grande trabalho de prospecção arqueológica na Fortaleza de Ratonés, feito pelo professor da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, Hélio Viana. Esse trabalho foi gerenciado pela Coordenadoria de Arqueologia do antigo SPHAN, hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que na época era gerenciada pela arqueóloga Edna Morley. No relatório final elaborado pelo professor Hélio Viana, ele mostra alguns apontamentos feitos durante a investigação arqueológica:

“O início da escavação indicou um sítio predominantemente raso, tendo sofrido numerosas incursões de “caçadores de tesouro”, além de sucessivos usos, reformas e reutilizações em que os restos da ocupação anterior teriam sido descartados muralha abaixo, junto com sedimentos dos anos de abandono.

A simplicidade e as variações do material pareciam indicar uma história parca de eventos, feita por gente modesta, com usos que se complementaram. Era o que atestava séries de objetos de diversas épocas, como os canhões, por exemplo. Estes modelos antecederam o canhão de ferro de carregar pela culatra, no pátio oeste, de c. 1850, e um outro, de grandes proporções e boca hexagonal, datado de inícios do século XX, encontrado a meio caminho da rampa de acesso ao forte. São desta época os fragmentos de carvão mineral, que formaram uma camada espessa no cômodo 2 do alojamento dos oficiais, e parecem relacionar-se ao abastecimento da frota. Já a quantidade de restos de frascos de remédio e de vidro plano para vão de janela, espalhados abaixo da muralha, aponta para um uso não diretamente ligado à atividade militar, representando fase em que ali se instalou uma unidade hospitalar.”⁷⁷

O professor Hélio Viana não se limitou apenas a relatar o trabalho arqueológico na fortaleza de Ratonés. Ele salientou o potencial que a fortaleza teria após todo o levantamento histórico, arqueológico e da recuperação física da fortaleza:

“A acreditar que o Forte de Ratonés fique aberto à visitação pública, parece-me de interesse formular algumas ideias para seu novo uso:

- expor, comparativamente, fragmentos de objetos de louça, vidro e cerâmica, acompanhados de exemplares íntegros conseguidos por doação;
- representar, em maquete ou vídeo, o funcionamento do Forte em caso de ataque, tal como foi explicado anteriormente;
- destacar a antiga fisionomia da Ilha, enfatizando sua importância para a comunicação entre navios visitantes e a Vila do Desterro, como já foi analisado;
- expor o material faunístico disponível, ao lado de esqueletos análogos completos, visando reconstituir o ambiente da Ilha ao longo de seus sucessivos usos;
- recolher ali, em sala de leitura, arquivo ou biblioteca, material de estudiosos e viajantes relativo ao Forte e à Ilha de Ratonés”.⁷⁸

O trabalho arqueológico feito na década de 1989 pelo professor Hélio Viana foi o primeiro passo para se entender um pouco da história da Fortaleza de Ratonés, por meio de tudo aquilo que estava ao seu redor. Aquela pesquisa foi uma das pioneiras no quesito de magnitude realizada no

⁷⁷ (IPHAN) p. 58, 84. Pasta 17.

⁷⁸ (IPHAN) p.99-100. Pasta 17.

estado catarinense, em se tratando de investigação arqueológica em um patrimônio histórico de origem portuguesa.

A prospecção arqueológica na Fortaleza de Ratonos seguiu no ano seguinte, 1990, com achados ainda mais interessantes. Não que houvesse desvendado algo que a história não tinha registrado antes. Muito pelo contrário, só reforçou aquilo que estava escrito nas cartas dos engenheiros do século XIX sobre o uso da fortaleza para fins diversos que não apenas militar. Em 1990 foram achados ossadas humanas enterradas na Fortaleza de Ratonos, o que levou uma investigação médica a saber por que esses ossos estavam ali, a causa da morte, e a data provável do sepultamento.

No relatório que se encontra no IPHAN de Florianópolis, temos acesso a esse material e a riqueza de informações que discorre a respeito do trabalho sobre as ossadas, e como ela corrobora com os registros do século XIX sobre o uso da Fortaleza de Ratonos para servir como hospital para pessoas com cólera ou outras enfermidades contagiosas. O relatório especifica que:

Na segunda metade do século XIX foi utilizada [Fortaleza de Ratonos] como lazareto, embora já estivesse bastante arruinada.

A abertura de uma fossa na parte imediatamente posterior a Casa da Farinha evidenciou a presença de um sepultamento humano. Nesse momento, a pesquisa histórica que vinha sendo desenvolvida pelo historiador Roberto Maldos/FNPM, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, forneceu-nos subsídios importantes para a compreensão desses sepultamentos, já que indicava que o Forte de Ratonos havia sido utilizado como lazareto durante as sucessivas epidemias que assolaram o Estado de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX. A documentação indica 14 óbitos em Ratonos em decorrência de “cholera morbus”, o que nos levou a considerar o fato de que sepultamento evidenciado estivesse relacionado aquele período. Pelo mesmo motivo, pensamos na possibilidade de outros sepultamentos em Ratonos, sendo então providenciada a prospecção na área, surgindo então vestígios de um segundo enterramento, a 4,90m da parede sul da Casa da Farinha, sob camada de sedimento fortemente compactado.

Sepultamento

Segundo a bibliografia consultada a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos foi utilizada como lazareto durante a segunda metade do século XIX, possivelmente desde 1853, por ocasião de epidemias de “cholera morbus”.

De acordo com os documentos, já em 1853 as autoridades do Estado falavam na adaptação de alguns espaços do forte para acomodação e tratamento dos doentes de peste (cholera) que seriam trazidos pelos navios.

De fato nessa época, após epidemia de febre amarela que causou várias mortes no Hospital de Caridade, providenciou-se o uso de Ratonos como lazareto. Há ainda que considerar-se o tempo que se dispndia para o transporte de pessoas da Ilha de Ratonos a Ilha de Santa Catarina, em barcos a remo ou a vela, em viagem que consumia 6 horas. Por isto tudo somos levados a pensar que os sepultamentos realizados na Ilha de Ratonos foram marcados pela pressa em isolar os portadores de doenças altamente contagiosas, sem que se pudesse dedicar-lhes maiores cerimônias e convenções.

Esta é, no momento, a única explicação que nos ocorre para que fossem efetuados sepultamentos na Ilha de Ratonos, ao invés de se transportarem os corpos para os

cemitérios da Ilha de Santa Catarina, e para as condições bastante precárias em que se encontra sepultado o indivíduo do sepultamento 1.⁷⁹

A pesquisa arqueológica citada acima vem concordando de todas as maneiras com os documentos datados do século XIX, onde mostra que a Fortaleza de Ratonos serviu para outros fins que não fosse militar. Uma outra coisa que nos chama a atenção conforme lemos no relatório transcrito acima, é que um trabalho de investigação em um sítio arqueológico como era a Fortaleza de Ratonos antes de seu restauro definitivo, engloba várias partes do conhecimento; medicina, história, antropologia, museologia, etc. Em outros casos, poder-se-ia utilizar até mesmo a pesquisa aquática, o que faltou e ainda falta em todo o redor das ilhas onde se encontram as Fortaleza de Ratonos e Santa Cruz de Anhatomirim, o que encontraria de certeza muitos materiais de cerâmica, louça, artefatos balísticos antigos, talvez ossadas entre outros objetos.

A continuação do relatório sobre as ossadas humanas na Fortaleza de Ratonos foi muito bem detalhada pelos médicos Daniel Muñoz e Zulmar Coutinho, e através da minúcia dele podemos ter uma noção de como era a pessoa que vivia no século XIX. Eles disseram:

“Indivíduo do sepultamento 1

Trata-se de indivíduo adulto, sepultado em decúbito dorsal, estendido, as mãos colocadas sobre o esterno. O crânio e a face foram parcialmente destruídos pela ação da obra na ocasião da abertura da fossa, com fratura do maxilar e consequentemente perda de alguns dentes e ossos da face. O exame superficial da arcada demonstrou a perda, em vida, de alguns dentes mas os demais não apresentavam evidências de processos de cárie, apesar de alguma evidência, a ser confirmada, de reabsorção óssea localizadas na bifurcação de raízes. Essas reabsorções ósseas provavelmente decorrentes de moléstias periodontal, mas tais patologias devem ser determinadas em estudos laboratorial.

1) Discussão e conclusão

1.1) – Espécie

A ossada examinada é sem dúvida da espécie humana.

1.2) – Sexo

A maioria das características ósseas, principalmente do fêmur, ossos pélvicos e crânio, são indicadores de indivíduo do sexo masculino.

1.3) – Idade

O grau de soldadura e degeneração das diversas peças ósseas, bem como as características dos arcos dentários, permitem afirmar que se trata de indivíduo adulto, cuja faixa etária situa-se entre os limites de 35 e 50 anos, com idade mais provável em torno de 40 anos.

1.4) – Estatura

Avaliada pelo comprimento dos ossos longos (combinação fêmur-tíbia), com base nas tabelas de TROTTER e GLESSER, a estatura é de 1.61m com um erro padrão de 0.3cm. Estatura semelhante foi obtida utilizando-se as tabelas de TELKKA, MANOUVRIER e PEARSON.

⁷⁹ (IPHAN) Ratonos. Pasta 17.

1.5) – Características peculiares

O intenso desgaste da face vestibular dos dentes anteriores (incisivos, caninos e pré-molares), tanto do arco superior quanto do inferior, produzido no sentido transversal ao maior eixo dos dentes, é indicativo de uso frequente de material fortemente abrasivo para a limpeza dos mesmos.

As características desse desgaste (direcional, intensidade, distribuição, etc) são altamente sugestivas da utilização de escova dental na limpeza dos dentes com essa substância fortemente abrasiva, porém não só compatíveis de terem sido produzidas pelo uso das pastas de dente atuais.

Além disso, não se encontrou nenhum objeto da época atual.

Portanto todas as evidências indicam que a morte e a inumação ocorreram há bastante tempo e são compatíveis com os dados do histórico da Fortaleza de terem ocorrido mortes no local, com provável enterramento ali mesmo, na segunda metade do século passado [XIX].

Tendo em vista tais evidências, foram colhidas amostras da ossada em exame para a datação do tempo de morte pelo método do carbono 14.

Assinado:

Prof^o. Dr^o. Daniel Romero Muñoz.

Prof^o Zulmar Vieira Coutinho. ⁸⁰

Mas de nada iria adiantar fazer prospecções arqueológicas sem restaurar por completo e desenvolver trabalhos para que a população se beneficiasse dela no âmbito histórico e cultural. Como disse os professores de turismo da Universidade do Paraná (Brasil) Silvana Souza e Miguel Bahl, “os bens patrimoniais pertencem a todos e necessitam serem preservados e conservados. Desta forma, devendo-se estabelecer os limites conceituais, as regras, as leis, assegurando práticas específicas que lhes garantam estarem resguardados”.⁸¹

Na sociedade imediatista em que estamos inseridos, tudo é facilmente descartado para dar lugar ao novo, ao moderno. Porém, as políticas públicas recentes notaram que preservar um patrimônio histórico e desenvolver o seu potencial cultural traz benefícios tanto para quem está ao seu redor, como para quem usufrui dele por pouco tempo, no caso dos turistas e visitantes. Em outras palavras, estamos falando de inclusão social. No artigo 205 da Constituição do Brasil, diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno *desenvolvimento* da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.⁸²

⁸⁰ (IPHAN) Ratonos. p. 1-5 e 15-19. Pasta 17.

⁸¹ Silvana do Rocio Souza e Miguel Bahl. A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E OS PROFISSIONAIS DO TURISMO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL. In: **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 1, n.2, p. 26-35, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/347/256> Acesso em: 23/11/2016.

⁸² Brasil [Leis etc.] Constituição da República Federativa do Brasil / Marcos Antônio Oliveira Fernandes, organização. - 22. ed. - São Paulo : Rideel, 2016. - (Códigos e Legislação Rideel). p. 78.

2.4 Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na História Brasileira.

As reformas que ocorreram na estrutura física das fortalezas catarinenses, entre elas a Fortaleza de Ratoles, aconteceu na década de 1990, no âmbito do "Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na História Brasileira", uma iniciativa capitaneada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com recursos da Fundação Banco do Brasil.⁸³ A Fortaleza de Ratoles está cedida à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através de um convênio feito com a Marinha do Brasil desde 1990.⁸⁴

As cláusulas deste convênio especifica que tanto a Fortaleza como a Ilha de Ratoles devem ser usados para fins educacionais, e visando por parte das instituições federais a proteção desse patrimônio. Segundo o convênio de nº 760/003/90 do Ministério da Marinha, cláusula terceira, é especificado o objetivo do convênio feito com a UFSC:

“O presente Convênio tem por objetivo a cessão de uso da Ilha de Ratoles Grande, onde há ruínas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles para que a UFSC desenvolva as seguintes atividades:

- a) Restauração e preservação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles;
- b) Preservação da Fauna e flora existente na Ilha;
- c) Divulgação e valorização do acervo histórico, através de práticas didático-educativas;

Cláusula sétima – das obrigações:

Obrigações da Marinha:

- a) Cooperar, dentro de suas possibilidades, para a conservação do Patrimônio Histórico e para proteção dos ecossistemas terrestres e marinhos da Ilha de Ratoles Grande;
- b) Não exigir qualquer ônus da UFSC durante a vigência deste Convênio, exceto os que advirão das obrigações por ela assumidas; e
- c) Contribuir, através do Serviço de Documentação - Geral da Marinha (SDGM), na programação e realização de mostras e exposições que divulguem e promovam a memória e tradições navais, com o propósito de fortalecer a mentalidade marítima no Estado de Santa Catarina.

Obrigações da UFSC:

- a) Restaurar e preservar a Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles;
- b) Preservar e conservar recursos naturais existentes na Ilha;
- f) Promover a recepção turístico-educativa ao Forte de Santo Antônio de Ratoles;

Como foi lido nas cláusulas acima, um dos objetivos tanto da Marinha como da UFSC é promover no espaço da Fortaleza de Ratoles a sua preservação como construção de importância

⁸³ TONERA, Roberto. **Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles**. In: fortalezas.org. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2 Acesso em: 28/11/2016.

⁸⁴ Ver anexo na página 146.

patrimonial e histórica, divulgando e expondo para a comunidade civil e militar a importância daquele imponente edifício. Não só o edifício da Fortaleza de Ratoles mereceria especial atenção, como todo o seu entorno no quesito da preservação ecológica.

O convênio de concessão de uso foi novamente celebrado entre a UFSC e o Comando do 5º Distrito Naval, sob o nº 85000/97-003/00, assinado pelo ex-reitor Rodolfo Pinto da Luz, e pelo Vice-Almirante Eduardo Pimentel de Oliveira no dia 26 de julho de 2002.⁸⁵

Esse conjunto de cuidados tanto com o patrimônio histórico como com a preservação ecológica, dá-se o nome de multidisciplinaridade. É impensável hoje que os conhecimentos possam estar separados, e isto se aplica também quando vamos estudar ou preservar um patrimônio. Não basta ter o arquiteto sem haver uma pesquisa histórica. Não há como ter somente o historiador sem entender a dinâmica da construção de um edifício coma a ajuda de um arquiteto ou engenheiro civil. É impossível fazer uma escavação arqueológica em um sítio sem o arqueólogo. É difícil ter o historiador, engenheiro, arquiteto e o arqueólogo sem haver a presença de um antropólogo para entender o hábito dos povos antigos através de peças encontradas como louça, talheres, vasos, etc.

Com relação as fortalezas catarinenses, foram feitos vários projetos educacionais após o seu restauro, para difundir junto a população acadêmica e leiga a sua importância histórica. O arquiteto Roberto Tonerá relembra alguns desses projetos. Por exemplo, o *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na História Brasileira*, “publicou diversos livros temáticos e vídeos educativos, dotou as fortalezas de comunicação visual de apoio à visitação dos monumentos, produziu maquetes, folhetos, informativos, cartões postais, álbuns fotográficos, exposições e apresentações artístico-culturais, promoveu cursos de formação de guias adultos e mirins, entre outras ações de cunho cultural e educativo” Na Fortaleza de Ratoles “foi criada ainda uma trilha ecológica em meio à mata atlântica da ilha e implantado um sistema de conversão da radiação solar em energia elétrica (painéis fotovoltaicos), que fornece 100% da energia consumida na ilha, num importante trabalho de educação ambiental associada à preservação cultural”.⁸⁶

Os projetos desenvolvidos acima culminaram na criação, em 1995, no *Projeto Fortalezas Multimídia*, um projeto de extensão e pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cujo criador e mantenedor é o Roberto Tonerá. “Além das pesquisas que realiza, o Projeto atua na edição de publicações impressas, CDs e DVDs; no desenvolvimento de *websites* temáticos, bem como a produção de diversos outros aplicativos digitais. Ao longo de sua trajetória vem promovendo estudos e ações de conservação, documentação, valorização e divulgação desses

⁸⁵ (IPHAN) Ratoles. Pasta 18.

⁸⁶ Fortificações catarinenses: Patrimônio de Santa Catarina e do Brasil. In: **Revista História Catarina**. Ed. 48, Ano VIII, 2012. p. 64-82. - p. 74-75.

monumentos, buscando democratizar o acesso ao conhecimento sistematizado sobre essas construções, e assim contribuir para o aproveitamento otimizado do potencial educacional, cultural e turístico desse patrimônio”,⁸⁷ diz Toner.

O ápice do Projeto Fortalezas Multimídia, foi a criação do *Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações*, que pode ser acessado de forma gratuita no site www.fortalezas.org. E que tem como foco a difusão e o estudo sobre as fortalezas no Brasil e no mundo.

Há muito a ser desenvolvido para explorar o potencial de pesquisa e difusão de conhecimentos em todas as fortalezas, e ideias é o que não falta. Toner lista alguns desses elementos:

“a implantação de um programa continuado de pesquisas arqueológicas nas fortificações existentes e nos locais daquelas construções desaparecidas; a ampliação dos quadros técnicos e administrativos de gestão dos monumentos; a elaboração de um planejamento estratégico que planifique e estruture a gestão das fortalezas, a curto, médio e longo prazo; a realização de uma maior integração das fortalezas com a estrutura de ensino, pesquisa e extensão da própria UFSC, transformando esses monumentos em verdadeiros campus avançados da Universidade. A intensificação de parcerias e convênios com os órgãos federais, com o estado, com o município e com a iniciativa privada, visando à revitalização dos ambientes das fortalezas (possibilitando a realização conjunta de atividades artístico-culturais, a elaboração de projetos de uso compartilhado dos edifícios e espaços abertos das fortalezas, entre outras propostas); a ampliação das parcerias científicas e técnicas com outras universidades e instituições gestoras de fortificações no Brasil e no exterior; a continuidade e aperfeiçoamento do programa de conservação e manutenção continuada das fortificações; a ampliação e aperfeiçoamento do bando de dados mundial sobre fortificações; a implantação, em cada monumento, de um centro digital de documentação sobre a história das fortificações da Ilha de Santa Catarina e sobre o seu próprio processo de recuperação; o incentivo a novas publicações temáticas; a melhoria de acessibilidade aos monumentos – este último, em Projeto já em andamento, e que começará, em breve, a ser implementado pela UFSC, inicialmente na Fortaleza de São José da Ponta Grossa”.⁸⁸

Há outros tantos meios que podem ser complementados às sugestões do Toner. Por exemplo, fazer uma campanha maciça nas escolas públicas, privadas e universidades para que os alunos façam visitas guiadas nas fortalezas, anúncios nas mídias (jornais impresso e televisivo, folder, outdoors) sobre o roteiro turístico das fortalezas, apresentações teatrais nas fortalezas.

2.4.1 O restauro da Fortaleza de Ratonés.

Durante a reforma da Fortaleza de Ratonés nos anos de 1990-91, foi feito o possível para deixá-la com as características originais. Todas as etapas do restauro foram devidamente relatados,

⁸⁷ Fortificações catarinenses. ob.cit, p. 74-75.

⁸⁸ Fortificações catarinenses. ob.cit, p. 79-80.

explicando as técnicas que fizeram com que as ruínas da Fortaleza de Ratonés revivessem das cinzas, qual a história mitológica da Fênix:

“O sistema construtivo utilizado na restauração das paredes foi o entaipamento de pedras, sendo estas originárias das próprias paredes arruinadas.

Utilizou-se pranchas de “madeirite” como forma, reconstituindo-se as paredes nas dimensões originais. As pedras eram alojadas entre as formas com argamassa de cal, saibro, areia média e um pequeno percentual de cimento. Utilizando-se o saibro amarelo de forma a buscar uma aproximação com a coloração das pedras remanescentes.

Após a cura, as paredes eram desformadas, apresentando a argamassa em alto relevo em relação à pedra, diferenciando-se de textura das paredes originais. A argamassa resultante apresentou-se ainda com acabamento mais liso, em função da forma.

Um operário fazia o acabamento da parede retirando as rebarbas de argamassa e evidenciando e limpando melhor a pedra.

A técnica do entaipamento foi utilizada na reconstituição das paredes originais apenas, em geral, as paredes externas. Nas paredes novas, resultantes das propostas de uso atual (paredes internas) utilizando-se a alvenaria de tijolos convencional, rebocada e pintada de branco, semi-brilho, de forma a ressaltar a nova intervenção.

Foram refeitos os vãos originais com as vergas de tijolos do sistema tradicional (a maior parte com tijolos remanescentes da própria fortaleza).

As dimensões dos requadros de madeira (18 x 18 cm de seção) foram medidas ‘in loco’, identificadas nos vestígios das alvenarias remanescentes. Foram tratados (os requadros) com jimo cupim, zarcão como fundo e tinta esmalte sintético como acabamento.

Em vista da instabilidade estrutural das paredes remanescentes, realizou-se um cintamento em concreto de forma a buscar-se uma nova unidade estrutural. Em obra posterior (na fortaleza de São José da Ponta Grossa) essa solução foi reavaliada e optou-se pela utilização de frechais de madeira e não concreto. A madeira, além de ter sido o material original a ser mais compatível com a natureza da obra, também resulta numa solução mais facilmente reversível, quando e se isso se fizer necessário. Os edifícios tiveram ainda contrapiso em concreto e piso de tijolos cerâmicos maciços simplesmente assentados sobre uma argamassa seca de cal e areia.

Na estrutura do telhado foi utilizada a madeira no sistema tradicional de caibro armado (sem cumeeira) e com linha alta. Dependendo do edifício e dos vestígios encontrados optou-se por forro plano (macho e fêmea), tio guarda-pó (a inclinação do telhado, ou ainda ausência de forro. As madeiras foram tratadas com jimo cupim e protegidas com verniz acrílico incolor (metalatex). A cobertura foi com telhas tipo capa e canal, beiral simples e reto.

Nas áreas externas os pisos e vestígios de base para canhões foram reembrechadas e criou-se novo piso de placas de concreto intercaladas com grama, além de bancos, miantes e outros elementos de volume do conjunto antes e durante a restauração”⁸⁹

⁸⁹ (IPHAN) Ratonés. Pasta 19.



6 - Obras de restauração da Casa da Palamenta da Fortaleza de Ratonés, ocorridas em 1990. Fonte: Acervo do DAEX/UFSC - Date: 1990. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2 Acessado em: 28/11/2016.

Na época do restauro da Fortaleza de Ratonés, o responsável pela subdiretoria do Patrimônio Histórico em Florianópolis era o arquiteto Dalmo Vieira. A empresa responsável pelo restauro foi a Aresta (Arquitetura e Restauro) sediada em Curitiba, capital do Estado brasileiro do Paraná, que desde 1972 já vinha cuidando da recuperação da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. “A Aresta contava com gente especializada para repor paredes, pedra, vigas e portas exatamente no mesmo lugar em que as puseram em 1738 os escravos comandados pelos militares”.⁹⁰

2.4.2 Uso do patrimônio histórico da Fortaleza de Ratonés para fins educacionais.

Durante o processo de restauro da Fortaleza de Ratonés, já estava se pensando no uso dela para atrair visitantes, e gerar renda para aquelas pessoas que viessem a trabalhar direta ou

⁹⁰ (IPHAN) Jornal O Estado, 1983. Ratonés. Pasta 19.

indiretamente nela. Em uma nota que saiu no jornal local, falou-se de um projeto para transporte de turistas até a Ilha de Ratonés, e como isso iria beneficiar os pescadores locais:

“Um projeto para transporte de turistas às ilhas e fortalezas de Florianópolis com a utilização de baleeiras de pescadores está em estudo na Citur.⁹¹ O projeto é simples e o Governo construiria um trapiche na Ponta do Sambaqui e dali sairiam os barcos, que substituiriam o extinto Flomar, embarcação que marcou época por causa de seus passeios, principalmente na temporada.

A implantação do projeto é até uma necessidade, depois que o forte de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, foi restaurado e está sendo preservado pela Universidade Federal. Agora, com a recuperação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, haveria mais um ponto no roteiro de visitas.

Além disso, o projeto tem como objetivo a criação de novas frentes de trabalho para os pescadores da Ilha, principalmente os da Baía Norte, que vêm passando maus momentos com a falta de pescado imposta pela matança indiscriminada das redes de arrasto”.⁹²

O empresário Armando Gonzaga fez um projeto em 1983 detalhando em minúcias como deveria ser organizado o roteiro turístico na Fortaleza de Ratonés após o seu restauro. Ele detalhou como deveria ser feita a divulgação para captar turistas, o transporte a ser utilizado, os responsáveis pela organização e os custos que isso implicaria. A sua ideia foi apoiada tanto pela professora Edinice Mey Silva, como pelo Representante da SPHAN – PRÓMEMÓRIA 10ª Diretoria Regional, o senhor Dalmo Vieira Filho. No relatório, cujo tema é “um circuito turístico histórico”, lê-se:

“ O projeto

Para aproveitamento turístico cultural desse circuito é mister haver meios de transportes disponíveis, organizados para tanto. A desativação da Flomar, deixou lacuna difícil de suplantar, na atual conjuntura brasileira.

A solução deve ser simples e demandar poucos recursos, além de satisfazer aos vários interesses envolvidos na região.

A ideia é arregimentar os pescadores da região, credenciando os interessados a explorar o serviço de transporte no circuito, sob a fiscalização turística da PMF (Prefeitura Municipal de Florianópolis) e náutica da Capitania dos Portos.

A embarcação mais abundante nessa região e a mais indicada, é a baleeira de pesca, equipada com motor diesel. Pequenas melhorias de baixo custo, adaptariam essas baleeiras ao transporte de passageiros, sem desvirtuá-las da pesca. Assim atenderiam a ambas as finalidades, conforme a safra ou a hora do dia.

Responsabilidade da prefeitura

Através da SETUR (Secretaria Municipal de Turismo), à prefeitura municipal caberia incentivar, divulgar e fiscalizar a implantação do circuito.

Incentivar, estimulando os pescadores a se credenciarem e prepararem para explorar o circuito. Pequeno crédito (máximo 300 mil cruzeiros)⁹³ seria aberto no

⁹¹ Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (Citur). Este nome perdurou até 28 de outubro de 1987, quando, a fim de promover uma maior relação com o nome do Estado, passou a denominar-se Santa Catarina Turismo S/A (Santur).

⁹² (IPHAN) Jornal O Estado, 1983. Ratonés. Pasta 19.

⁹³ Antiga unidade de valor monetário usado no Brasil nos anos de 1942-1967, 1970-1986, 1990-1993. Atualmente a moeda do Brasil é o Real.

BESC (Banco do Estado de Santa Catarina)⁹⁴ para os que se interessassem em melhor equipar suas baleeiras (melhoria pintura, compra de coletes salva-vidas, talvez um pequeno toldo).

Divulgar junto à hotelaria local, a implantação do circuito.⁹⁵

Após o restauro e a abertura das fortalezas para visitação, foi feito um estudo na década de 1990 para ver o número de visitantes nas três principais fortalezas que formavam o circuito de visitas. Foi feito um levantamento de 1993 até 1997. Durante os anos de 1993-1994, a fortaleza de Ratonos tem um número de visitantes menor que nos anos 1995-1996, quando repentinamente sobe o número de turistas, acentuadamente nos meses de outubro, novembro e dezembro, o que não difere muito dos nossos dias, por ser a temporada de verão. Em 1997 há um declínio acentuado de visitas em Ratonos.⁹⁶

Durante o trabalho de Restauro na Fortaleza de Ratonos em 1990, foi feito um roteiro, um filme, sobre o processo de restauração da citada fortaleza, “destinado ao público especializado nas áreas da engenharia, arquitetura, história, arqueologia”. Nas palavras do assistente de direção, o senhor Celso Martins, foram registradas estórias de pescadores locais, de uma comunidade que morava no Sambaqui e que fica defronte da ilha onde está a fortaleza, sobre assombrações ou fantasmas na ilha onde está a fortaleza de Ratonos. Por exemplo, um morador contou que

“na Ilha de Ratonos Grande aparece de tudo. Quando eu tinha 20 anos fui pescar pela primeira vez por lá. Ficamos eu e o meu pai na parte de baixo da casa da guarda do forte. Pescamos, comemos e fomos dormir. De madrugada eu não sei o que foi aquilo, se era trovão ou sei lá o que, começou a tremer a ilha e os estrondos nos deixaram meio surdos. Apavorado eu acendi a pomboca e corri para ver o que era. Eu achei que tinha sido pesadelo”.⁹⁷

Uma outra estória semelhante a que foi contada acima, foi registrada também pelos idealizadores das filmagens sobre lendas folclóricas relacionadas com a fortaleza de Ratonos. O relato de um morador antigo começa assim:

“No inverno de 1948 o tempo amanheceu fechado. Mas a gente precisava ir para o mar pegar peixe para comida da nossa família. Fomos eu e meu avô, mais dois conhecidos. Ficamos perto de Ratonos Grande tarrafeando, enquanto os dois conhecidos foram para a ilha. O tempo passou, choveu, voltou a dar sol. Quando chegou as cinco da tarde começamos a nos preparar para voltar, a canoa cheia d peixes.

Começaram a cair raios de sol. E muita faísca também. A água ficou alaranjada, depois roxa. Os dois que tinham ido para a ilha pareciam tochas humanas e quando apareceram numa pedra pedindo socorro.

⁹⁴ Foi um banco fundado no Estado de Santa Catarina em 21 de lho de 1962, e incorporado ao Banco do Brasil em 2009.

⁹⁵ (IPHAN) Ratonos. Pasta 19. p. 2-4.

⁹⁶ Ver anexos na página 119.

⁹⁷ (IPHAN). Realizadores do vídeo: Direção: Éverson Faganello. Assistente de Direção: Celso Martins. Produção Gerson Schirmer. Consultoria Técnica: Dalmo Vieira, Maria Isabel Correa Kanan, Roberto Toner. Pasta 11.

Depois começaram os trovões, mas não chovia e o céu parecia rachado ao meio: uma parte azul, a outra escura como um breu. Num instante voltou tudo ao normal. Pegamos os dois que estavam na ilha, meio chamuscados, e tocamos de volta para o Sambaqui. No meio do caminho começaram a aparecer uns bichos que pareciam disparos dos canhões do forte. Vinham do meio do mato. Quando passavam faziam um zzuumm, zzuumm, zzuumm, depois vinha um estalo demoníaco, assustador.

O bicho era igualzinho um peru. Não tinha que botar nem tirar. Remamos apavorados. E aqueles bichos atrás da gente. Os ditos amigos se jogaram no fundo da canoa, se cobriram com uns panos e não disseram uma palavra até chegarmos na praia. O meu avô olhava aquilo como se fosse uma coisa normal. E disse: “não abusa, não mexe, nem dá bola que esta coisa vai embora”. Quando estava anoitecendo chegamos e foi aí que fiquei sabendo pelo meu avô: “aquilo era um boitatá”.

Sabemos que estes relatos populares não podem ser desprezados em detrimento da história dita “oficial”. Enquanto as fortalezas no século XX ficaram sem receber auxílios e cuidados por parte das autoridades governamentais, as populações que moravam em torno das fortalezas sempre tiveram muito contato com elas. É claro que muitos desses moradores ajudaram a depredar o patrimônio histórico, usando os materiais das fortalezas para construir as suas casas. Porém, a cultura supersticiosa dos “manezinhos” (designação dada aos descendentes dos açorianos e madeirenses, que povoaram o litoral catarinense, e que até hoje são chamados assim), envolvendo assombrações e fantasmas, encontrou eco nas fortalezas que até então estavam abandonadas e cheias de mato.

Infelizmente, hoje as histórias se entrelaçam com a história das fortalezas, muitas vezes fazendo um desserviço para a educação de turistas e estudantes. Cabe ressaltar que o preparo, a boa formação dos guias culturais, e a elaboração de *folders* educativos bem escritos e didáticos, colaboram para o fim da propagação da ignorância da história do patrimônio das fortalezas.

Uma outra etapa da educação patrimonial que podia ser mais divulgada e trabalhada com o público, é a questão do tombamento do patrimônio histórico. Existem manuais didáticos que poderiam ser disponibilizados, com o intuito de explicar de forma clara e sucinta a importância da preservação de um bem que traduz as raízes culturais e históricas de um povo. Por exemplo, segundo um manual de perguntas e respostas, ficamos sabendo sobre:

“O que é o tombamento?: é uma palavra antiga que se referia à conservação de documentos importantes nos arquivos da Torre do Tombo, em Portugal. Atualmente significa um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, registrando-o em livros especiais denominados Livros do Tombo.

O que pode ser Tombado?: Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas.

Um imóvel tombado pode mudar de uso?: Consideram-se a harmonia entre a preservação das características do edifício e as adaptações para o novo uso. Atualmente inúmeras edificações antigas são adaptadas para uma nova utilização.

Como é possível impedir a destruição de um bem?: Pela ação do Ministério Público, qualquer cidadão pode impedir a destruição ou descaracterização de um bem de interesse cultural ou natural, solicitando apoio ao promotor público. Ele está instruído a promover a preservação com agilidade, acionando os órgãos responsáveis pela União, Estado ou Município.⁹⁸

2. 4. 3 As aplicações da Convenção de Paris no âmbito da Fortaleza de Ratonés.

O esforço para gerir, difundir, preservar, capacitar e desenvolver pessoal técnico, jurídico e da educação na área do patrimônio em um território grande e continental como o Brasil é um desafio enorme. Contudo, ideias é o que não faltam para trazer a atenção do público para construções históricas. E isso não é diferente com a Fortaleza de Ratonés.

O que podemos dizer que deu certo na Convenção de Paris, que foi adotado no âmbito da Fortaleza de Ratonés?

1. Seguindo o artigo 4º da Convenção, o Brasil através dos seus órgãos de proteção identificou, protege, conserva, valoriza e transmite às futuras gerações o valor histórico da Fortaleza de Ratonés, aplicando recursos destinados exclusivamente para este fim;

2. Cumprindo o artigo 5º, a Fortaleza de Ratonés exerce uma função na coletividade, seja através do roteiro de visitação turística ou de estudantes, seja também pelo fato de sua história estar intrinsecamente ligada na formação do Estado catarinense.

3. Ainda na alínea b do artigo 5º, desde 1937 o Brasil criou o primeiro órgão nacional de proteção de bens históricos, SPHAN – depois IPHAN -, com o intuito de valorizar e conservar os seus bens históricos espalhados em território nacional. A Fortaleza de Ratonés foi tombado um ano após a sua criação. O Brasil é um dos pioneiros na América Latina a criar um órgão federal exclusivamente para este fim.

4. Através do IPHAN ou da UFSC, instituições que gerenciam a Fortaleza de Ratonés, são tomadas medidas jurídicas, técnicas, científicas, financeiras e administrativas para o seu funcionamento.

Além da Convenção de Paris, o Brasil faz parte de um time de países que corroboram com mais outras cinco convenções internacionais ligadas a proteger bens culturais, históricos e patrimonial. São elas: Convenção para proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (1954);⁹⁹ Convenção relativa à medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação,

⁹⁸ Arquivo da 14ª BDA INF MTZ.

⁹⁹ Delegação Permanente junto à UNESCO. In: **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://brasunesco.itamaraty.gov.br/pt-br/cultura.xml> Acesso em 24/06/2017.

exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais (1970);¹⁰⁰ Convenção para a proteção do patrimônio cultural subaquático (2001);¹⁰¹ Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003);¹⁰² Convenção sobre a promoção e a proteção da diversidade de expressões culturais (2005).¹⁰³

¹⁰⁰ Delegação Permanente junto à UNESCO. In: **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://brasunesco.itamaraty.gov.br/pt-br/cultura.xml> Acesso em 24/06/2017.

¹⁰¹ Ibidem

¹⁰² Ibidem

¹⁰³ Ibidem.

3. O modelo de gestão da Fortaleza de Ratoles: problemas e desafios

3.1. Patrimônio, museologia e desenvolvimento: o caso da Fortaleza de Ratoles.

O que podemos entender como desenvolvimento? Segundo alguns dicionários, esta palavra está associada a crescimento, progresso.

Latim:		IN		VOLVER	
Português:	DES		EN	VOLVER	MENTO
	prefixo de		Movimento	reverter,	sufixo que significa
	negação ou		para dentro	virar	ação
	ausência				

Segundo os doutores em administração e negócio, Elinaldo Santos, Vitor Braga, Reginaldo Santos e Alexandre Braga, “desenvolvimento adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça “evoluir” a sociedade para um estado superior”.¹⁰⁴

Assim sendo, é preciso que o mantenedor de bens patrimoniais - que no caso da Fortaleza de Ratoles é o governo federal, mas poderia ser outra instituição pública ou privada -, promovesse atividades que motivassem a sociedade em geral, mas principalmente os leigos como estudantes, trabalhadores, donas de casa, letrados e iletrados, pobres e ricos a terem a *oportunidade* de conhecer a história da sua cidade e país, através dos monumentos históricos.

O Brasil é signatário de uma convenção internacional feita em 1972, também chamada de Convenção de Paris, que visa proteger e difundir em seu território nacional para a sua população a importância do patrimônio mundial, cultural e natural. Nessa convenção, nos pontos mais sensíveis, lemos:

Artigo 4

Cada um dos Estados-Partes na presente convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2, situado em seu território, lhe incumbe primordialmente.

¹⁰⁴ Elinaldo Leal Santos; Vitor Braga; Reginaldo Souza Santos; Alexandra Maria da Silva Braga. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. In: **Desenvolvimento em debate. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandra_Braga/publication/272174372_DESENVOLVIMENTO_UM_CONCEITO_MULTIDIMENSIONAL/links/54de043d0cf22a26721ddc51.pdf Acesso em: 23/11/2016.

Procurará tudo fazer para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis, e, quando for o caso, mediante a assistência e cooperação internacional de que possa beneficiar-se, notadamente nos planos financeiros, artísticos, científico e técnico.

Artigo 5

a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planificação geral;

b) instituir em seu território, na medida em que não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal e meios apropriados que lhes permitam realizar as tarefas a eles confiadas;

c) desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado fazer face aos perigos que ameacem seu patrimônio cultural ou natural;

d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, revalorização e reabilitação desse patrimônio; e

e) facilitar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.¹⁰⁵

3.1.1 A definição de um patrimônio.

Na discussão teórica, a definição de patrimônio hoje é muito ampla. Um patrimônio pode ser material: fortalezas, igrejas, roupa, acervo museológico, arquivístico, fotográfico, ou seja, são bens físicos. Ou pode ser imaterial: música, dança, rituais religiosos, ou tudo aquilo que tem um peso simbólico para um povo e uma comunidade, mas que não é palpável. Segundo a socióloga Maria Fonseca,

“do ponto de vista de sua etimologia, o termo “patrimônio” remete a ideia de herança paterna, significação que adquire sentido mais corrente e disseminado nas civilizações ocidentais que têm como uma de suas referências o direito romano. Por extensão, este tem sido o termo utilizado para designar patrimônios coletivos de comunidade, nações, etnias etc. - constituídos com base em bens e valores partilhados por um grupo, transmitidos de geração a geração, e, portanto, representativos, material e simbolicamente, de sua identidade”¹⁰⁶

Como ressaltou Fonseca, um patrimônio é como uma herança transmitida de pais para filhos. É preciso, todavia, utilizar de vários meios para que essa herança não seja violada ao passar do tempo. Essa violação tem como agentes o próprio homem, que pode ver um bem histórico como

¹⁰⁵ Legislação sobre patrimônio cultural. - Brasília : Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2010. 366 p. - (Série Legislação ; n. 41). p. 76-80. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf Acesso em: 23/11/2016.

¹⁰⁶ Maria Cecília Londres Fonseca. O patrimônio cultural e o IPHAN: perspectivas no início do século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB, 2014. In: **Revista DaCultura**, nº 24, p. 34-42, dezembro/2014, il., color.

não lhe pertencendo. Essa é uma preocupação crescente tanto para quem trabalha diretamente com o patrimônio histórico, como aqueles que o admiram. O professor Roberto Duailibi escreveu em um artigo,

“que todas as vezes que acontece alguma manifestação de protesto [na cidade] de São Paulo, temo primeiro pela segurança das pessoas, mas temo também pelas nossas obras públicas, pois há, de maneira geral, uma falta de respeito generalizada em relação às estátuas, esculturas e aos monumentos da cidade.

Assim como essas obras de grande relevância histórica e artística, outras pelo nosso Brasil se ressentem do mesmo problema. As fortificações militares, muitas hoje representando expressões museológicas e pedaços de nossa história, sobrevivem graças a entidades como a nossa - Exército -, graças a ação de uns poucos, quando deveriam fazer parte de uma estratégia comum e gigantesca, como acontece em países que dão a seus patrimônios históricos o devido valor e tratam o tema com a devida seriedade.

Sempre propugnei pela preservação, pela existência rigorosa de políticas de restauração de monumentos e edificações, como os nossos fortes. O assunto é tão sério para mim que deveria ser aula obrigatória dos bancos escolares. Quem não preserva a própria história não pode ser considerado um cidadão completo.

Tanto porque, muitos desses monumentos são expressões de arte de altíssima qualidade, de reconhecimento mundial”¹⁰⁷

De fato, a ausência de conhecimento histórico, de patriotismo, e noção pelo que se gasta em restaurar, limpar ou reparar bens históricos pichados, depredados ou roubados – pois o dinheiro sai do bolso do contribuinte -, são os principais vilões de preservar um patrimônio na nossa sociedade. Existem leis no Brasil que protegem o bem histórico público de vândalos, e essas leis não são recentes. Por exemplo, no código penal brasileiro de nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, observamos uma gama de artigos que engloba os crimes praticados contra um bem histórico e apenas a ser aplicada contra o “agressor” ao bem público. Por exemplo, o artigo 165 diz: “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa”.¹⁰⁸

É preciso que leis mais fortes sejam criadas em prol da preservação de bens históricos no Brasil, pois tanto a lei que protege bens culturais como aquelas que punem os infratores, segundo o promotor Antônio Ponte, “é tímida”. “Tal assunto pode ser observada não somente através da escassa bibliografia que o envolve, mas, em especial, do próprio aparato jurídico que pode ser classificado, com muito boa vontade, de tímido”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Roberto Duailibi. A história contada por meio dos monumentos. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB, 2015. In: **Revista DaCultura**, nº 25, p. 10-12, agosto/2015, il., color.

¹⁰⁸ Getúlio Vargas: Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro (RJ). 1940. Dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em 09/12/2016.

¹⁰⁹ PONTE, Antônio Carlos da. **Aspectos Penais da Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Lex. Revista do Direito Brasileiro, v. 1, p. 01-25, 2006. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/PENAIIS.pdf> Acesso em: 09/12/2016.

No Estado de Santa Catarina, o órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural é o IPHAN. Na sua lista há 88 bens tombados, dentre elas a Fortaleza de Ratonés.¹¹⁰ Ratonés é um caso bem sucedido de preservação, não só da fortaleza que se encontra no local, mas pela exuberante vegetação presente na ilha, proporcionando ao visitante desfrutar do seu rico passado histórico, mas também da sua natureza.

3.1.2 Museologia: o exemplo da Fortaleza de Ratonés.

A educação mostrará para a nova geração, que os monumentos históricos não é coisa velha, mas lhe pertencem. Nesse caso, a Fortaleza de Ratonés é um verdadeiro museu a céu aberto. Mas o que significa museu? O museu é considerado um elemento de construção nacional, algo que liga a memória de um povo para um senso de coletividade comum.

Se na antiga Grécia o *Mouseion* denominava o templo das nove musas, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória, hoje o museu tem outros significados. Segundo Letícia Julião, a “acepção atual de museu surgiu precisamente na conjuntura da Revolução Francesa”.¹¹¹ Segundo a professora Sandra Makowiecky,

“visitar um museu não é apenas “absorver” cultura. Esse universo material, sensorial, é muito importante na nossa existência, respondem a valores, a interesses, a focos de conflitos e suportes de dominação. O que se encontra em um museu gera um interesse que não se esgota na visualidade efêmera. Há outras implicações de natureza diversa: a informação e o conhecimento, os vínculos de subjetividade, inclusive identitários, que podem ser criados ou reativados, o exercício da imaginação.

Os museus funcionam como zonas de contato, espaços em que sujeitos que estavam separados no tempo e na geografia, por razões das mais variadas, têm a oportunidade de se encontrar, alargar a experiência de vida e ver que o mundo pode ser compartilhado e apreendido com a biografia das coisas”¹¹²

A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, órgão que tombou a Fortaleza de Ratonés como patrimônio, teve como objetivo central dar destaque aqueles monumentos que estavam ligados à construção da nacionalidade brasileira.

Visitar a Fortaleza de Ratonés é mais do que ver simples amontoados de pedras e canhões antigos. É preciso ensinar ao público que a construção daquele monumento não aconteceu de

¹¹⁰ Para ver os bens tombados federais em Santa Catarina, o IPHAN disponibiliza essa lista, disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hd0IelkgrQZtSaXWdsTIFOPXPctfKsa0zTIW_rmEzyM/edit#gid=0
Acesso em: 24/06/2017.

¹¹¹ JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001 (Caderno de Diretrizes Museológicas). Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf
Acesso: 12/12/2016.

¹¹² Sandra Makowiecky; Beatriz Goidard; Eduardo Petry; Fernando do Canto. (Org.). **Museu da Escola Catarinense: MESC UDESC**. - 1. ed. - Florianópolis : UDESC/MESC : DIOESC, 2016. 87 p. : Il, ; 14,8 cm. - (MESC de Bolso).

forma rápida e que ele tinha uma função de salvar a soberania portuguesa no ultramar. Trabalharam na sua construção tanto o açoriano e madeirense como o negro e o índio. Pessoas morreram ao longo da sua construção, relações sociais foram desfeitas e construídas ao longo desse processo.

Há muitas discussões a cerca dos museus, pois dizem que eles transmitem a versão da história dos vencedores sobre os vencidos. Mas não podemos deprender, pichar ou ignorar certos monumentos por eles transmitirem a versão de um lado da história. Em vez disso, podemos hoje fazer indagações críticas sobre eles de forma racional e educacional. Não podemos voltar no tempo, mas podemos educar e inculcar valores históricos para a geração presente, com base nos feitos da geração passada.

3.1.3 Desenvolvimento: a Fortaleza de Ratonés e o seu pioneirismo sustentável.

Segundo o educador Alfons Martinell Sempere,¹¹³ a UNESCO trouxe a questão do desenvolvimento cultural à tona a partir da Conferência Intergovernamental de Veneza 1970, vindo logo em seguida as Conferências regionais na Europa (Helsinki 1972)⁶ e na Ásia (Yogyakarta 1973). O desenvolvimento começou a ser visto não só no âmbito do progresso material e da riqueza monetária de uma nação e de sua população, mas também no grau de valorização cultural que os países possuem. Alfons Sempere cita por exemplo, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais do México em 1982, onde foi manifestado que “só se pode assegurar um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais que têm de ser incorporados nas propostas das estratégias ao desenvolvimento mais gerais”.¹¹⁴

A Fortaleza de Ratonés é um exemplo de como a integração cultural e sustentável dá certo. Quem a visita se depara com uma medida ecologicamente sustentável, que não há nas suas coirmãs. Estamos falando dos painéis fotovoltaicos utilizados para fornecer energia cem por cento limpa e custo zero. Em todos os museus da cidade, não há medidas similares adotadas em suas estruturas. As três placas instaladas na Ilha de Ratonés Grande, onde se situa a fortaleza, foram postas pela UFSC através do laboratório Fotovoltaico em 2000, com o objetivo de substituir a

¹¹³ SEMPERE, Alfons Martinell. As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual. In: **Euroamericano: VIII Campus de Cooperación Cultural**. Cuenca, Ecuador. 28-30 de noviembre 2012. Disponível em: http://www.campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Relacoes_Cultura_Developimento_A_Martinell.pdf Acesso em: 08/07/2017.

¹¹⁴ Ibidem.

energia que era obtida através de geradores a óleo diesel, desde 1990.¹¹⁵ Estamos falando de centenas de reais economizados por mês no fornecimento de energia.

Essa modalidade de energia é utilizada nos “serviços de manutenção, bombeamento de água, iluminação de segurança e iluminação de valorização do monumento histórico”.¹¹⁶ Em dezembro de 2015, o Laboratório de FOTOVOLTAICA/UFSC (Grupo de Pesquisa Estratégica em Energia Solar), responsável pela manutenção e melhoria desse sistema, e chefiada pelo professor Ricardo Rüther, fez algumas melhorias, tais como:

“a construção de prateleiras para alocar as baterias verticalmente, otimizando o espaço disponível e aumentando a segurança para eventuais manutenções no sistema e também durante visitas técnicas; os barramentos de interligação (e chaves seccionadoras antigas) entre os módulos FV e o banco de baterias foram removidos e substituídos por um quadro elétrico; os quadros CA (interligação entre inversor e aparelhos de consumo) foi substituído e conta agora com dispositivos de proteção contra surtos, melhorando a confiabilidade do sistema; e por fim, toda a fiação que estava aparente foi colocada em eletrodutos. Uma das principais melhorias implementadas foi a instalação de um dispositivo de proteção do sistema contra descargas atmosféricas, que freqüentemente estavam causando danos aos equipamentos”.¹¹⁷

Não só no campo da energia renovável a Fortaleza de Ratonés exerce um papel de destaque. O turista ou o visitante local podiam anteriormente se deparar com mulheres fazendo renda de bilros e até mesmo desfrutar do passeio ecológico que anteriormente havia no local. Essas duas atividades precisam ser pensadas e colocadas na prática novamente. Fazer um centro de pesquisa ecológico ou mesmo subaquático na Ilha de Ratonés seria uma ótima iniciativa dos gestores. Isso implicaria estudos sobre o impacto que isso geraria na rotina da fortaleza, mas também os benefícios obtidos junto aos turistas, estudantes e da comunidade local. O potencial de desenvolvimento que a Fortaleza de Ratonés agrega, é de valor inestimável. Ela mostra os benefícios de como um bem histórico bem gerido, pode trazer para a comunidade.

¹¹⁵ Coordenadoria das Fortalezas de Santa Catarina. **Recuperação do sistema fotovoltaico de energia da Fortaleza de Santo Antônio, na Ilha de Ratonés Grande.** In: <http://www.fortalezas.ufsc.br>. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/2016/02/04/recuperacao-do-sistema-fotovoltaico-de-energia-da-fortaleza-de-santo-antonio-na-ilha-de-ratonés-grande/> Acesso em: 27/06/2017.

¹¹⁶ Coordenadoria das Fortalezas de Santa Catarina. **Recuperação do sistema fotovoltaico de energia da Fortaleza de Santo Antônio, na Ilha de Ratonés Grande.** In: <http://www.fortalezas.ufsc.br>. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/2016/02/04/recuperacao-do-sistema-fotovoltaico-de-energia-da-fortaleza-de-santo-antonio-na-ilha-de-ratonés-grande/> Acesso em: 27/06/2017.

¹¹⁷ Ibidem.

3.2 O papel do gestor cultural para o desenvolvimento de ações voltadas para a divulgação do patrimônio histórico.

Segundo a mestre em história, Til Pestana, o Brasil necessita de gestores culturais para potencializar o desenvolvimento econômico dos patrimônios culturais. Til Pestana afirma:

“O patrimônio cultural visto como elemento acelerador do desenvolvimento econômico passou a focalizar a necessidade de administradores culturais qualificados de forma afinada a este novo modelo. Desse modo, a formação do gestor cultural é entendida como ensino da administração cultural na lógica da economia da cultura com ênfase em técnicas de gestão voltadas para as formas de financiamento para angariar recursos para manter e ajudar a desenvolver as atividades das instituições culturais. A programação de ensino é calcada no estudo de métodos e técnicas de projetos e na análise dos fenômenos organizacionais.

Os gestores culturais são vistos como uma nova categoria profissional que deve ter uma preparação específica para o gerenciamento de atividades culturais, principalmente no que se refere à capacidade organizacional e à ampliação de seus aspectos de conhecimento econômico. O gestor cultural na área do patrimônio cultural é entendido como responsável pelo planejamento estratégico, plano de sustentabilidade, estabelecimento de parcerias, conhecimentos sobre as estruturas organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, entre outros.

A gestão cultural é um campo profissional expressivo e de um modo geral se considera que a formação deve ser interdisciplinar com temas da arte e cultura, além de conhecimento de economia, princípios jurídicos, planejamento, marketing e administração. Para tanto, o perfil do gestor cultural deve ser entendido de uma forma mais ampla.

O fato é que não se formou no Brasil uma convergência acadêmica no sentido de preparar dirigentes culturais, segundo o princípio de uma formação integrada, onde sociologia, antropologia, economia, administração e direito estejam presentes, junto com outras tantas disciplinas, de história, arquitetura, museologia, etc. Ou seja: não podemos ficar restritos a economia da cultura e marketing de produtos culturais”¹¹⁸

O assunto da gerência patrimonial é tão importante, que a UNESCO lançou um manual de “Gestão do Patrimônio Mundial Cultural”, dando as diretrizes para uma boa organização e gerência de bens culturais.¹¹⁹ É preciso ter em mente que a formação do gestor cultural seja um meio e não um fim em si, no desenvolvimento da cultura. O objetivo da qualificação do gestor é capacitá-lo para a gestão cultural no âmbito público e privado. O professor da UEMG e da PUC- Minas, José Márcio Barros, em uma entrevista para o *Cultura Digital*, disse como formar de forma satisfatória um bom gestor cultural e o que o diferencia no campo da cultura. José Márcio disse:

“Eu acho que primeiro as universidades têm que introduzir, nas diversas graduações, o conteúdo da cultura. Hoje o conteúdo da cultura está restrito ao chamado campo das ciências humanas, ou das ciências sociais aplicadas. E a questão da cultura deve estar presente na formação da graduação em todas as áreas, sejam elas quais forem, de saúde, exatas, etc. Feito isso, que já seria um grande avanço, aí nós podemos pensar em como qualificar especificamente, com cursos de extensão, com cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação lato ou stricto sensu... O

¹¹⁸ PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural**. IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural_Til_Pestana_DAF.pdf Acesso em: 28/12/2016.

¹¹⁹ Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. - Brasília : UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p., il. - (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf> Acesso em: 28/12/2016.

gestor cultural vai estar à frente das políticas de cultura. O que nós precisamos primeiro é fazer com que todos os advogados tenham uma formação mínima na área de cultura, todos os engenheiros, todos os arquitetos, os médicos...

O gestor cultural, no meu entendimento, é aquela pessoa que sabe identificar uma realidade, planejar como alterar essa realidade e participar da execução e avaliação de tudo o que é feito para alterá-la. O produtor cultural é alguém que deve dar conta da operacionalização das coisas. Ele é um gestor, mas um gestor da parte executiva. Um gestor cultural, mais amplo, atua na definição do que precisa ser feito; o produtor atua na questão de como é que eu devo fazer, então são níveis complementares e de complexidades diferentes. O produtor tem que atuar nessa área do planejamento das políticas públicas. Nesse sentido é que eu acho que a formação dos gestores culturais tem essa demanda, uma capacidade forte de diagnosticar a realidade onde você está, de prognosticar onde tem que chegar e pensar o que você tem que fazer pra sair daqui e chegar no futuro desejado”¹²⁰

Há um esforço muito grande para valorizar sempre e capacitar quem irá administrar o patrimônio histórico em todo o mundo. Assim sendo, temos que sempre fazer a pergunta: “Por que preservar o patrimônio histórico? Por que é importante? Que meios são usados para preservar e proteger o patrimônio histórico?” A boa gestão deve também vir acompanhada de ações voltadas para atender o público.

O papel do gestor apresenta vários desafios, principalmente se for um patrimônio público e conhecido mundialmente. No caso da Fortaleza de Ratonés, há um impasse de como ela deve ser gerida, restaurada e preservada. De um lado, temos um visão de gestão patrimonial, encabeçada pela universidade que é sua mantenedora, e por outro pelo IPHAN que pensa em uma gestão mais empresarial. Tanto a universidade como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trabalham no sentido de saber o que fazer nas fortalezas. Nessa primeira fase surgem os primeiros desencontros de ideias e objetivos. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, essa parceria resultou no restauro total das três principais fortalezas catarinenses (Anhatomirim, Ratonés e Ponta Grossa).

O principal financiador para que projetos aplicados nas fortalezas se concretizem, ainda continua sendo quase que exclusivamente o governo federal. No início do restauro das fortalezas, o governo federal, através do Banco do Brasil, financiou a recuperação física do sistema defensivo patrimonial de Santa Catarina. Hoje, os arquitetos responsáveis pelos projetos de manutenção e restauração, depositam as suas esperanças que bancos públicos como Caixa Econômica e o BNDES financiem seus trabalhos. No Brasil não há uma cultura madura para se buscar outras fontes de financiamento alternativo, por exemplo, da iniciativa privada.

A superintendente do IPHAN, Liliane Nizolla, afirma que é preciso ter uma gestão que tenha “um plano de negócios”, tal qual teve o Armando Gonzaga, que não se limitava apenas com

¹²⁰ MÁRCIO, José. **Gestor cultural: formação em foco.** [23 de abril de 2013] Salvador (BA): Cultura Digital. In: I Seminário Cultura e Universidade. Entrevista concedida ao Cultura Digital, ligado ao Ministério da Cultura. Disponível em: <http://culturadigital.br/culturaeuniversidade/2013/04/23/gestor-cultural-formacao-em-foco/> Acesso em: 28/12/2016.

a ajuda do governo para restaurar as fortalezas, mas buscava auxílio junto com empresários locais. Houve uma tentativa, e ainda há de “contratar uma pessoa para fazer um plano de gestão, mas não conseguimos pessoas que se encaixassem nos requisitos técnicos para serem contratadas”, diz Liliane. Isso se torna urgente e necessário, pois ‘não dá para fazer tudo com dinheiro público’. Há um consenso entre a Universidade e o IPHAN, que falta uma gestão autônoma nas fortalezas. Se um dia esse tipo de gestão surgir, ela conseguirá potencializar os atrativos de cada fortaleza e com recursos próprios atender sus próprias necessidades.

Hoje, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés é um bem público, gerida por uma instituição de ensino pública e gratuita sob os auspícios direto da UFSC, em parceria com o IPHAN. Há pessoas que digam que para melhor geri-la, seria melhor passá-la para a iniciativa privada, em um esforço de desburocratização da sua gestão. Porém, a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 20, inciso II, diz explicitamente: “São bens da União: as fortificações e construções militares”.¹²¹ Por esse motivo, o patrimônio que pertence a União deve estar sob a guarda de instituições que a representam, em cumprimento da lei. No caso da Fortaleza de Ratonés, a sua principal mantenedora é a UFSC. Não há no Brasil nenhum forte ou fortaleza que esteja nas mãos da iniciativa privada, como acontece com algumas fortalezas de países da América Latina, ou dos castelos da Europa. Por isso, há quem defenda que para desburocratizar a gestão desses bens culturais e potencializar o seu atrativo turístico, seria melhor privatizar os seus espaços, algo que não é permitido pela constituição.

Somente na Fortaleza de Anhatomirim existe uma concessão privada para funcionar uma pequena lanchonete dentro de seu espaço. Não há nas outras fortalezas serviços semelhantes a estes, que podem fornecer ao turista uma comodidade na hora da visita. Na Fortaleza de Ratonés, poderia para o futuro pensar em algo que pudesse oferecer ao visitantes atrativos que permitisse a sua permanência por mais tempo: cafeteria, ou uma pequena loja que vendesse lembranças da fortaleza.

O mais interessante seria – e é uma das sugestões do Tonerá -, disponibilizar para todas as fortalezas *wi-fi* gratuito. Essa é uma demanda que os gestores ainda não conseguiram solucionar. Seria bom que o turista ao visitar as fortalezas conseguissem mandar fotos, vídeos e outros momentos agradáveis dentro delas para os seus parentes e amigos que moram a dezenas de quilômetros. Ou então, ao visitar as fortalezas, o turista consultar a história delas no seu tablet, smartphone e notebook. Isso seria muito interessante e proveitoso em uma visita feita pelas escolas, onde os alunos poderiam estar dentro da fortaleza e ao mesmo tempo interagir - com o auxílio do

¹²¹ Brasil [Leis etc]. ob.cit, p. 19.

seu professor -, na busca de informações na internet ligada com as fortalezas. Isso atrairia também a comunidade universitária, que colocariam em prática as fortalezas como a extensão da universidade. Ajudaria também os funcionários que trabalham nelas a ter contato com a equipe que coordena as fortalezas dentro da universidade e com outros órgãos de preservação como o IPHAN.

3.3 A Fortaleza de Ratoles e a sua subutilização patrimonial e turística.

Embora a Fortaleza de Ratoles seja reconhecida como um patrimônio de valor histórico em todo o território nacional e venha a tornar-se um Patrimônio da Humanidade, o paradoxo é que ela ainda é pouco utilizada no âmbito cultural.

No falar do arquiteto Roberto Toner, a visibilidade para com as fortalezas que a UFSC toma conta deve partir de dentro da instituição, começando com a reitoria – que ainda não assimilou que as fortalezas são uma extensão da universidade -, e de projetos elaborados pelos professores das mais diversas áreas e disciplinas juntamente com os alunos.

A universidade nesse sentido, não dá um bom exemplo. A própria comunidade acadêmica subutiliza suas principais fortalezas, e deixa de desenvolver atividades dentro delas que poderiam ir muito além daquelas praticadas dentro da sala de aula. O Roberto Toner diz que uma boa gestão deve caminhar lado a lado com um corpo técnico profissional especializado como “arquiteto, engenheiro, museólogo, arqueólogo, arte educador, turismólogo”. Ele cita alguns exemplos de como os professores poderiam usá-la. Ele diz que falta gente da arquitetura e da engenharia para lidar com as necessidades de um patrimônio cultural como é a Fortaleza de Ratoles. Poderia fazer um departamento só para cuidar desse trabalho. Não há trabalhos desenvolvidos por professores e alunos no departamento de engenharia e arquitetura da UFSC nas fortalezas. Na parte da difusão cultural precisava ter alguém trabalhando nessa parte da pesquisa, da memória, da história das fortalezas, e é aí que entra o papel do historiador. No departamento de História da UFSC, não há ninguém que trabalhe com as fortalezas.

Toner diz ainda, conforme entrevista em anexo, que “na área de museologia, precisa ter alguém da área da atividade cultural, precisa ter um produtor cultural, precisa ter um produtor artístico, alguém para organizar as exposições, para organizar eventos nas fortalezas”, pois as fortalezas são uma atração turística. Há coisas a se fazer nas fortalezas na área do teatro, história, biologia, botânica, museologia, patrimônio, turismo, etc. Infelizmente, não há trabalhos concretos sendo feitos neste sentido nem pela UFSC, e nem pelas outras universidades públicas e privadas da região.

O historiador Joi Cletisom compartilha da mesma visão de seu colega Tonera. Foram feitas inúmeras reuniões com os departamentos de ensino da universidade, para chamar a atenção dos professores para usarem as fortalezas como uma extensão de suas disciplinas. Foi feito um convite para o curso de artes da universidade fazer apresentações nas fortalezas, mas nada foi acertado. Um dos problemas de não haver muito interesse por parte dos professores utilizarem os bens patrimoniais mais antigos da cidade que são as fortalezas, é a comodidade excessiva. O Joi diz em sua entrevista, que “ infelizmente os professores tem uma rotina, uma comodidade, vai pra sala, dá cinquenta minutos de aula e vai pra casa. Eles não querem pegar o ônibus e ir na fortaleza de Ponta Grossa, se deslocar e perder uma manhã toda. Eles não conseguem ver o que vai acrescentar pro acadêmico”.

Até mesmo o IPHAN, através de sua superintendente regional, a arquiteta Liliane Nizolla, chamou a UFSC para usar mais os espaços das fortalezas. Se a universidade que é mantenedora das fortalezas não valoriza o que é seu, como dará o exemplo às demais pessoas e instituições? Porém, a culpa não recai somente na universidade. Diferente do que aconteceu no início do restauro das fortalezas catarinenses, muitas das instituições públicas e representantes da sociedade civil pensam que pelo simples fato delas estarem restauradas e abertas a visitação, elas cumprem por si só o papel de patrimônio cultural. Liliane Nizolla comenta que há necessidade de uma pessoa, tal qual foi o Armando Gonzaga, para se ter uma visão ampla das potencialidades das fortalezas, e que tenha o mesmo poder de persuasão para chamar todas as instituições públicas e privadas, para juntas construir um projeto do que se quer para elas.

Na questão da subutilização, é preciso pensar também nas pessoas com dificuldade de locomoção. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, diz claramente no artigo 1º que ela é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.¹²²Há mais de trinta anos que nenhuma pessoa com limitação grave pode visitar as fortalezas após o seu efetivo restauro. Embora o discurso que elas foram construídas para serem inexpugnáveis tenha sentido no século XVIII e XIX, a nossa realidade é outra. Técnicas de acessibilidade permitem serem usadas nas fortalezas sem modificar o seu espaço histórico, adaptando-a. Pode-se tirar e colocar uma rampa de acesso, por exemplo, “e a fortaleza continua lá”, diz Liliane.

¹²² ROUSSEF, Dilma. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília (DF). 2015. Jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 28/06/2017.

Mais uma vez, a questão de acessibilidade parece estar em rota de colisão nos projetos feitos por técnicos da UFSC e IPHAN. O Toner comenta que as fortalezas “hoje tem que ser acessado pelo cadeirante. Isso é uma missão das mais inglórias. Acho que a gente pode melhorar bastante a questão da acessibilidade dos fortes, com algumas soluções. Uma acessibilidade cem por cento é impossível, mas tem várias ideias. Isso não está sendo discutido nem com a técnica que fez um trabalho sobre acessibilidade que trabalha lá no IPHAN. Ela não participa das reuniões sobre acessibilidade. A acessibilidade deve ser discutida, porque isso pode gerar impactos estrutural e funcional nas fortalezas”.

3.3.1 Parceria público-privada: o que é melhor para Fortaleza de Ratonés?

No artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, lê-se o seguinte:

“O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais”.¹²³

No inciso IV do mesmo artigo, a constituição permite a “cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural”.¹²⁴ Para a Liliane Nizolla, uma das coisas que falta serem feitas para potencializar a visita na Fortaleza de Ratonés, é justamente uma parceria público-privada. Isso poderia começar pelo transporte para as fortalezas. Nesse caso, a prefeitura poderia abrir uma concessão de transporte marítimo, que fosse uma alternativa das escunas - que fazem apenas o passeio turístico com um preço altíssimo e que permite o turista ficar apenas quarenta e cinco minutos na fortaleza -.

Não há em Florianópolis transporte marítimo para passageiros. Isso ameaçaria o monopólio das empresas de ônibus nas mãos de poucos empresários que possuem a licença para atuar entre o continente e a parte insular. Assim sendo, as ilhas de Ratonés e de Anhatomirim ficam até hoje isoladas e pouco visitadas, deixando de atrair recursos para o município com o turismo, e tendo pouca visibilidade. O arquiteto Toner pensa igual. Ele diz que carecemos de um transporte marítimo municipal público, que permitisse o passageiro desembarcar e sair das fortalezas a hora que quiser, sabendo que tinha um itinerário de barco passando por elas, do mesmo modo que um ônibus passa em uma estação de tempo em tempo.

¹²³ Brasil [Leis etc]. ob.cit, p.81.

¹²⁴ Ibidem.

Uma das formas de resolver este problema, seria as prefeituras abrirem um edital para atrair empresas marítimas, que levassem as pessoas de um lugar para outro, e de um município a outro. O preço da passagem do transporte marítimo poderia muito bem ser subsidiado entre as prefeituras do município de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Governador Celso Ramos.¹²⁵ Hoje o transporte marítimo para ir na Fortaleza de Ratonés (localizado no município de Florianópolis) e Anhatomirim (município de Governador Celso Ramos) é feito por somente cinco escunas,¹²⁶ que fazem um serviço fretado.¹²⁷Essas escunas não podem transportar passageiros para outros locais. Elas fazem parte somente do circuito de visitação das fortalezas. Se algum dia operar diversas empresas de transporte marítimo na região, acabará tanto com o tráfego pesado na Ilha catarinense - que recebe moradores dos cinco municípios acima -, como proporcionará o visitante ficar o tempo que desejar nas fortalezas, sem precisar ficar somente os atuais quarenta e cinco minutos.

Segundo o Joi Cletison, já foram feitas várias tentativas por parte da UFSC de uma parceria com as prefeituras da região com respeito ao transporte, mas nenhum documento foi assinado. As fortalezas conseguem se manter graças aos poucos recursos das visitas. Se esse problema do transporte fosse sanado e mais pessoas visitassem as fortalezas, a universidade teria dinheiro suficiente para não depender somente da verba do governo federal. A Fortaleza de Ratonés iria receber muitos visitantes tanto na alta como na baixa temporada. Os pescadores locais que possuem embarcações próprias, são proibidos de transportar turistas. Caso a prefeitura concedesse licença aos pescadores - após as devidas fiscalizações de segurança nessas embarcações -, isso tiraria o monopólio das escunas, e ajudaria a baratear e democratizar o transporte. Além disso, seria uma fonte de renda alternativa nas baixas temporadas de pesca.

Além do transporte marítimo, um outro fator que gera pouca visitação nas fortalezas é a falta de atrativos que elas deixam de oferecer ao visitante. Liliane diz que as fortalezas não possuem restaurante e cafés. O visitante gosta de visitar e conhecer a história, mas gosta também de usufruir com mais comodidade o passeio. Não há dentro das fortalezas lojas que vendam produtos artesanais feitas pelas artesãs locais, com exceção da Fortaleza de Ponta Grossa. O Joi Cletison diz que a UFSC, em diálogo feito com a prefeitura, disse que cedia o espaço nas fortalezas

¹²⁵ Estes municípios são conurbados, ou seja, não há uma separação visível entre eles, a não ser placas mostrando o final e o início de suas respectivas circunscrições. Estes municípios localizam-se perto das fortalezas, podendo fazer parte de um futuro circuito de visitação turística integrado, além de seus moradores poderem se beneficiar com um futuro transporte marítimo que os levem em poucos minutos para a capital – Florianópolis -, diferente do que acontece hoje que pode levar horas por via terrestre.

¹²⁶ Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. **Transporte náutico para as Fortalezas.** In: <http://www.fortalezas.ufsc.br> Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/transportes-nauticos-para-as-fortalezas/> Acesso em: 09/09/2017.

¹²⁷ O preço cobrado por pessoa está em torno de 70 reais. O salário mínimo no Brasil é de 937 por mês. Ou seja, 70 reais equivale a quase dois dias de trabalho.

para a comercialização de produtos artesanais com o intuito de aumentar o turismo, mas não encontrou interesse. Nem mesmo as festividades regionais são pensadas para serem feitas dentro delas.

Tanto dentro do IPHAN como na UFSC, há quem pense em instituir um dia do mês de gratuidade para visitar as fortalezas. Essa é uma ideia que não avançou, pois teria que ter uma boa vontade da prefeitura em subsidiar o transporte e com os proprietários das escunas. Um dos motivos para não se investir nas fortalezas, é o fato da cidade estar contente com as principais atrações turísticas que são as prais. Florianópolis é uma ilha que tem ao todo mais de quarenta praias, conhecidas nacional e internacionalmente, e isso na visão dos gestores públicos e da mídia parece satisfazer “o potencial turístico, mas na verdade está deixando de utilizar o potencial gigante que são as fortalezas”, comenta Liliane.

Nas vias públicas que dão acesso a essas prais, não se vê um outdoor fazendo propaganda sobre as fortalezas. O mais incrível é que existem muitos moradores locais e dos municípios vizinhos, que nunca ouviram falar da existência de fortaleza alguma. Nas escolas locais, tanto pública quanto privadas, não se ensinam nada sobre as fortalezas. Se no início do século XX as fortalezas estavam abandonadas e desmoronando, hoje elas estão invisíveis aos olhos das pessoas.

Tanto o poder público como a sociedade em geral, esquecem que um patrimônio cultural, como é o caso de uma fortaleza, é uma fonte inestimável para o desenvolvimento de uma região. Ela geraria renda, trabalho e valorização de seu espaço. Mas é preciso uma ação coordenada para que isso aconteça. É necessário haver dentro das fortalezas atividades que atraiam turistas. A baixa visitação na Fortaleza de Ratonas, se explica pela falta de componentes que lhe agreguem valor.

Tanto na fala de representantes do IPHAN como da UFSC, medidas para trazer para dentro das fortalezas uma exposição, fazer um congresso, organizar uma apresentação de uma orquestra uma vez por mês, seriam ótimas ações de valorização do patrimônio histórico. Não há dentro dos espaços das fortalezas uma sala onde passa vídeos ou documentários para mostrar aos visitantes o processo de restauro e o trabalho arqueológico feitos nelas no final de 1980 e 1990. Não há pessoas formadas, treinadas e capacitadas em história ou museologia trabalhando exclusivamente nas fortalezas para acompanhar os turistas e explicar-lhe sobre a história delas. Hoje, quem faz esse trabalho são os guias das escunas, que contam mentiras aos visitantes, misturando folclore e usando muitas vezes uma linguagem obscena sem respeitar as crianças que acompanham os seus pais.

A UFSC poderia levar o departamento que cuida das fortalezas para dentro delas. Isso facilitaria com que os servidores compreendessem que as fortalezas são um braço e uma extensão da universidade, e facilitaria desenvolver ações para atrair o turista e a comunidade ao seu redor. Se

não comecem a fazer isso, as fortalezas continuarão a ser somente um conjunto de edifícios tombados, restaurados e bem preservados sem serventia alguma. Os vigilantes e os funcionários que ficam dentro das fortalezas cobrando os ingressos, não tem suporte básico para trabalhar. Em pleno século XXI, não há nas fortalezas telefones fixos para serem usados em caso de emergência, ou para contatar o departamento que cuida das fortalezas na UFSC para sanar alguma dúvida, diz o Toner. Se acontecer alguma coisa, o vigia precisa usar o próprio celular. Mas o vigia ou o bilheteiro não usam o seu telemóvel para não gastar os seus créditos. Não há acesso a internet. Não há *wi-fi* disponível em nenhuma das fortalezas. A Liliane comenta que não foi desenvolvido nenhum aplicativo para o celular, informando o circuito de visitação das fortalezas.

Uma outra ideia polêmica sobre as fortalezas, é usá-las ou não, como um hotel. Os defensores desse empreendimento sustentam que há exemplos no mundo que provam a eficácia desse projeto. Há quem defenda, porém, que as fortalezas são um bem público destinadas à educação e à sociedade. Encontramos tanto nas falas do IPHAN como da UFSC, divergências quanto a esse projeto. A Liliane diz que é preciso os gestores terem uma mente aberta para as propostas que surgem, pois o “poder público não é feito para gerir”. Por outro lado, tanto o Toner como o Joi veem com ressalvas qualquer tipo de privatização, ou parceria público-privada. Há projetos elaborados para as fortalezas que não prosseguem, pois há uma espécie de queda de braço entre esses dois órgãos federais.

Um exemplo desse imbróglcio que o Joi cita, é que o IPHAN “está com um projeto polêmico. Está fazendo um projeto de restauro pra fazer uma pousada no Quartel da Tropa (Anhatomirim). A gente é totalmente contra, já deu várias brigas, eu e o Toner chegamos a ameaçar de ir ao Ministério Público denunciar isso. Estão gastando dinheiro nosso em vão, pra uma coisa que não vai ser usado. A gente tem outro projeto”. Todos eles concordam que precisa haver uma equipe de gestão autônoma e profissional para gerir com eficiência as fortalezas.

Para sair dos trâmites burocráticos da UFSC, o Toner propõe criar uma “Associação dos Amigos das Fortalezas”, que constituiria uma pessoa física de direito privado, que possa captar recursos da iniciativa privada - algo que a UFSC não pode por lei -. Quais seriam os benefícios trazidas por essa Associação? O Toner explica que “a universidade não vai enfrentar nunca uma prefeitura. Mas uma associação de amigos não tem nada a perder se denunciar se a coisa está indo pro lado errado e colocar na mídia e divulgar. A Tractebel (maior geradora privada de energia do Brasil) não pode dar dinheiro para uma instituição pública como a universidade, mas pode dar para a Associação dos Amigos fazer um projeto de restauro na fortaleza. Não ficaria presa em licitações”.

Cabe ressaltar que em Portugal existe a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, presidida por Francisco Sousa Lobo, que através de parcerias com outras associações no mundo ligadas ao patrimônio histórico militar, tentam trocar informações para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da gestão desses monumentos.

Conclusão

Falar sobre a Fortaleza de Ratonos, requer que voltemos para analisar o contexto histórico que levou a sua construção. É preciso ter em mente que no século XVIII, as disputas das grandes potências europeias para obter territórios ultramarinos exigia-lhes um esforço militar e a presença constante de súditos nesses novos territórios, e muitas vezes as fortalezas surgiam para atender essa necessidade. Esse foi o caso da região sul do Brasil, onde se construiu as principais fortalezas que serviam de porto seguro para embarcações portuguesas e de nações aliadas, e para a defesa de um vasto território que se estendia da margem oriental do Rio da Parta, no atual Uruguai, até Santa Catarina.

Para levar este projeto adiante, foi imprescindível a vinda de imigrantes para o Novo Mundo, entre eles os açorianos e madeirenses, que deixaram a sua terra natal em busca de uma nova vida, e a incerteza se teriam ou não sucesso na sua nova pátria. Junto com os negros escravos, e os índios da região – cuja convivência por muito tempo apresentou desafios -, foram construtores das mais belas e imponentes fortalezas que Santa Catarina herdou. Lembremos que Portugal iniciou as suas atividades no campo da engenharia militar por uma urgência para salvaguardar os seus territórios no ultramar. Cabe neste momento usar as palavras do historiador português, Rafael Moreira, que disse: “há que reconhecer sem inibições que as fortalezas que os portugueses andaram erguendo, esquecidas e repudiadas como se de uma vergonha se tratasse, mais do que enclaves imperialistas foram lugares de secular convívio entre povos diferentes e focos de intensa aculturação, sendo os seus restos a marca física mais impressionante que a presença lusa deixou espalhada pelo mundo”.¹²⁸

Entre os engenheiros que deixaram o seu legado em território catarinense, o mais proeminente foi o Brigadeiro José da Silva Paes, que com sua capacidade técnica e formação, construiu o que veio a ser um dos patrimônios históricos mais conhecidos nacionalmente, que é a Fortaleza de Ratonos. Hoje, esse mesmo patrimônio está prestes a ser reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.¹²⁹

Até hoje, além da sua durabilidade – 277 anos de existência -, a Fortaleza de Ratonos encanta pela sua arquitetura, o jeito que foi projetada, o local em que ela foi erguida, cravada em uma ilha rica pela sua fauna e flora. Ela impressionou homens cultos como o Drº Remédios

¹²⁸ Rafael Moreira. (Org.). **Portugal no Mundo: história das fortificações portuguesas no mundo**. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas. p. 7.

¹²⁹ Agência RBS. **Dois fortalezas de Santa Catarina podem tornar-se Patrimônio da Humanidade**. In: DC Catarinense. 28/05/2017- 17h18min. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/05/duas-fortalezas-de-santa-catarina-podem-tornar-se-patrimonio-da-humanidade-9802140.html> 27/06/2017.

Monteiro no século XIX, e continua a impressionar a todos hoje, independente de sua formação intelectual ou situação socioeconômica. Com o advir do verão, e a brisa do vento soprando pelos seus edifícios, os visitantes sentem uma áurea de nostalgia e começam a pensar como os soldados daquele tempo levavam as suas vidas protegendo e sendo protegidos por aquelas grossas muralhas.

Embora depois da invasão espanhola em 1777, as fortalezas catarinenses passassem a ter um papel secundário, não devido a sua incapacidade de proteger os interesses portugueses na Ilha catarinense, mas devido a assinatura de paz entre a coroa espanhola e portuguesa naquele mesmo ano, tanto a Fortaleza de Ratonos como as outras que a complementavam continuaram a servir como portos para embarcações nacionais e internacionais no século XIX, como hospitais e até mesmo prisão. Até inícios do século XX, elas serviam para os propósitos nacionais.

Com a advento da modernização militar no século XX, de armas potentes, da aviação e da falta de instituições sólidas e leis eficientes para proteger o patrimônio militar herdado dos seus antepassados, as fortalezas caíram em um breve mas caótico estado de abandono. O mito da sua inutilidade histórica começou a ganhar força entre historiadores, e entre as estórias e superstições da comunidade que moravam em seu entorno, a história das fortalezas eram contadas com ar de deboche, ridicularizações, erro estratégico tanto de Portugal como de seus engenheiros. Sobre Silva Paes, “muitos o classificavam muito mais de arquiteto do que de engenheiro, porque se preocupava com a beleza e com os lugares em que ergueria os fortes do que com sua praticidade. No entanto, muitos autores o defendem, afirmando que ele aliou as duas coisas”, disse Dalmo Vieira.¹³⁰

Graças aos esforços de homens como o ministro da educação Gustavo Capanema (1934-1945) e do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, fizeram em 30 de novembro de 1937 pelo Decreto-Lei de nº 25, as primeiras leis que versavam sobre os bens tombados, ligados a memória e história da nação. Esse esforço resultou um ano mais tarde, no tombamento da Fortaleza de Ratonos. Significou em outras palavras que ela não poderia ser destruída, mas deveria ser preservada.

Infelizmente, a sua total recuperação e revitalização só veio a ser concretizada quase quarenta décadas mais tarde depois do seu tombamento. Nesse meio tempo, A Fortaleza de Ratonos veio a ser tomada pelo mato, e os seus edifícios ruíam devido a falta de reparos. A situação começou a mudar, quando por iniciativa da comunidade, encabeçada pelo Armando Gonzaga, todos se uniram para “atacar” a fortaleza em um trabalho de limpeza. Após isso, tanto a UFSC como o IPHAN tomaram parte do jogo, e deram continuidade através do apoio em prospecções arqueológicas e logo após isso, na manutenção do seu espaço. Já na década de 1990, a Fortaleza de

¹³⁰ (IPHAN) Jornal O Estado, 1983. Ratonos. Pasta 19.

Ratones foi totalmente restaurada - com o patrocínio do Banco do Brasil -, tentando seguir o seu projeto original. Qual foi o resultado desse trabalho conjunto? A população e os turistas ganharam a oportunidade de conhecer um patrimônio ímpar em beleza e rica em história.

Porém, o trabalho não parou. Os desafios são grandes. Embora a Fortaleza de Ratones esteja completamente revitalizada, as instituições que a mantêm buscam meios para tornar a sua gestão mais autônoma. Entre a gestão pensada está três opções: iniciativa privada, iniciativa pública, ou público-privada. O objetivo com esta discussão está em assegurar a visita de mais pessoas, diversificar os meios de transporte para a Fortaleza de Ratones, oferecer um conforto para os visitantes através de exposições, cafés, acesso a wi-fi, passar mais tempo na fortaleza em vez de apenas quarenta e cinco minutos, etc. Um outro ponto crucial na questão sobre qual a gestão é melhor para a Fortaleza de Ratones, é sobre a busca de recursos para mantê-la em operacionalidade. Dependendo somente do dinheiro público para geri-la é demasiado arriscado, levando em conta que o Estado tem outras prioridades.

Embora exista uma preocupação inerente com um bem histórico como é o caso da Fortaleza de Ratones, o presente trabalho teve como objetivo mostrá-la como um exemplo de sucesso em três campos: patrimônio, museologia e desenvolvimento. A Fortaleza de Ratones hoje é uma prova viva de um patrimônio que vem recebendo um reconhecimento crescente tanto das pessoas, como de instituições nacionais e internacionais. Hoje ela recebe a visita de estudantes, militares e pessoas oriundas de diversas classes, sedentas para ver, tocar e aprender sobre a sua história. Ela também é um museu a céu aberto, tendo como testemunhas os seus belos edifícios – quartel da topa, casa do comandante, casa da palamenta, cozinha, muralhas e paiol da pólvora -, como elementos da presença de uma geração passada que deixou como herança para os nossos dias uma construção imponente. Ratones ainda contribui para o desenvolvimento local, gerando empregos diretos e indiretos. Tanto o pessoal das escunas como as rendeiras de bilros – tradição açoriana e madeirense -, além dos restaurantes que funcionam dentro do circuito de visitação, ganham na alta temporada de verão o seu sustento com as visitas que elas recebem. Esse desenvolvimento pode tornar-se ainda maior se o poder público quiser.

Por que fazer um trabalho sobre um tema já estudado? Como escreveu a historiadora e museóloga Maria Mota Almeida, “o homem é fruto do seu tempo”.¹³¹ A presente dissertação não tem como foco colocar um ponto final sobre o estudo da Fortaleza de Ratones, pois isso é

¹³¹ ALMEIDA, Maria Mota. **MUDANÇAS SOCIAIS / MUDANÇAS MUSEAIS** Nova Museologia/Nova História - Que relação? In: Revistas científico-culturais. CADERNOS DE MUSEOLOGIA Nº 5 – 1996. Disponível em: <http://recil.ulusoфона.pt/bitstream/handle/10437/3548/mudan%C3%A7as%20sociais.pdf?sequence=1> Acesso em 27/06/2017.

impossível em uma obra só. Todavia, a dinâmica da sociedade está mudando a um ritmo acelerado, onde novos “porquês” não encontram respostas nas velhas afirmações.

A geração do século XXI já nasceu inserida no universo digital, em um tempo em que tudo se explica através de imagens e de sons. Neste sentido, como citado pelo professor e antropólogo Edmilson Felipe da Silva, “ser contemporâneo, diz Agamben, é não se deixar levar pela cegueira das luzes e sim enxergar no escuro, ou seja, o autor entende ser a luz, não o ideário iluminista do século XVIII, mas a sedução de uma sociedade cada vez mais irreversivelmente marcada pela tecnologia e pelo consumo”.¹³² Longe de ser um crítico do iluminismo, o autor quer apelar para a capacidade de ver mais longe do que está sob a luz dos holofotes do presente.

Um outro esforço que se faz neste trabalho, é mostrar a importância do patrimônio histórico e como elas colaboram para a formação da cidadania. A grande massa da população brasileira não se identifica com os seus monumentos históricos, e muitos nem sabem de sua existência. Convencer a população a conhecer a sua história, acontecerá através de uma companhia maciça por parte das autoridades e educadores. A cultura está intrinsecamente ligada com a saúde. Como diz o ditado em latim: “*mens sana in corpore sano*”. Uma mente saudável reflete um corpo capaz de ultrapassar os seus limites, de ir em busca de novos lugares, de conhecer novas culturas, de estar em contato com pessoas de formações diferentes, de aprimorar a criatividade, de não se contentar com a mesmice ou o sedentarismo. A cultura é uma das armas eficazes para combater a depressão, uma doença silenciosa e assina do século XXI.

Trabalhos como estes só terão serventia, se ajudar a todos a perceberem qual é o seu papel de cidadão e de gestor no cuidado que é preciso ter no manejo do patrimônio histórico e cultural. Nós brasileiros, que vivemos em um continente jovem e galgando um posto entre as nações em desenvolvimento econômico, político e cultural, não podemos sempre estar nos espelhando no exemplo do continente europeu e estar sempre lamentando e invejando o seu sucesso. Temos que arregañar as mangas e sair do comodismo, planejando o que queremos ser e fazer em termos de projeto de país.

Trabalhos que buscam desenvolver o potencial histórico dos nossos museus e patrimônios culturais é importante para ajudar a mover mentes e braços para o valor da nossa história. Isso é importante, porque serve de injeção de ânimo principalmente para quem trabalha diretamente com a área da educação patrimonial, a encarar o seu trabalho não como perda de tempo, mas com

¹³² SILVA, Edmilson Felipe da. **A dinâmica cultural contemporânea e a revalorização da vida**. In: Revista Kairós Gerontologia, 16(4), pp. 277-286. ISSN 1516-2567. ISSN e 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. (2013, dezembro). Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/21379-54744-1-SM.pdf> Acesso em: 27/06/2017.

esperança de que o seu esforço não é em vão. É poder olhar para trás, e usar as palavras do apóstolo Paulo que disse: “Combati o bom combate, acabei a carreira” (2 Timóteo 4:7). Já faz 278 anos que as fortalezas catarinenses - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonas e São José da Ponta Grossa - , estão deixando a sua marca e história para a comunidade e o povo que as visitam. E nós? Que legado ou contribuição estamos fazendo? Como diz o ditado popular: “falar é fácil, difícil é fazer”. Escrever sobre as fortalezas e falar delas é fácil, mas o que está sendo difícil, e isso é desde os tempos do Brasil Colônia, é saber o que fazer com elas. Se elas já estão subutilizadas, o que fazer então? Continuar nas mãos do poder público? Entregar para a iniciativa privada? Fazer uma parceria público-privada?

O que não se pode fazer de maneira alguma, é desvirtuar o seu propósito principal: ser um propagador dos valores cívicos e históricos para a nação. A construção das fortalezas não teve outro propósito a não ser esse. Se por décadas elas se encontraram abandonadas, foi por carecer de pessoas que tivessem à altura de honrar com seus compromissos pátrios. E uma das coisas que serve a história, é não permitir que erros se repitam.

Embora se encontre muitos desafios, a esperança sempre salta das vozes dos gestores, às vezes meio tímido. Todos reconhecem o trabalho feito pelo IPHAN, UFSC e a comunidade durante três décadas, e que os problemas que enxergam não podem fazê-los desanimar. A Fortaleza de Ratonas é reconhecida mundialmente, bem como as suas coirmãs, e isso é positivo para Santa Catarina e sua população. Para muitos que trabalham direta ou indiretamente com as fortalezas locais, elas fazem parte de suas vidas. Não é a conjuntura política, econômica ou institucional que irá abalar os esforços de fazer presente na vida cultural da sociedade catarinense, o valor do patrimônio histórico que ela herdou dos seus antepassados, representado pelos seus mais belos cartões postais , que são as fortalezas.

Sobre a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas, pego emprestado as palavras do engenheiro militar português, Francisco Sousa Lobo, que certa vez falou se referindo à Fortaleza de Marvão, em Portugal: “agora são os valores culturais, históricos e ambientais que devem ser preservados. São as pedras, memória viva do tempo, que testemunham a evolução das culturas e dos confrontos, as transformações sociais e a mudança de valores. Uma fortificação pára de evoluir quando deixa de ter utilidade, mas mantém-se de pé se a sociedade compreender e tiver consciência do seu valor como património construído, dando-lhe uma nova função”.¹³³

¹³³ MOREIRA, Rafael. (Org.). **Portugal no Mundo: história das fortificações portuguesas no mundo**. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas, glossário. p. 319.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular de século XVIII. In: **Revista de História das Ideias**. Vol. 20 – O Livro e a Leitura. Coimbra, 1999. p. 151-152. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol20/pdfs/06_aaraujo.pdf Acesso em: 20/06/2017.

ALMEIDA, Maria Mota. **MUDANÇAS SOCIAIS / MUDANÇAS MUSEAIS** Nova Museologia/Nova História - Que relação? In: Revistas científico-culturais. CADERNOS DE MUSEOLOGIA Nº 5 – 1996. Disponível em: <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/3548/mudan%C3%A7as%20sociais.pdf?sequence=1> Acesso em 27/06/2017.

Agência RBS. **Duas fortalezas de Santa Catarina podem tornar-se Patrimônio da Humanidade**. In: DC Catarinense. 28/05/2017- 17h18min. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/05/duas-fortalezas-de-santa-catarina-podem-tornar-se-patrimonio-da-humanidade-9802140.html> 27/06/2017.

Brasil [Leis etc]. Constituição da República Federativa do Brasil / Marcos Antônio Oliveira Fernandes, organização. - 22. ed. - São Paulo : Rideel, 2016. - (Códigos e Legislação Rideel).

BENTO, Cláudio Moreira: **A Fortaleza Brasil**. In: Academia de história militar terrestre do Brasil. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/fortbrasil.htm#apres> Acesso em: 12/12/2016.

CRUZ terra santa. **História de Santo Antônio**. In: <https://cruzterrasanta.com.br>. Disponível em: <http://www.cruzterrasanta.com.br/historia-de-santo-antonio/119/102/#c> Acesso em: 12/12/2016.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972. p. 120.

CORTESÃO, Jaime. **Histórias do Brasil nos velhos mapas**. Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco; Rio de Janeiro. 1957. 435 p.

COLAÇO, Thais Luzia. Construções e Conservações das Fortificações da ilha de Santa Catarina do Período Colônia. Florianópolis: UFSC, 1983.

Coordenadoria editorial da Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Brasília, DF. 1980. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf) p. 12. Acesso em 21/11/2017.

Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. **Transporte náutico para as Fortalezas.** In: <http://www.fortalezas.ufsc.br> Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/transportes-nauticos-para-as-fortalezas/> Acesso em: 09/09/2017.

Coordenadoria das Fortalezas de Santa Catarina. **Recuperação do sistema fotovoltaico de energia da Fortaleza de Santo Antônio, na Ilha de Ratoes Grande.** In: <http://www.fortalezas.ufsc.br>. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/2016/02/04/recuperacao-do-sistema-fotovoltaico-de-energia-da-fortaleza-de-santo-antonio-na-ilha-de-ratoes-grande/> Acesso em: 27/06/2017.

DUALIBI, Roberto. A história contada por meio dos monumentos. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB, 2015. In: **Revista DaCultura**, nº 25, p. 10-12, agosto/2015, il., color.

Delegação Permanente junto à UNESCO. In: **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: <http://brasunesco.itamaraty.gov.br/pt-br/cultura.xml> Acesso em 24/06/2017.

FERREIRA, Mateus de Moura. **Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural.** 2010. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/02/E4-D-07.pdf> Acesso em: 05/08/2017.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. **Fortificações Portuguesas no Brasil.** Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio cultural e o IPHAN: perspectivas no início do século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB, 2014. In: **Revista DaCultura**, nº 24, p. 34-42, dezembro/2014, il., color.

Fortificações catarinenses: Patrimônio de Santa Catarina e do Brasil. In: **Revista História Catarina.** Ed. 48, Ano VIII, 2012. p. 64-82. - p. 74-75.

Getúlio Vargas: Brasil. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Rio de Janeiro (RJ). 1937. Nov. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em 17/11/2016.

Getúlio Vargas: Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro (RJ). 1940. Dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em: 21/11/2016

Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. - Brasília : UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p., il. - (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf> Acesso em: 28/12/2016.

HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. - Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição, 236 p.

JULIÃO, Leticia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001 (Caderno de Diretrizes Museológicas). Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf Acesso: 12/12/2016.

LIMA, Helder Fernando Parreira de Sousa. **Os Açores na economia atlântica** – contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII. Angra do Heroísmo, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 34, 1976. p. 189, 208.

Legislação sobre patrimônio cultural. - Brasília : Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2010. 366 p. - (Série Legislação ; n. 41). p. 76-80. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf Acesso em: 23/11/2016.

MÁRCIO, José. **Gestor cultural: formação em foco**. [23 de abril de 2013] Salvador (BA): Cultura Digital. In: I Seminário Cultura e Universidade. Entrevista concedida ao Cultura Digital, ligado ao Ministério da Cultura. Disponível em: <http://culturadigital.br/culturaeuniversidade/2013/04/23/gestor-cultural-formacao-em-foco/> Acesso em: 28/12/2016.

MACHADO, Rosângela Maria de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina 1777-1778: A invasão espanhola**. Florianópolis: Edição do Autor, 2003, p. 138.

MAKOWIECKY, Sandra. GOIDARD, Beatriz. PETRY, Eduardo. CANTO, Fernando do. (Org.). **Museu da Escola Catarinense:** MESC UDESC. - 1. ed. - Florianópolis : UDESC/MESC : DIOESC, 2016. 87 p. : Il, ; 14,8 cm. - (MESC de Bolso).

MOREIRA, Rafael. (Org.). **Portugal no Mundo:** história das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Ed. Alfa, 1989. 336 p.: il., mapas, plantas, glossário.

PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural.** IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural_Til_Pestana_DAF.pdf Acesso em: 28/12/2016.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação Mestrado. Universidade de Brasília, DF, 1978. p. 113-117.

PIAZZA, Walter F. **A epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992. 490 p. : il. P. 29-30.

PONTE, Antônio Carlos da. **Aspectos Penais da Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.** Lex. Revista do Direito Brasileiro, v. 1, p. 01-25, 2006. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/PENAIIS.pdf> Acesso em: 09/12/2016.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. **Fortificações mutiladas em último estado de ruína:** O processo de arruinamento do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina (1777-1850). 2013.136 f. TCC (graduação) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Processo: 101-T-38 Livro: Belas Artes Vol.1 N° de inscrição: 96 N° da folha: 17 Data: 24/05/1938
Livro: Histórico Vol. 1 N° de inscrição: 54 N° da folha: 11 Data: 24/05/1938. Disponível em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>
Acesso em 17/11/2016.

QUEIROZ, Rita C. R. . Proposta de edição de um documento pessoal: as memórias do Dr. Remédios Monteiro. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 1998, Rio de Janeiro. Anais do Congresso

nacional de Lingüística e Filologia, 1997. p. 125-133. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais_125.html Acesso em 15/11/2016.

Redação ND. In: Jornal Notícias do Dia, Florianópolis, 22/04/2016. 18h12hs. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/morre-armando-gonzaga-defensor-do-patrimonio-historico-e-artistico-de-sc> 21/11/2016

Ratificação por D. Carlos III, rei de Espanha, do tratado preliminar com D. Maria I, rainha de Portugal, sobre os limites na América Meridional em 11/10/1777. Foto número: **PT-TT-TRT-ES1-4 m0037.TIF**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4617168> Acesso em: 24/06/2017.

REZENDES, Sérgio Alberto Fontes. A fortificação da Idade Moderna nos Açores: o caso específico das Ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. In: **VI Seminário de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações**, 31 de março a 02 de abril de 2010.

REZENDES, Sérgio Alberto Fontes. **A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar**. Letras Lavadas, Ponta Delgada. 2014.

Relatório dos grupos de trabalho. In: **Seminário Internacional Fortificações Brasileiras: patrimônio mundial**. Recife/PE. Forte das Cinco Pontas. 4 a 7 de abril de 2017. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3281.pdf> Acesso em: 25/06/2017.

REZENDES, Sérgio Alberto Fontes. **O Património Imóvel na ilha de São Miguel, durante o Estado Novo**. Colégio do Castanheiro, Ponta Delgada. 2011.

SEMPERE, Alfons Martinell. As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual. In: **Euroamericano: VIII Campus de Cooperación Cultural**. Cuenca, Ecuador. 28-30 de noviembre 2012. Disponível em: http://www.campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Relaoes_Cultura_Developimento_A_Martinell.pdf Acesso em: 08/07/2017.

SOUZA, Silvana do Rocio; BAH, Miguel. A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E OS PROFISSIONAIS DO TURISMO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL. In: **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 1, n.2, p. 26-35, 2011.

Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/347/256> Acesso em: 23/11/2016.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. In: **Desenvolvimento em debate. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.** Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandra_Braga/publication/272174372_DESENVOLVIMENTO_UM_CONCEITO_MULTIDIMENSIONAL/links/54de043d0cf22a26721dde51.pdf Acesso em: 23/11/2016.

SERPA, Caetano Valadão. **Gente açoriana:** Emigração e religiosidade século XVI-XX. Angra do Heroísmo, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, v. 34 (1976): 5-74.

SOUZA, Sara Regina de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina:** séculos XVIII e XIX. Florianópolis, IOESC, 1981. 260 p. p. 39-40.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil.** Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brazil, Rio de Janeiro, Tomo XLVIII, 1885.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil.** -Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 218 p.:il. (Biblioteca do Exército: 694. Coleção General Benício; v. 362). P. 39.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Org.). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel.** - 2. ed., rev. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. 224 p.: il., tabs., mapas, plantas + 1CD ROM. p. 39-40.

TONERA, Roberto. **Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles.** In: fortalezas.org. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2 Acesso em: 28/11/2016.

UCHOA, Carlos Eduardo; MACEDO, Josiane Therezinha. Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

VITERBO, Souza. **Expedições científico militares enviadas ao Brasil**. Lisboa: Panorama, 1964. 142p.

VEIGA, Eliane Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1988. 51 p. p.15.

Documentos primários

(APESC). Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1883/1884.

(APESC). Ofícios Presidente Províncias. **Engenheiros**. De 1843. F. 283.

(IPHAN) Ofício do Capitão de Fragata e comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, Joaquim Francisco Corrêa Leal. 15 de janeiro de 1907. Pasta 20.

(APESC) Ofícios do Vice-Rei para o Governador da Capitania, 1789, n. 321, fl. 207 – 208.

(IPHAN) Ratones. Pasta 18. Convênio celebrado entre Marinha de Guerra do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1990, para o uso da Fortaleza de Santo Antônio de Ratones

(IPHAN) Ratones. Pasta 18. convênio de concessão de uso celebrado entre a UFSC e o Comando do 5º Distrito Naval, sob o nº 85000/97-003/00, assinado pelo ex-reitor Rodolfo Pinto da Luz, e pelo Vice-Almirante Eduardo Pimentel de Oliveira no dia 26 de julho de 2002.

ANEXO 1: Entrevista com o arquiteto Roberto Toner, ¹³⁴ realizado no dia 17/01/2017.

Contato: roberto.tonera@ufsc.br

Roberto Toner é arquiteto da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/Brasil – graduado em março de 1985 e com especialização em Engenharia Civil, em 2002. Ingressou na UFSC em 1985 e desde 1989, é o arquiteto dessa universidade responsável pelas obras de restauração das quatro fortalezas históricas da Ilha de Santa Catarina - mantidas e gerenciadas pela própria UFSC - um dos maiores projetos de restauração de conjuntos de arquitetura militar, empreendidos no Brasil. Entre agosto de 1992 e novembro de 1996, foi também responsável pela Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC, onde, entre outros trabalhos, coordenou o projeto de inventário arquitetônico e cadastral de imóveis tombados dos centros históricos das cidades de Laguna e São Francisco do Sul, e que resultou no desenvolvimento de um banco de dados informatizado para cadastro e gerenciamento nacional de imóveis históricos. Atualmente, desenvolve na Universidade Federal: pesquisa histórico-documental relacionada às fortificações históricas no Brasil e no mundo, sistematizada em forma de banco de dados, CD-ROM e aplicativos para internet; projetos de restauração e conservação para os edifícios das fortalezas da Ilha de Santa Catarina; projeto de desenvolvimento de metodologia de levantamento e mapeamento digital de patologias construtivas em fortificações históricas. Criador e coordenador desde 1995 do Projeto Fortalezas Multimídia, é autor do CD-ROM Fortalezas Multimídia, lançado em 2001 pela Editora da UFSC. Também foi o produtor e diretor dos seguintes trabalhos: CD-ROM Museu Victor Meirelles, lançado em fevereiro de 2003; CD-ROM De Portugal ao Sul do Brasil, lançado em novembro de 2005; CD-ROM Cantigas do Povo dos Açores, lançado em dezembro de 2005 (somente em Portugal); CD-ROM Conservação e Manutenção da Fortaleza de Anhatomirim, IPHAN/SC, em 2005/2006; e Banco de Dados Memória e Documentação de Victor Meirelles, lançado em dezembro de 2008. Juntamente com o arquiteto Mário Mendonça de Oliveira, editou e publicou em 2011 o livro e CD-ROM multimídia: Defesas da Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro – 1786. Atualmente, coordena o projeto Banco de Dados Internacional sobre Fortificações: www.fortalezas.org, base de dados multilíngue sobre fortificações históricas em todo o mundo. Roberto Toner é sócio de honra da Asociación Amigos de las Fortificaciones de Uruguay, membro do ICOFORT - ICOMOS International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage (www.icofort.org) e

¹³⁴ Currículo disponível em: http://planejamento.ufsc.br/files/2014/11/Tonera_CV_resumido.pdf Acesso em: 14/02/2017.

membro do Comitê Técnico Permanente do Seminário Internacional de Cidades Fortificadas (www.cidadesfortificadas.ufsc.br).

Jefté: Quando começaste o trabalho com as fortalezas? Porque trabalhar com as fortalezas?

Tonera: A universidade (UFSC) assumiu em 79 (1979) Anhatomirim (Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim). A universidade começou com as fortalezas por uma conjuntura específica daquele período. As fortalezas estavam abandonadas, precisavam ter uma instituição que resolvesse adoptá-las e algumas pessoas ligadas a área do patrimônio, um deles faleceu a pouco tempo, o Armando Gonzaga, e outras pessoas ligadas ao IPHAN, estavam tentando buscar uma instituição que resolvesse assumir, porque a dificuldade da manutenção das fortalezas é porque elas estão naqueles locais, ilhas, de difícil acesso. Eles tentaram com órgão ambientais, eles tentaram com outras instituições, que pudessem adotar a fortaleza. Então o Stemmer (Caspar Erich Stemmer, reitor da UFSC de 1976-1980) foi visitar Anhatomirim, a pedido do Armando Gonzaga, e ele então comprou a ideia, que aquelas fortalezas podiam ser uma opção de um braço da universidade para a área da extensão e de pesquisa na época. Eu acho que a questão até inicialmente da universidade, não era nem trabalhar com a questão da visitação turística. Ia ser uma consequência, tanto que a primeira coisa que se montou lá foi um Núcleo dos Estudos do Mar – NEMAR -, que era aqui da área da biologia, que era pra estudar a parte marítima, fazer essa relação com estudos marítimos, estudos do mar, estudos da fauna marítima. Então seria uma espécie de extensão mesmo. Porque como as fortalezas estão ao longo de toda a costa, várias instituições e universidades poderiam adotar essas fortalezas, tirá-las do abandono e da ruína em que se encontravam, dando uma utilidade pra elas que hoje a militar já estava perdida.

Então o reitor da época comprou a ideia. Então foi assim que se iniciou essa participação da universidade com as fortalezas, em 79. Eu entrei para começar a trabalhar com os fortes em 89 (1989), porque em 88 pra 89 foi assinado um convênio da UFSC com a Fundação Banco do Brasil. Então a universidade já adotava as fortalezas, já tinha visitação turística - abriu a visitação em 84 (1984) -, já tinha alguns prédios restaurados em Anhatomirim. As outras duas ainda estavam abandonadas - Rationes (Fortaleza de Santo Antônio de Rationes) e Ponta Grossa (São José da Ponta Grossa). A Pró-reitoria de Cultura e Extensão decidiu resolveu assumir essa história de tocar a fortaleza pra frente. Já não tinha mais o núcleo de estudos do mar, aquela parte da biologia marinha, no começo, não se viabilizou, e aí a ideia foi trabalhar mais com a parte de cultura mesmo; visitação turística, educação patrimonial, trabalhar com turismo educativo, aproveitando esse potencial dos fortes. Isso já era quase dez anos, praticamente depois da universidade ter

assumido inicialmente. Passou dez anos e nunca se estruturou, não se fez um planejamento com as fortalezas. Até hoje continua assim.

Jefté: A universidade assumiu por emoção no início?

Tonera: Eu acho que sim. A questão de ver uma oportunidade, ver o potencial que tinha, mas essas coisas não é o reitor que vai fazer. O reitor que deu a iniciativa. Precisa desse apoio institucional da gestão. Mas precisa também ter corpo técnico que possa tocar as coisas, com o apoio da gestão. Então hoje a gente continua nessa situação. Nós continuamos sem planejamento.

Jefté: Esse corpo técnico que tu diz, Tonera, por exemplo.....

Tonera: arquiteto, engenheiro, museólogo, arqueólogo, arte educador, turismólogo, pra aproveitar todas essas potencialidades do forte. Precisa ter gente pra trabalhar com isso. Gente pra produzir atividades culturais e artísticas, interagir com as outras instituições aí fora da universidade, como a Secretaria de Cultura do Município do Estado, Secretaria do Turismo do Município do Estado, Secretaria da Educação do Município do Estado. Falta potencial interno da universidade, dos cursos de teatro, de música, de história, de arquitetura, todos.

Jefté: E isso falta até hoje?

Tonera: Até hoje. Mas falta planejamento. A universidade não sentou para pensar o que ela quer com as fortalezas. Não tem escrito. Uma gestão mais profissional, precisaria sentar, planejar o que se quer com as fortalezas. Quando assumiu essa gestão agora (o novo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, o senhor Luís Carlos Cancellier, assumiu o posto no dia 16 de maio de 2016, substituindo a reitora Roselane Neckel) propusemos fazer isso. Vai fazer um ano em maio (de 2017), e nós não conseguimos sentar pra fazer isso. O pessoal vive apagando incêndio, e não senta pra planejar, embora isso seja essencial. Porque eu sou arquiteto, minha vida toda eu sempre trabalhei com planejamento. Tu tens que planejar as coisas. Tu tens que saber o que nós vamos fazer com as fortalezas esse ano, e daqui a cinco anos e daqui a dez. Aonde que a gente quer chegar? Porque daí a gente caminha, com todas as dificuldades de dinheiro de pessoal, estrutura, de apoio. Mas se tu sabes aonde tu quer chegar, tu caminhas reparando as arestas. Mas se tu não tens um objetivo, tu não tem uma luz lá no fim do túnel, aonde tu quer chegar, é difícil! Aí cada um atira pra um lado. E a universidade, enquanto administração central, nunca disse assim: “não, as

fortalezas são nosso projeto de educação. Nós vamos utilizar as fortalezas como instrumento efetivo de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nós vamos fazer das fortalezas um campus avançado da universidade. E nós vamos fazer isso, dessa forma, com esses objetivos. Nós queremos chegar a tal ponto”. Se perguntar para as pessoas para que serve as fortalezas, o pessoal vai dizer: “Há, é pra visitar”. Os alunos não participam. Isso não está formatado.

Jefté: Não tem uma diretriz, é apenas um falatório esses projetos que existem? Não existe um estatuto nesses 37 anos que fizeram para dar uma direção?

Tonera: Pra tu ter uma ideia, hoje nós temos menos gente trabalhando nas fortalezas do que nós tínhamos em 1979 (quando era apenas a Fortaleza de Anhatomirim). Hoje estamos com três fortalezas. Antes era só uma. Então, o fato da universidade nunca ter botado internet lá, apesar de todas as dificuldades operacionais, é um testemunho de que as fortalezas não estão integradas na vida cotidiana da universidade. Elas não são como se fossem um departamento efetivo da universidade. É uma coisa que uma gestão diz: “agente tem, então vamos continuar tendo”. Não existe uma diretriz da universidade. É isso que eu falo. Não existe uma diretriz da universidade pro que quer que as fortalezas sejam. Aí depende do diretor de plantão, ou às vezes, das outras pessoas que estão trabalhando. Depende do Tonera propôr um negócio. Se não quiser propôr ele continua sentado ali, vai embora, vai pra casa, não propõe nada, não acontece nada. Se a pró-reitora ou a secretária daquela gestão X não se propuser a fazer isso, não assumir, não vestir a camisa, não acontece.

Jefté: Então para os gestores é mais cômodo não fazer nada e ficar parado, do que tomar as ações?

Tonera: Porque dá mais trabalho. E também porque precisa saber o que precisa fazer. Porque as fortalezas envolve uma gama grande de coisas. É por isso que precisava um corpo técnico multidisciplinar. Porque ela envolve, por exemplo, preservação. Então tem que ter alguém especializado em patrimônio. Eu vim pra cá, em 2013, mas eu trabalho desde 89, que é a pergunta que tu fez. Eu entrei em 89, com dez anos depois....

Jefté: Como técnico, servidor ou como aluno?

Tonera: Não, não, arquiteto. Eu me formei em 85. No final de 84 pra 85. Eu era da turma de 84. Aí terminei, e logo que me formei, no mesmo ano entrei – como servidor - na universidade. E aí eu

estava trabalhando como arquiteto do setor de projetos da UFSC, que faz projetos para a UFSC: laboratórios, salas de aula, prédio administrativo. Aí quando começou esse Projeto Fortalezas, de 88 para 89, o setor de projetos da UFSC precisava indicar alguém para Pró-reitoria de Cultura e Extensão poder gerir e administrar aquele projeto que estava começando. Precisava ter um arquiteto da UFSC junto nessa equipe. Porque a Pró-reitoria de Cultura e Extensão não tinha arquiteto. Estavam todos lá no DEPAE (Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia). Aí é o projeto de restauração sendo feito entre a UFSC e o IPHAN com a autorização da Marinha. Basicamente a UFSC e o IPHAN. Os arquitetos da área do patrimônio estavam no IPHAN. Precisava de um arquiteto, ou alguém do corpo técnico, engenheiro, da UFSC para fazer a conexão.

Jefté: Então acabaste indo por acidente?

Tonera: É. A minha formação era na área de patrimônio histórico. O meu trabalho de conclusão de curso foi sobre o patrimônio histórico de Santo Antônio de Lisboa (bairro histórico de Florianópolis, criado em 26 de outubro de 1751 por colonos açorianos). Mas quando eu entrei na universidade, eu entrei como arquiteto, para trabalhar como arquiteto pra fazer qualquer coisa que precisasse fazer dentro da UFSC. Aí isso foi em março de 89, e eu estava de férias, e o Projeto (Projeto Fortalezas) começou em novembro, dezembro, se eu não me engano do ano anterior, em 88. Naquele período de férias, eles fizeram um pedido para o ETUSC (Escritório Técnico e Administrativo da UFSC, que deu lugar ao DEPAE em 2010), para indicar um arquiteto. Ninguém queria. Os arquitetos nenhum tinham formação na área de patrimônio. Não gostavam dessa área, não tinham familiaridade com essa área. Como a minha opção no TCC (Trabalho de Conclusão de Curso para obter o diploma em uma área de graduação) tinha sido na área de patrimônio, era algo que me interessava, que eu gostava. Eles me indicaram por ausência. Eles pensaram: “o único que não está aí pra não dizer não, é o Tonera”. Quando eu voltei de férias, eles disseram: “nós te indicamos para uma comissão para trabalhar com as fortalezas”. Então eu comecei a trabalhar com as fortalezas em 89, aí eu não parei mais.

O trabalho que eu tinha com as fortalezas era oficialmente para Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Sempre foi. Mudou de nome várias vezes, mas sempre foi ligada a área da cultura. Depois, acabou o Projeto Fortalezas. As outras duas (Ratones e Ponta Grossa) foram incorporadas ao patrimônio da UFSC. Eu também fui pro IPHAN, passei um tempo no IPHAN, entre 91-92 até 96, e lá também eu trabalhei com as fortalezas.

Jefté: Como é que a nova reitoria da UFSC vê as fortalezas?

Tonera: Eu montei um projeto de extensão, que tinha atividade de pesquisa também, registrado como extensão, que desenvolvia coisas relacionadas às fortificações. Desde a parte dos CDs ROOM, desenvolvimento de trabalhos ligados a produção e difusão de conteúdos sobre as fortalezas, sistematização desses conteúdos, organização de acervos fotográficos, e começamos isso no projeto de extensão. UFSC não tinha esse trabalho. Toda a história das fortalezas, foi começado a ser registrada a partir do Projeto Fortalezas Multimídia, o projeto que eu criei de extensão. Não havia essa preocupação da UFSC, tanto é que até hoje nós continuamos a fazer isso. Através do Banco de Dados (esse Banco de Dados Mundial sobre as Fortificações pode ser acessado no site: www.fortalezas.org) que foi criado no projeto de extensão. Não foi criado pela universidade. Nós chegamos a publicar em revistas em capítulos de livros e coisas assim, muito mais do que a parte da área cultural da Secretaria de Cultura, da Pró-reitoria de Cultura ligada às fortalezas. É um trabalho que era dessa extensão. Então só em 2013 é que eu fui transferido exclusivamente para as fortalezas, para o setor ligado as fortalezas. Então, aí deixei de fazer aqueles outros projetos que eu fazia no DEPAE, e fazia meus projetos de extensão ligados as fortalezas. Então sempre trabalhava de certa forma cooperado, com alguns projetos por demanda da Secretaria de Cultura ou da Pró-reitoria de Cultura que pedia e agente fazia, outras que eram iniciativas minhas, uns juntos com algum relacionamento com a Secretaria de Cultura, outros não, outros eram independentes. Porque o trabalho ali do Fortalezas Multimídia extrapolava as fortalezas mantidas pela UFSC.

Jefté: Como um Projeto mundial.

Tonera: Como um Projeto mundial, internacional, trabalhava com outros fortes, a gente pesquisa outros fortes, a gente tem mais conteúdos aí do que os próprios gestores desses fortes. Forte de Santa Bárbara, ou Forte Marechal Moura de Naufragados, Nossa Senhora de Araçatuba.....

Jefté: Na verdade, eles agora dependem do Banco de Dados muitas vezes pra obter informação.

Tonera: Sim. A gente extrapolava os limites da universidade. Então tem alguns trabalhos que acabavam não sendo trabalhos que tivessem um apoio da Pró-reitoria, porque ia além das fortalezas da própria universidade. Então só em 2013, é que eu vim fazer parte do corpo técnico da

Pró-reitoria de Cultura, da Secretaria de Cultura, porque agora não é mais Pró-reitoria, porque foi perdendo status...., a cultura já é menos valorizada e aí foi perdendo, deixou de ser Pró-reitoria, passou a ser Secretaria. Isso no fundo demonstra a perda da importância da cultura, da relevância que a cultura tem dentro da universidade. São sempre coisas assim, meia anexas, meio.... não vou dizer supérfluas, quase que.... não são coisas..... são coisas dispensáveis..... Na visão que eu acho, que a questão universitária tem da área cultural. “São coisas legais de fazer, precisa fazer, porque também é bom, é bonito é legal”, entendessee?

Jefté: É feita muita propaganda.....

Tonera: É, mas não são ações consideradas essenciais, no meu entender. No meu entender, do entendimento da gestão, das gestões. Não é apenas dessa gestão. Então, quando eu vim trabalhar com as fortalezas, também foi uma decisão meio contraditória dentro do DEPAE, porque a gente queria montar um setor de patrimônio dentro do DEPAE, porque essa área de gestão do patrimônio histórico é também uma área técnica dentro da área da arquitetura. Então existe um projeto para se fazer uma área nova, laboratórios, prédios, etc, e existem projetos de restauração. Não pode ser feito por um historiador, precisa ter um arquiteto pra fazer um projeto de restauração. Então é uma área técnica da arquitetura e da engenharia. Então deveria ser um departamento, ou um setor de projetos do DEPAE. Então o DEPAE devia se compartimentar para ter um setor de patrimônio e de projetos que aí cuidasse das fortalezas. Independente da questão da gestão cultural e da visitação, que poderia continuar sendo realizada pela Secretaria de Cultura. Nós temos que começar a montar um quadro técnico aqui, para atender todas essas áreas, áreas de conservação e manutenção. Precisa ter profissionais da arquitetura e da engenharia trabalhando com isso. Só tem hoje um arquiteto só, que sou eu. Na parte da difusão cultural precisava ter alguém trabalhando nessa parte da pesquisa, da memória, da história das fortalezas, etc. E aí precisava ter um historiador. Daí, sou eu quem faço isso, que acumula isso também. Então a gente tenta suprir um pouco da deficiência disso com os estagiários que vão trabalhar nessas ideias, de trabalhar com pesquisa, registrar documentalmente, a memória fotográfica, memória visual do que aconteceu. As fortalezas não são museus, não são espaços culturais!? Então precisaria de gente da área de museologia, precisa ter alguém da área da atividade cultural, precisa ter um produtor cultural, precisa ter um produtor artístico, alguém para organizar as exposições, pra organizar eventos nas fortalezas. Do ponto de vista cultural e turístico. Teria que ter alguém da área do turismo. Praticamente hoje as fortalezas virou um empreendimento turístico.

Jefté: Precisaria ter apresentações teatrais, dentro das fortalezas.....

Tonera: Isso, mas, vamos esquecer o cultural e o artístico. É o turismo, a visitação turística. Não tem ninguém da área do turismo nas fortalezas. Não tem ninguém. Não tem um da área da administração ou de algum curso de turismo, ou associado a UFSC, ou de outra universidade, ou aqui dentro da administração que tem esses cursos de turismo, a pós-graduação ali relacionada a gestão.

Jefté: Esses cursos de guia turístico que acontecem são de universidades de fora que chamam vocês para participar?

Tonera: Não, e é meio uma contribuição que a gente dá para os cursos de turismo aqui Do IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina) e da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), que nos convidam para dar palestras sobre as fortificações, porque como eles estão fazendo curso de turismo, e as fortificações são atrações turísticas, eles querem alguém que dê formação sobre as fortalezas. Mas isso é mais em forma de palestra, às vezes uma visita guiada. Mas não existe uma parceria institucional permanente que contribuísse de forma bionívoca, e nós contribuíssemos com o curso e o curso contribuísse com as fortalezas, não existe. Seria uma parceria institucional, que pudesse aproveitar o conhecimento desses cursos para melhorar a gestão das fortalezas, isso não se faz, e nem se faz o contrário também, não se dá suporte permanente a esses cursos em termo de formação deles. Se resume a uma coisa eventual: palestra, visita. A mesma coisa aqui dentro da universidade. Não tem ninguém fazendo um trabalho sistemático lá no curso de história, nem no curso de arquitetura com as fortalezas. Isso não está dentro lá da ementa dos cursos. Isso não é um projeto continuado de um ano para outro, onde o aluno da história e o aluno da arquitetura evoluísse um conhecimento que se acumulou naquele ano anterior sobre questões relacionadas a história das fortalezas, ou a técnicas construtivas, em torno da arquitetura. Não existe um processo continuado. Isso são eventos apenas. Nós vamos lá com uma turma da arquitetura, levamos a turma da história para visitar a fortaleza, vou dar uma palestra e fica nisso. Estou tentando agora, de novo, mais uma vez, falar com o professor Klug, falar com o professor Tiago (professor do curso de Trabalho, Sociedade e Cultura da UFSC, Tiago Kramer de Oliveira) da cartografia, da história portuguesa, lá da arqueologia, o Bueno (professor do curso de arqueologia da UFSC, Lucas de Melo Reis Bueno), tentando motivá-lo, a gente estabelecer uma espécie de projetos continuados, entendesse? Estamos ali com o pessoal da arquitetura também, tentando ver se agente conseguia dois semestres, começar um trabalho que levasse um ano, que no ano seguinte avançasse a partir

dali já com algo que tivesse uma continuidade permanente. Então, que fossem projetos integrados, e que fizessem parte da disciplina mesmo. Fizesse parte do projeto do curso. Ou seja, eu tenho que estudar patrimônio histórico, tenho que estudar história das construções, tenho que estudar a história da arquitetura brasileira. É isso que se pensava organizar, precisa ter vontade de professores querendo fazer isso, mas tem que também ter uma coordenação aqui nas fortalezas que motivasse isso, fosse uma espécie de aglutinador, que fizesse a ponte.

Jefté: Tu achas que as fortalezas são hoje subutilizadas, Tonera?

Tonera: Totalmente. Esse ano nós praticamente não conseguimos recursos. Acho difícil conseguir recursos esse ano, em função da crise (crise financeira no Brasil). A gente tem que buscar recursos através de Editais, através de recursos da própria UFSC, através de outras parcerias, IPHAN, através dos recursos do Ministério da Cultura, mas se a gente não conseguir recursos, a gente está praticamente com quase todas as construções interditadas, sem uso, desocupadas, ou sem condições de visitação, vazias. Nós estamos com o quartel da tropa (fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim) interditada, nós estamos com outro edifício vazio, com outra casa que precisa ser reparada, sem energia elétrica, sem uma exposição lá dentro. Pode hoje caminhar pra uma inanição, a ponto das pessoas irem visitar as fortalezas, andar em volta dos edifícios, veem aquilo como se fossem umas maquetes, sem que tu efetivamente possas utilizar as construções, utilizar as fortalezas, para projetos mais concretos.

Jefté: O que as fortalezas hoje arrecadam dá para o quê?

Tonera: Uma grande parte dessa conta aí está lá na página das fortalezas (www.fortalezas.ufsc.br), Tem um menu que dá a receita. Vai estar desse ano e do ano passado também. A do ano passado (receita arrecadado das fortalezas), sobrou 140 mil reais, se eu não me engano. Se não me falha a memória, eu acho que é isso. Ou seja, o que paga o pessoal terceirizado de vigilância, limpeza, paga as despesas de barco. Não é utilizado para pagar os funcionários de carreira. Já são poucos, somos nós aqui do setor, e tem mais alguns funcionários lá em Anhatomirim. As outras duas fortalezas (Ratones e Ponta Grossa), todos são funcionários terceirizados. Então esse recurso é repassado para UFSC, que aí usa o recurso para pagar vigilância, para pagar a manutenção, para pagar esse pessoal terceirizado que trabalha nas fortalezas, para pagar despesas de manutenção, inclusive para pagar as bolsas. Bolsas de extensão, aqui não são nem da UFSC, estavam sendo pagas pelo Projeto Fortalezas.

Jefté: Devido sucateamento da gestão, há o risco dessa coordenadoria das fortalezas desaparecer?

Tonera: Eu acho que sim. Eu acho que ele só não desapareceu porque a gente está aí trabalhando. Eu tenho proposta com as fortalezas, mas a gente não senta pra conversar isso. Desde que assumiu a nova gestão, eu venho solicitando isso, que a gente faça reuniões periódicas, de planejamento, estrutural o que a gente quer com as fortalezas, e aí a gente ir atrás de obter técnicos pra desenvolver isso, sair para buscar recursos, para desenvolver isso..... mas precisa ter planejamento, não dá pra trabalhar assim. Ninguém está trabalhando com um objetivo. Se perde muitas vezes em detalhes, porque exatamente não tem foco, não tem planejamento. Aí fica com o foco no problema e não foca na solução. Falta objetividade, falta entendimento, consciência da onde tu quer chegar. Então a UFSC, a gestão tem que pensar, a secretaria tem que pensar, a Secretaria de Cultura tem que estabelecer uma espécie de diretriz do que quer com as fortalezas, quando e como vai fazer isso. E buscar apoios em várias estâncias pra realizar isso. As Fortalezas não podem ser resolvidas só com a universidade, não dá. Por exemplo, a gente teria que estar trabalhando com o pessoal do turismo da Cidade e do Estado. Mas tinha que trabalhar em conjunto, irmanadamente mesmo. Não se faz isso. Eles largam, assim um pouco de mão. Então, a Secretaria de Cultura (UFSC), eles não se preocupam muito com as fortalezas. Para elas não é uma demanda. Mas eu acho que devia ser. Tu tens que ter um fomentador disso, tu tens que ter um articulador, tem que ter uma pessoa que seja um catalisador disso. Eu acho que universidade deveria ser o catalisador disso. A universidade tinha que ir em uma Secretaria de Turismo, em uma Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, do Estado ou do Município, e propôr as ações em conjunto para tocar as fortalezas. Abrir isso pra uma coisa que tem que ser feita em parceria. Por exemplo, a questão que tem que resolver, é a questão do transporte das fortalezas, essa dependência. Pode ficar trabalhando, sem problema nenhum, mas a gente tem que viabilizar outro transporte.

Jefté: Quais?

Tonera: Transporte público municipal, por exemplo, marítimo. O passageiro pode ir, ficar o tempo que ele quiser na fortaleza, voltar em qualquer barco.

Jefté: Porque essas escunas formam um monopólio?

Tonera: A escuna pode continuar trabalhando, mas o que ela não entende, é que ela vincula o passageiro ao barco dela. Então, por exemplo, o turista não pode ir no barco das 09:00 horas, e voltar no barco das 17:00 horas. Ele tem que sair quarenta, quarenta e cinco ou uma hora depois que ele chegou na ilha (ilha da fortaleza de Anhatomirim ou Ratoles) naquele mesmo barco. Porque aí o interesse ali é fazer o passeio, e ganhar o dinheiro da passagem do sujeito ali, e não está pensado a coisa em conjunto. O cara está indo visitar um sítio histórico, precisa de tempo.

Jefté: Eles veem mais o lado financeiro.

Tonera:; É isso. Então, as próprias escunas podiam tomar essa decisão, podia montar uma resistência grande lá, de que eles desvinculassem o passageiro. Então tu vem embarca, vai apresentar o comprovante lá, e o cara diz: “olha, ele foi comigo, e voltou contigo. Então tá, metade pra cada um”. É fácil fazer isso. Ou a outra opção, é ter uma concessão pública. Então as pessoas fazem o seu horário, fazem o seu tempo. Eu acho isso essencial, para tu poder usufruir da fortaleza. Parece que mesmo que tivesse agora todos os edificios restaurados, todos com exposições dentro, todos com alguma atividade, o cara não consegue nem caminhar pela rua em volta da ilha de Anhatomirim, no tempo que ela tem hoje. Então, o que adianta ter essa montoeira de exposições, se o visitante não vai poder entrar em nenhuma? Ou se entrar em uma, não vai entrar nas outras dez, e não vai visitar a ilha? Não pode sentar lá no gramado e apreciar a vista, fazer uma contemplação daquele espaço que é bonito, fazer essa integração do patrimônio cultural e ambiental? Como é que ele vai fazer uma trilha que já leva uma hora, se ele não tem tempo pra fazer no tempo que a escuna deixa atualmente ele lá? Então tem que mudar essas coisas. Há um mundo de coisas pra fazer. Existem uma série de ideias. Precisa fazer o quê? Precisa planejar esse corpo de ideias, e precisa planejar esses objetivos, elaborar, detalhar a forma de realizar essas ações e tudo o mais, precisa garantir corpo técnico pra fazer isso, e parcerias internas e externas, e aí as fortalezas poderiam ter o aproveitamento completo desse potencial que elas tem. É muito potencial na área de turismo ecológico, na área da formação universitária. Eu digo, é ensino mesmo, pra ter aula lá de teatro, história, biologia, botânica, usar aquilo pra ensino, pra extensão, pra vários projetos que dá pra fazer ali, como implantar energia foto voltaicas, energias alternativas, pesquisa sobre as as capivaras (presentes na Ilha de Anhatomirim), que podiam ser da área da biologia, da questão ambiental, dá pra pesquisar vegetação, fungos, algas, pesquisar técnicas construtivas, fazer teatro, fazer cinema. Se tu botar um laboratório, de um curso qualquer, dentro da fortaleza, tu está queimando praticamente aquele espaço, ninguém vai poder entrar dentro de um laboratório de um professor e visitar. Não é isso, é usar de suporte. Usar a fortaleza de suporte. Ir lá se quiser todo

dia, mas não é se estabelecer lá. Esses ambientes das fortalezas são pra projetos de difusão das informações relacionadas aos fortes. Sejam de história, seja do artesanato local, seja da questão ambiental, eles vão ser propagadores desses conteúdos. Mas não é virar lá serviço público. O único setor que precisa lá, é um setor que nós precisamos, que nós não temos até hoje, que é um setor administrativo nosso, de gerenciamento. Se tu chega hoje na fortaleza, qualquer uma delas, se tu quiser falar com a universidade, não tem. Só tem os terceirizados, os bilheteiros, mas eles não falam pela universidade. Não tem um porta-voz da universidade. Precisa resolver uma questão lá pra queles que querem dar apoio a um visitante, estudante, pesquisador que for lá, não tem essa pessoa. Não tem nem telefone nas fortalezas. É o telefone do fulano, do vigia, do bilheteiro, que a gente tem o telefone dos caras. Mas eles também não telefonam pra eles não gastarem o crédito deles.

Jefté: Toner, a universidade não é dona das fortalezas é apenas mantenedora.

Toner: No caso, alguns órgão federais tem uma jurisdição sobre esses bens da União, como é o caso da Marinha em Anhatomirim e Ratonés. Daí fez uma cessão de uso pra UFSC. Inclusive a concessão da Marinha temos que renovar este ano, de cinco em cinco anos.... São trinta e sete anos, vai fazer trinta e oito que Anhatomirim vem sendo renovada. Mas não é permanente.

Jefté: Quando eu estudava aqui na UFSC, ainda durante a gestão anterior (reitora era a Roselane), eu escutava que do jeito que a situação das fortalezas estavam (má gerência da universidade), era melhor devolver pra União ou pra Marinha as fortalezas. Isso seria uma boa solução?

Toner: Não, porque eles (Marinha) não querem. O Patrimônio da União não gerencia nada, não administra. Ele não é usuário dos bens, ele é o cartorialista da coisa, ele é o que controla a propriedade do ponto de vista da área, mas ele não é o gestor de uso. Ele vai ter que encontrar alguém pra entregar. Se nós devolvermos, não quisermos mais, vai voltar pra Marinha, mas a Marinha não quer ou não tem estrutura, pelo menos não teve a té hoje, estrutura para gerir. Do ponto de vista militar, pra eles eram em bem próprio que tinha ficado obsoleto. No âmbito militar não havia a preocupação de usar como meio cultural e havia a necessidade de um grande empenho financeiro pra custear isso. Eles ficaram muito felizes que a universidade assumiu, quer dizer, hoje preserva a memória deles, das forças militares, tanto da Marinha como do Exército, e preserva o patrimônio, sem eles terem que cuidar diretamente e não desembolsa nada. No caso de São José da

Ponta Grossa, o Exército devolveu para União, e a União fez um acordo, fez uma cessão direto pra UFSC.

Jefté: Algumas pessoas dizem: “é muito mais fácil pra universidade fazer com que as fortalezas como patrimônio, privatize e monte um hotel lá dentro, um resort, e só assim ele vai ter mais recursos”.....

Tonera: Não é possível. Existem parcerias, o IPHAN quer defender uma história de parcerias público-privado. Mas isso funciona para certas coisas, por exemplo, a UFSC já tem essas parcerias. O responsável da lanchonete (a única que existe nas fortalezas e que funciona apenas na fortaleza de Anhatomirim, mas que não está em funcionamento) ele é um privado que gerencia um espaço público dentro da fortaleza, mas para atender o projeto de visitação.

Jefté: Isso é feito por licitações?

Tonera: Por licitação. Ele fez uma licitação, ganha a licitação, faz um contrato por três anos, cinco anos.....

Jefté: De Ratonés não tem lanchonete.

Tonera: Não se tem interesse. Não tem interesse privado em assumir lá. Acham que não tem visitação frequente, não se sustenta lá com a visitação atual. Mesmo na alta temporada. A maioria dos barcos não param lá. Tem a menor visitação. Mas esse negócio de receita, eu particularmente, eu acho que devia caminhar para uma isenção completa da visitação. Está agora para a reitoria assinar um dia de gratuidade. Um dia do mês. Que é um negócio que é comum em vários lugares do mundo, em vários museus, que tem essa política de gratuidade que é para poder atender o público mais carente. Mas nas fortalezas não vai funcionar muito dessa forma porque o problema não é o ingresso. O ingresso tu pagas oito reais a inteira. O caro é a escuna, que é oitenta reais, setenta, dependendo da época do ano, depende da temporada. Então meso que naquele dia seja gratuito ir na fortaleza, a escuna não vai ser gratuita, a não ser que a gente também conseguisse convencê-los de uma parceria, convencer que seria bom do ponto de vista mercadológico, cultural, pra facilitar o público local que acaba não conhecendo as fortalezas porque para ela é caro. O turista se for para pagar duzentos reais acaba pagando, porque está de férias, veio para gastar. Mas o visitante pagar oitenta reais a escuna, vai um casal e dois filhos, ela paga trezentos e vinte reais

mais a entrada, mais a bebida, mais o almoço.... gasta praticamente um salário mínimo em um dia. A taxa de gratuidade iria funcionar bem para a fortaleza de Ponta Grossa, que ninguém precisa pegar escuna, pode ir de bicicleta ou a pé. Eu acho que nós devíamos ter apoiadores externos, de um mecenas que permitisse que a fortaleza não dependesse da taxa de visitação, que ela fosse gratuita para todo mundo. Recurso do Estado, porque cabe a ela promover cultura. É por isso que surgiu a ideia de fazer uma Associação dos Amigos das Fortalezas, que pudesse captar recursos. Seria ótimo encontrar alguém que se disponha a administrar seu tempo e dedicação. É mais preocupação e trabalho. Precisava de alguém para revitalizar as fortalezas, de um museólogo, gente do turismo educativo, do meio artístico pra produzir eventos, de gente da administração para tocar essas coisas financeiras, do turismo, para entender as fortalezas como um produto turístico.

Jefté: Tonerá, em agosto de 2013, Santa Catarina foi beneficiada com 13 obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal)¹³⁵ para cidades históricas e entre elas seriam restauradas as fortalezas de Anhatomirim, Araçatuba, Rationes, Santana, Santa Bárbara, São João, Ponta Grossa e Marechal Moura. Essa verba foi repassada?

Tonera: Esse projeto está em andamento desde 2013. O que acontece é que não existiam projetos, então nesse caso do PAC que é administrado pelo IPHAN, o recurso é do Ministério da Cultura, mas vem através do IPHAN. Quando o PAC é obra dentro da cidade, por exemplo um museu, o IPHAN repassa o recurso para a prefeitura que agiliza isso através de contratação de projetos, licitações, execução das obras, etc, depois presta contas. No caso das fortalezas, o IPHAN não repassou para o município e nem repassou para os gestores das fortalezas. Ele resolveu assumir para si a responsabilidade de tocar o projeto das fortalezas.

Jefté: Mas porque o IPHAN centralizou a responsabilidade desse empreendimento?

Tonera: Eu não sei, aí tu tens que perguntar para eles. Eles achavam que tinham que ficar com eles. Eu preferia que eles dissessem: “Tem quatro milhões de reais para a universidade, vocês agora, portanto, desenvolvam os projetos e as ações que vocês querem, para revitalizar as fortalezas, nos apresentem para a gente aprovar, etc.....”. Eu acho que poderíamos trabalhar em conjunto. E no início disseram que ia ser um trabalho interinstitucional, mas, na prática, acaba eles concentrando informação, é uma dor de cabeça que tive aí em poucos anos, exatamente essa relação com o

¹³⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/08/sc-sera-beneficiada-com-13-obras-do-pac-para-cidades-antigas.html> Acesso em: 26/01/2017.

IPHAN. Não há um trabalho integrado de fato com a universidade para o desenvolvimento dos projetos. A gente que tem experiência com as fortalezas desde 1979, já está há mais de trinta anos trabalhando com as fortalezas, tem condições de ajudar nesses projetos. Nesse trabalho de revitalização das fortalezas que o PAC se propunha a fazer. Faltou capacidade técnica por parte do pessoal do IPHAN, falta de capacidade política. Nós temos uma relação conflituosa.

Jefté: E quando há uma tentativa de diálogo com eles, o que acontece?

Tonera: As próprias empresas que trabalham para eles, nos informam que eles não se entendem nem entre si, os técnicos. Tem empresa que diz que cada vez que fazem uma reunião de trabalho, um técnico diferente altera as diretrizes. Eles (IPHAN) querem saber tudo o que a gente sabe, passar para eles, para eles decidirem o que vão fazer. Não é algo em conjunto. Se tu propõe algo que eles não querem, eles não fazem. Eles simplesmente dizem: “isso nós não queremos”. A gente pergunta: “Mas porque não?” Eles falam: “Não importa, isso nós decidimos.”

Sobre a pousada na fortaleza, é diferente da lanchonete que é um suporte da visitação. Uma pousada não poderia deixar os visitantes entrarem na pousada. Porque vão entrar nos quartos das pessoas. Tem a questão do transporte, lixo, tudo vai se confundir o que é público e o que é privado. Há riscos de com a entrada de iniciativas privadas haver o mutilamento das edificações, como houve no caso do restaurante (que funciona em Anhatomirim), dano no edifício que funcionava o restaurante, de ampliações que foram autorizadas indevidamente, mas inicialmente foram aprovadas pelo IPHAN e pela universidade, para atender a demanda do restaurante. O prédio foi mutilado com uma ampliação a espúria, porque a pessoa ampliou a cozinha, porque ele precisava atender mais gente. O objetivo não é sujeitar o edifício a necessidade eventual do uso, e sim o contrário, o uso tem que se adequar a construção. O papel do IPHAN é vetar um uso danoso ao patrimônio, mas ele não pode obrigar a fazer o uso que ele quer. Ele não pode obrigar a fazer de uma parte uma lanchonete, quando eu quero que seja uma livraria. Mas ele pode dizer: “essa livraria vai ser prejudicial para a preservação”, aí não pode.

Sobre o PAC em 2013, tinha dez milhões de reais só para as fortalezas. Em torno de três milhões foi utilizado só para fazer os projetos, e até hoje estão sendo executados, e são difíceis de terminar, primeiro porque há uma grande demanda de projetos, segundo são poucas empresas que acabaram ganhando quantidades absurdas de projetos para fazer, e com muitos critérios a serem discutidos, e o IPHAN não quer discutir com ninguém e dentro da sua instituição as opiniões são as mais diversas, a ponto das empresas reclamarem que mudaram o projeto cinco, seis, dez vezes ou mais. Não há discussão com a UFSC, Marinha, Exército. O Exército estava contratando um

projeto com a FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis), para sinalização da trilha de Naufragados (ao extremo sul da Ilha de Santa Catarina, que leva à praia de Naufragados e ao Forte de Naufragados), e eu falei para o coronel: “coronel, esse projeto já está pronto”. Ele disse: “como assim, está pronto?” eu disse: “existe um projeto do PAC que o IPHAN está fazendo desde 2013”. E ele perguntou: “mas como é que nós não sabemos?” Não há um diálogo com as instituições, ao ponto das pessoas estarem contratando algo que já está contratado, e está pago. Mal feito, mas está feito.

Jefté: Esses dez milhões eram ou é suficiente?

Tonera: Não. Só para tu ter uma idéia, eles (IPHAN) abriram mão da nossa expertise, do nosso conhecimento e até mesmo como usuários .

Jefté: Há projetos para acessibilidade, e permitir ao cadeirante ter acesso às fortalezas?

Tonera; Sim. Só que os projetos de acessibilidade também não são das melhores. Que precisa ser discutido isso. Passou-se muito tempo não discutindo critérios de reforma sobre as fortalezas. Contratou-se uma empresa para executar o projeto, tendo ela que definir os critérios. Ela define mas o IPHAN não concorda. Tu reboca ou não reboca, faz isso ou não faz? Nós estamos em sinuca de bico (expressão que denota uma pessoa que se encontra sem saída, uma situação complexa). E agora nós estamos mais amarrados ainda. Nesse ano as perspectivas não são boas. Não são boas porque nós temos uma série de necessidades de intervenção nas fortalezas, de telhado lá na casa do comandante da fortaleza de São José da Ponta que está interdito, porque o telhado está caindo lá.

Jefté: E aquele paiol da pólvora em Ratonas?

Tonera: Eu não vou nem falar naquilo. Lá eu também acho que deveria fazer um projeto de estudo. Ali dava para estudar o edifício do ponto de vista arqueológico, do ponto de vista das ciências materiais, e depois aos poucos ir trabalhando uma proposta de recuperação dele gradual, para consolidar a ruína, depois pensar em uma intervenção que pudesse recuperar ele, deixando os vestígios dessa ruína numa versão mais contemporânea. Tem que amadurecer isso. Mas isso deveria ser discutido pelo IPHAN, que não conversa com a gente. Mas infelizmente, hoje no IPHAN nós temos uma das gestões piores, que nós já tivemos: intransigência, inabilidade política e

administrativa para lidar com instituições parceiras, arrogância institucional e incompetência técnica.

Jefté: Tonera, em 1983, foi idealizado o parque ecológico de Ratonés. Esse parque funciona até hoje?

Tonera: Não.

Jefté: tinha uma associação que estava idealizando um parque ecológico.

Tonera: Em 1983 e 1984 teve uma ação de limpeza, lá. A gente chamava de mutirão amigos do forte, outra ação que o Armando Gonzaga ajudou a fazer pela associação comercial de Florianópolis. O Armando era empresário. E em conjunto com o IPHAN, também foi feito um trabalho de voluntariado, convidando pessoas para ir nos finais de semana, durante todo o ano, aos sábados e domingos, eu acho. Então teve um trabalho de mutirão lá. E aí buscava uma instituição, tinha uma história de ser lá (em Ratonés), uma estação ecológica, sede da estação ecológica dos carijós (é hoje Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio - , cuja sede fica em Jurerê, em Florianópolis, Santa Catarina) que podia ter a sede em Ratonés, mas isso nunca se viabilizou. A questão sempre é operacional. Trabalhar em uma ilha não é fácil; sem telefone, sem internet, sem ter barco, tem que ter estrutura. Mas sobre a questão da acessibilidade, isso também está contemplado no projeto do PAC. Vários tratadistas antigamente falavam: “castelos inexpugnáveis, fortalezas inexpugnáveis” Hoje tem que ser acessado pelo cadeirante. Isso é uma missão das mais inglórias. Acho que a gente pode melhorar bastante a questão da acessibilidade dos fortes, com algumas soluções, uma acessibilidade cem por cento é impossível, mas tem várias ideias. Isso não está sendo discutido nem com a técnica que fez um trabalho sobre acessibilidade que trabalha lá no IPHAN. Ela não participa das reuniões sobre acessibilidade. A acessibilidade deve ser discutida, porque isso pode gerar impactos estrutural e funcional nas fortalezas.

Mesmo que a universidade tivesse dinheiro agora, ganhasse na loteria e quisesse intervir não pode porque não tem projeto, e não pode contratar um outro projeto porque já tem projeto contratado. Não pode contratar projeto duas vezes pra mesma coisa. Esses projetos eram para terminar em 2014, não terminaram, eram pra terminar em 2015, não terminaram, era pra terminar em 2016 e não terminou, e agora é para terminar em 2017 e eu não sei se termina. Se terminar e ainda existir aquela verba de sete milhões (10 milhões era o montante total destinado pelo PAC em 2013, e três milhões foi usado só para elaboração dos projetos)..... seis milhões foi o restaura da

antiga Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis. Com sete milhões não daria nem pra restaurar o quartel da tropa (na fortaleza de Anhatomirim). E é capaz de passar o prazo e mandarem fazer um outro projeto pra mesma coisa. Isso é dinheiro público, como é que vai fazer um negócio e depois se não quiser a gente contrata outro projeto contratar um projeto duas vezes sendo que a gente está dizendo de imediato que nós não queremos, e cabe a nós não querer.

Jefté: Na verdade estão brincando com o visitante que sofre com isso e também com o dinheiro dele, porque ele é o contribuinte.

Tonera: Pra dar tudo certo, primeiro: a gestão (UFSC) tem que querer. Como tu fez a pergunta: “seria melhor a UFSC devolver as fortalezas?”. Se for para ter uma gestão como foi a da Roselane, é melhor devolver. Eu digo isso com muito pesar. Se for para trabalhar dessa forma, completamente desconectada da vida interna da universidade, desconectada de parcerias externas, desconectada de um planejamento de saber o que quer com as fortalezas. Precisa fazer uma decisão, ter um planejamento, precisa ter uma expertise. Se não fizer tudo isso, devolve pra Marinha, a Marinha faz uma parceria público-privada com uma outra instituição, o SESC (Serviço Social do Comércio), com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que vai adotar aquilo para ser qualquer outra coisa. A solução é a universidade entender que precisa definir isso. Está sendo difícil sentar com a direção, porque é sempre: “não dá, não tenho tempo, não sei, não sabemos”, e vai indo, vai passar mais quatro anos. Temos que sentar e planejar as fortalezas. Hoje infelizmente a UFSC como instituição, não sabe o que ela quer com as fortalezas. Não sabe pra que serve. Não sabe o que pretende, não sabe o que vai dar isso.

Jefté: Tonera, falando sobre gestão, tu és um dos coordenadores do Seminário de Cidades Fortificadas e de Gestores Técnicos. Participa gente do México, Uruguai, Brasil, dos Açores também. O último ano que teve foi no Rio de Janeiro, depois foi no México e o último foi no Uruguai. E qual é um dos pontos positivos que vocês comentam e discutem, e quais foram uma das coisas positivas que o Seminário trouxe na questão do âmbito de gestão das fortalezas?

Tonera: Sempre trocar informação, trocar experiência, é sempre essencial. É o que a gente tenta fazer nos eventos. Na verdade o Seminário de Cidades Fortificadas ele parou no Rio mesmo (8º Seminário de Cidades Fortificadas 3º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações, ocorrido entre os dias 22 a 26 de outubro de 2012, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro). O 9º Seminário está para ocorrer aqui (UFSC).

Jefté: O próximo Seminário está previsto pra quando?

Tonera: de 4 a 8 de dezembro (2017). Já está marcado.¹³⁶ Em outubro (2016) foi tomado essa decisão, e desde outubro quando eu voltei do congresso de Montevideú, eu não consegui sentar com ninguém pra conversar sobre o evento. Agora falta menos de um ano. Já tinha que estar tudo montado, o comitê organizador...., Se nós não fizéssemos mais nada esse ano, só esse evento vai dar muito o que fazer. Vai ar uma trabalhadeira enorme. Já tem o PAC tem, as obras que nós estamos fazendo com o dinheiro da universidade, troca de esquadrias agora (Anhatomirim), tudo com recursos da UFSC que ia desonerar o PAC. Ai o IPHAN foi lá e nos embargou a obra dos telhados, porque eles discordavam de bobagens, a cor da telha, se devia trocar a telha toda ou não, o último restauro nas fortalezas ocorreu em 1992 (Anhatomirim). Vinte e cinco anos depois de nunca ter botado um centavo lá, a universidade pela primeira vez bota recursos próprios. Em torno de um milhão foi gasto nos telhados, e depois nas esquadrias que deu uns oitocentos mil. As esquadrias eles (IPHAN) também embargaram. E estava tudo aprovado lá no IPHAN previamente. Embargaram depois.

Jefté: Nessa conjuntura toda, tu se sentes frustrado, esperançoso?

Tonera: Olha, até final do ano passado eu estava bem animado. É por isso que eu digo. Na gestão da Roselane, mesmo que eu propusesse algo de iniciativa minha, não deixavam eu fazer. Hoje, se eu propôr algo, eles me deixam fazer, não me dão apoio nenhum, mas me deixam fazer. Eles dizem: “não, se tu conseguires e viabilizar, pode fazer.” É uma postura que eu acho melhor do que a anterior. Não é a ideal. O legal é se dissessem: “Olha legal. Vamos fazer isso. Nós queremos fazer”. O Banco de Dados (fortalezas.org) precisaria ser uma coisa ligada a Secretaria de Cultura (UFSC), e não uma atividade do arquiteto que ele quer, porque se não o arquiteto se aposenta e o trabalho desaparece. As coisas estão muito no voluntarismo, de quem quer fazer e acha que é importante, mas sem o devido respaldo institucional. Estamos agora com sete estagiários, três da arquitetura, três da história e uma do jornalismo. Mas tem solução. É o que eu digo; a questão é sempre decisão política. Se tiver uma decisão política e uma vontade política para que a coisa aconteça, aí precisa ter planejamento. Se tiver planejamento, tu consegues ter uma visão de onde tu estás e de onde tu queres chegar. A história do Seminário é um motivador. Ao mesmo tempo que é

¹³⁶ O Seminário foi adiado para 2018, em uma data incerta.

uma responsabilidade grande, ele é motivador. Porque todo mundo fora da universidade, principalmente fora da cidade e até do país, eles tem um conceito superbom da universidade, enquanto trabalho com as fortificações. É fruto desses vinte e tantos anos ininterrupto que a gente vem trabalhando sem parar. Começou em 89 e não parou mais. E isso no fundo acaba repercutindo. Tanto que quando eu conheci o Mário Mendonça (coautor com o Tonera do livro “As defesas da Ilha de Sana Catarina e de São Pedro em 1786”), o Mário me perguntou assim: “mas quantas pessoas trabalham no Projeto Fortalezas Multimídia?” Eu disse: “Não. É só eu e os estagiários”. Ele disse: “Eu imaginei que tinha uns quarenta técnicos”. Então a gente conseguiu repercutir isso, por causa da quantidade de coisas que saía na internet, nos jornais, revistas. Nós temos quase sessenta mil pessoas agora na *newsletter*, e nos eventos todos que a gente organizou, as produções e as obras das fortalezas que bem ou mal estão restauradas, estão abertas para visitação. Então, porque a universidade não faz isso? Então isso tudo acaba repercutindo lá fora positivamente. Mas a gente tem que ver que isso é um pouco ilusório, a gente consegue ainda manter uma imagem externa favorável, fruto desse trabalho todo, durante esses anos, mas a gente não está estruturado hoje para dar sequência e..... vamos ver.

ANEXO 2: Entrevista com Joi Cletison Alves, realizado no dia 25/01/2017.

Nome: Joi Cletison Alves¹³⁷ (11/03/1958) Historiador, Fotógrafo e Diretor de Produção. Nome artístico: Joi Cletison. **Contato:** joi.cletison@ufsc.br ou joicletison@gmail.com

Técnico em nível superior, Historiador, contratado pela UFSC em 1982, com trinta e cinco anos de serviços na área artístico-cultural. Atualmente está ligado a Secretaria de Arte e Cultura da UFSC onde atua como Diretor do Núcleo de Estudos Açorianos - NEA/UFSC e exerceu o cargo de Coordenador do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

No NEA/UFSC trabalha com pesquisa e ensino da herança cultural que os açorianos deixaram em nosso estado nas áreas da Literatura, Artesanato, folclore, religiosidade, arquitetura e história. No Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina fez parte da primeira equipe que trabalhou nos restauros das fortificações, sendo responsável pela coordenação do projeto de manutenção e conservação do sistema defensivo da baía norte construído no século XVIII: fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonés.

- Participou da criação e implantação do Departamento Artístico cultural/UFSC em 1984.
- Exerceu as funções de Diretor do Departamento Artístico Cultural/UFSC de 1984 a 1988 e de 1999 a 2000.
- Criou Galeria de Arte da Universidade Federal de Santa Catarina em 1988.
- Coordenador da Galeria de Arte da UFSC de 1988 a 2000.
- Diretor do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC (NEA/UFSC) de 1999 a 2016.
- Coordena o Projeto Saber Fazer de artesanato de referência cultural Açoriana 2007 a 2009. Valorizando e capacitando o produtor de artesanato.
- Coordenador do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina 2007 a 2016.
- Coordenação de intercâmbio Cultural Folclórico Açores/Brasil 1999 e 2016.
- Coordenador do AÇOR - Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina de 1997 a 2015.
- Coordenador do Salão Universitário de Artes Plásticas do Estado de Santa Catarina de 1988 a 1992.
- Membro do Conselho Consultivo do Museu de Arte de Santa Catarina de 1988 a 1992.

¹³⁷ Currículo disponível em: http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_curriculo_joi.pdf Acesso em: 14/02/2017.

- Membro do Conselho Consultivo da Galeria de artes da UFSC de 2000 a 2009.
- Diretor do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina/UFSC de 2007 a 2016.
- Coordena o Projeto Saber Fazer artesanato de referencia cultural Açoriana 2007 a 2016.
- Coordenou o concurso a nível nacional para criação do monumento em homenagem aos 250 anos da imigração açoriana em Santa Catarina e gerenciou a sua construção em 1998.
- Coordenou o concurso internacional para criação do monumento comemorativa aos 500 anos do descobrimento da América e gerenciou a sua construção 1997 a 1998.
- Criação do roteiro do vídeo documentário do AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina de 1992 a 2015 (quatorze edições).
- Coordenação e publicação do Mapeamento da Cultura de Base Açoriana no Estado de Santa Catarina.
- Publicação dos Anais do Colóquio NEA – 30 anos de História, em 2016.
- Realização de dezenas de exposições individuais no Brasil e no exterior (Portugal, Açores, EUA, Canadá).
- Exposições fotográficas individuais: Os Açores, Herança Açoriana, Culto ao Divino Espírito Santo no Brasil Meridional, Impérios do Divino, Açores, Erva Mate, Sepulcro, Músicos, Moro em Florianópolis, Carnaval na Ilha Terceira, A Presença Açoriana na Ilha de Santa Catarina, AÇOR – Festa da Cultura Açoriana e Herança Açoriana na comunidade Gancheira, Polska – Imagens da Polônia e a Rota do Sol Poente.
- Coordenação do Colóquio 260 anos de Herança Açoriana, Florianópolis 2008.
- Criou o Troféu Açorianidade e coordenou o concurso pra criação do protótipo da obra que é entregue anualmente de 1996 a 2008.

Jefté: Quando é que começou o teu envolvimento com o trabalho das fortalezas e quando? E porque trabalhar com as fortalezas?

Joi: Pois, essa é uma grande história. Bom, meu trabalho com o envolvimento das fortalezas já começou no curso de graduação de história em 79-80 (1979-1980), quando eu disse para um professor que existia uma fortaleza na ilha de Ratonés. Ele disse: “não, não existe”! As pessoas conheciam muito pouco sobre as fortalezas, assim como sobre os açorianos. Eu passei a minha graduação toda, e não ouvi falar sobre açorianos. Foi depois da graduação que eu fui me dedicar a isso. Eu tinha participado do primeiro mutirão de limpeza da fortaleza de Ratonés. Deve ter visto falar durante a tua pesquisa. Eu era um dos membros dessa turma aí. O primeiro foi em 79 e depois

veio um em 82 ou 84, o segundo. E nesse meio tempo, entre um e outro, eu propus ao professor pra gente ir lá e fazer umas fotos, documentar isso e trazer e colocar em sala de aula. E naquele tempo não tinha trapiche (para as embarcações poderem aportar na ilha de Ratonés), não tinha nada. Depois eu me envolvi na criação do Departamento Artístico e Cultural (DAC). Fui eu que implantei o Departamento Cultural na UFSC, fui o primeiro diretor. E o DAC estava muito ligado ao processo de restauração das fortalezas. Com a Maria de Lurdes que comandou o processo na época, aquele grande incentivo, de verbas com a Fundação Banco do Brasil, então eu estava sempre nas fortalezas, nós temos uma ligação muito direta com aquilo. Aí caminhou, assumi o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), fiquei a maior parte da minha vida lá, mais de vinte anos, quinze anos na direção, e aí tive uma relação muito próxima, porque, quem influenciou a vinda dos açorianos pra cá foi o Silva Paes (Brigadeiro José da Silva Paes). Então, a gente tem uma ligação muito direta. Falar em açoriano, principal na capital de Santa Catarina e não falar de Silva Paes e não falar das fortalezas, não está falando tudo. Aí eu deixei a parte de cultura, continuei no NEA, e no momento, a uns quatorze anos atrás, um pouquinho mais, eu fui convidado para assumir a coordenação do Projeto Fortalezas. Estava meio complicado a situação, um par de problemas, aí a professora Rosana me convidou, o Lúcio que era reitor, e fiquei durante quatorze anos coordenando o Projeto Fortalezas. Eu já tinha uma ligação com as fortalezas, e fiquei bem mais a isso. Então em vários momentos da minha vida eu fiquei muito ligado às fortalezas.

Jefté: Tu agora estás trabalhando como guia cultural nas fortalezas?

Joi: Eu trabalhei já. Eu e minha ex-mulher tínhamos uma escuna, então durante três anos eu fiz isso. Além de proprietário da escuna eu atuava como guia, porque conseguia passar muitas coisas para as pessoas, que infelizmente os guias que estão lá passam por cima e dizem um monte de coisa que não é verdade, inventam coisas. Essa preocupação a gente tinha, de passar um relato de uma história fiel. Tanto é que é chamado de passeio cultural.

Jefté: Não existem cursos para habilitar esses guias turísticos oferecidos pela UFSC ou por universidades fora da UFSC?

Joi: A gente (UFSC) sempre fez esses cursos. Acabamos de fazer um recentemente agora em novembro (2016). Mas, infelizmente, existem guias e guias. Eu posso dizer até, que a grande maioria conta muita história, fábulas. Inventam coisa, inventam isso, até coisas desagradáveis, como a gente já teve nas fortalezas, e traz até problemas para nós (UFSC), reclamações para quem coordena

e administra aquele patrimônio histórico. Eles estão ali naquele oba-oba, tentando entreter a turma, e nem sempre eles sabem que tem gente no grupo que conhece a história. Então é uma coisa complicada. O guia tem que estar muito bem preparado, porque ele está sempre dando com um público que não tem o menor conhecimento das pessoas que estão ali. Não pode fugir daquela linha.

Jefté: As fortalezas recebem muitos turistas de outros Estados. Mas na tua opinião, o morador daqui, dos municípios vizinhos como Biguaçu, São José e Palhoça, visitam esse patrimônio que está no seu dia a dia? Tu achas que existe visitação por parte dos moradores daqui, ou deveria potencializar isso?

Joi: Existe. Existe muita gente que não conhece as fortalezas. Se tu for ali em Sambaqui que está na frente da fortaleza de Santo Antônio (Ratones), as pessoas lá não conhecem o forte, e dizem: “eu já passei por aqui, eu já passei de barco”, mas nunca desembarcaram lá. A gente nesses treze anos conseguimos fazer um trabalho e melhorou bastante, principalmente em parceria com a Escola do Mar de São José e Escola do Mar daqui (Florianópolis). Os estudantes de Santa Catarina de escolas públicas tem isenção dos ingressos, então eles faziam uma parceria, formavam um barco e iam visitar, ou um ônibus quando ia pra São José (Fortaleza de São José da Ponta Grossa não precisa ir de barco porque não está em uma ilha como Anhatomirim e Ratones), e melhorou bastante. O que acontece; a criança chega lá, conta para o pai, aí motiva o pai a ir. Isso deu um resultado interessante. Mas são muito poucas pessoas que conhecem isso. Conhecem mais de televisão, de divulgação, do que ir lá. Outra coisa interessante que a gente fez, está rolando uns dois anos, ainda na gestão passada (reitora Roselane Neckel), - estava para sair esse ano, eu achei que antes de eu deixar a coordenação ia poder divulgar isso ao público -, é instituímos um projeto, passou no conselho e tudo, e não sei porque não veio a resposta, que era um dia de gratuidade das fortalezas. Isso vai conseguir incentivar muitas pessoas a irem. O ingresso que a gente recebe ali é muito pouco, e é usado na manutenção. Devia ser muito mais, mas não dá para cobrar mais do que isso, porque a ideia é levar gente para lá. Uma família de cinco pessoas que vai lá, que não sejam estudantes, é oito reais, cinco vezes oito é quarenta reais. Então é um custo, mais a escuna, gasta trezentos ou quatrocentos reais em um fim de semana. Então, acaba sendo caro. A gente isentando a taxa em um dia, isso vai ser no primeiro domingo, no segundo domingo, eu não sei, vai ter um dia do mês, a gente vai conseguir levar muita gente, principalmente para São José da Ponta Grossa. Motivou São José, quem sabe motiva a ir na outra. Fora da temporada as escunas podem tentar fazer uma promoção, pode levar mais gente para lá. Na temporada é uma loucura.

Eles não estão nem preocupados com o morador que é daqui. Agora fora da temporada eles ficam pedalando, buscando pessoas, aí pode baixar aí cinquenta por cento do preço deles, e fazer isso.

Jefté: As visitas das fortalezas acontecem mais é na alta temporada. Tu já pensou junto com o pessoal da Secretaria de Cultura em potencializar a visita das fortalezas nos outros meses do ano? Seria possível isso?

Joi: Possível eu acho que é. Independente dos meses, tirando ali de julho e agosto, que o mar é sempre meio complicado, que pode cancelar o passeio, nos outros dias é tranquilo. Março, abril, e junho são meses maravilhosos de conhecer as fortalezas, setembro e outubro. E a gente tem uma visita muito baixa. Eu confesso pra ti que a gente já detectou isso, mas não conseguimos personalizar nada pra tentar levar gente para lá.

Jefté: Talvez divulgação, mídia.....

Joi: É, as fortalezas são muito divulgadas. Talvez com esse dia de gratuidade, a gente pudesse incentivar isso, mas a gente não tem perna, porque as escunas são terceirizadas, nós (UFSC) não temos nada a ver com isso. Eles botam o preço que eles querem e como eles querem. Até o colega nosso, o Toner, bate naquela tecla, que a gente deveria ter um transporte regular para lá e a gente resolvia o problema. Fugia desse monopólio das escunas, podia ir qualquer pessoa. Seria uma coisa muito tranquila.

Jefté: Seria flexível, sem a pessoa ter que passar só quarenta e cinco minutos dentro da fortaleza....

Joi: Lógico. Quando eu vou lá em Anhatomirim eu fico admirando coisas que eu não vi ainda. Eu vivi os últimos quinze anos lá dentro daquela fortaleza. Imagina quarenta minutos. Tu vai ver o quê? Aí tem que escutar vinte minutos o guia, e sobra muito pouco tempo.

Jefté.: Tu passaste bastante tempo na Secretaria de Cultura ligado com as fortalezas, e também já teve experiência como guia. E na linha de frente – como guia -, o que é que tu viu na fortaleza que poderia ser feito para agregar mais valor para que o turista também visite? Uma apresentação teatral?

Joi: Eu acho que todas as apresentações culturais poderiam ser feitas lá. A gente já fez propostas para vários cursos de artes aqui da UFSC. Eu acho que tem anta coisa pra fazer naquela fortaleza, inimaginável. Todos os cursos poderiam estar lá, e pessoas de fora também. Esse tempo a gente fez um final de tarde uma apresentação de jazz na fortaleza de São José da Ponta Grossa. Poxa, aquilo foi divino, rapaz. Até o entardecer colaborou, com um pôr do sol lindo. Aquilo podia acontecer sempre. Nós da UFSC, do Projeto Fortalezas, somos muito poucos, nós não temos pernas pra avançar isso. Governo do Estado e prefeitura ninguém ajuda em nada. Até as placas externas da rua (sinalizando sobre as fortalezas) quem tem que colocar somos nós -, então, se eles topassem fazer parcerias nesse sentido (cultural), ia potencializar aquele espaço, a visitação, porque o primeiro cartão postal que sai divulgando hoje em Florianópolis no turismo..... é dar uma imagem para as fortalezas. Isso é um patrimônio do catarinense, do sul do Brasil. Tem que divulgar. Não é fácil cuidar daquilo. Outra coisa que eu vejo que falta nas fortalezas, talvez sejam umas exposições mais didáticas. Quem for de escuna não vai ter muito tempo, mas quem for de outro transporte vai poder correr aquilo, conhecer um pouco mais aquela história.

Jefté: Mas porque o Estado e o próprio Município não ajudam?

Joi: Eu não sei. Tem vários documentos tentando parcerias com as prefeituras para dinamizar as fortalezas e nunca foram aceitas.

Jefté: Que parcerias seriam estas?

Joi: Por exemplo. Porque que as prefeituras, a Fundação Franklin Cascaes não poderiam fazer espetáculos por mês ou por semana na fortaleza de Ponta Grossa? Cedemos espaço, energia, e a divulgação seria nossa (UFSC). Porque a prefeitura não pode instalar um espaço de comercialização de rendas, peças artesanias em Ratonas ou Santa Cruz (Anhatomirim)? A gente cedia o espaço, dava o barco.

Jefté: O custo para eles seria mínimo.

Joi: Mínimo, nada. As prefeituras deveriam se interessar por isso.

Jefté: Se fala muito que as fortalezas poderiam ser utilizadas, a exemplo do que acontece em outros países como Uruguai e Colômbia, fazer hotéis nas fortalezas. Juntando público e o privado. Na tua opinião isso seria possível, seria viável?

Joi: Na minha opinião, não. Até o IPHAN está com um projeto polêmico, está fazendo um projeto de restauro para fazer uma pousada no Quartel da Tropa (Anhatomirim). A gente é totalmente contra, já deu várias brigas, eu e o Tonerá chegamos a ameaçar de ir ao Ministério Público denunciar isso, estão gastando dinheiro nosso em vão, para uma coisa que não vai ser usado, a gente tem outro projeto. Quem administra aquilo, quem é o proprietário é a UFSC, nós temos um convênio a mais de trinta anos. Eu vejo assim: ficaria maravilhoso, divino, um hotel cinco estrelas ou mais estrelas, uma pousada lá, um preço *top* lá em cima, uma diária que ajudaria a manter aquilo tudo. Mas com isso a gente vai excluir as outras pessoas. Porque, quem vai pagar uma diária hoje em um hotel na fortaleza, eu imagino uns oitocentos ou mil reais por dia, pra ficar naquele paraíso, e quando chega uma guria berrando lá com uma megafone, com um monte de criança berrando? Vamos fazer uma cerca em volta do quartel? Não vai funcionar. A pessoa que paga mil reais em uma diária quer um lugar exclusivo, pra ele e só dele e não quer se incomodar com ninguém. Na Europa existe isso, os castelos, nós não temos dinheiro nunca para entrar numa pousada dessa, e passar uma noite ou meia-noite. Outro problema sério que a gente tem em Anhatomirim, é a única que eu acho que não dá para se transformar em uma pousada, é o problema do esgoto. Imagine com os turistas que passam lá e usam muito pouco os nossos banheiros. A gente já tem o problema do esgoto. Temos o problema de água, a nossa água ainda vem do continente, dá problema na mangueira, tem problema na captação, problema com o lixo. Então teriam muitos problemas para resolver. Mas o mais grave é a convivência do público-privado. Quem pagou uma diária salgada para estar lá, não vai querer conviver com alguém que pagou oito reais e quer fazer um piquenique lá na fortaleza.

Jefté: Sobre o esgoto, como se resolve o problema na fortaleza de Ratonés, Anhatomirim, que estão situadas em uma ilha?

Joi: Em Ratonés nós não temos problema. Ratonés tem uma grande fossa, desde os anos noventa (1990) está instalada, a visitação não é grande, os funcionários não são muitos.

Jefté: Tem o painel fotovoltaico em Ratonés.

Joi: Aquilo ali é ecologicamente correto. Tem energia fotovoltaica, aproveita a água da chuva, as calhas drenam a água para Fonte da Carioca, e tem mais um olho d'água. Então aquilo ali (Ratones) é altamente sustentável. Em Anhatomirim a gente tem uma pequena fonte de água, mas a água é muito ruim. Então a solução foi puxar água do continente. A fossa regularmente tem que drenar. Imagina a operação de guerra que é pra drenar aquela fossa. Anhatomirim está dentro de uma área de preservação ambiental. Tem que levar uns tambores, uns barcos, drenar aquilo para dentro do tambor, chegar no continente, drenar pra dentro do caminhão. Então é uma operação de guerra fazer isso.

Jefté: Tudo isso é feito com os recursos que a fortaleza arrecada com a visitação.

Joi: Acaba fazendo com os próprios recursos. A gente já teve problema, e imagina quando tiver pousada. O tamanho da fossa, a infraestrutura que a gente vai ter para isso tudo de lá. É por isso que o preço da diária vai ter que ser exorbitante.

Jefté: A arrecadação das fortalezas é suficiente pra manter elas? Ou vocês tem um sério problema com isso?

Joi: Hoje as fortalezas devem estar arrecadando oitocentos mil por ano. As três (Anhatomirim, Ratones e Ponta Grossa). A gente tinha uma folha de pessoal para pagar, que deve estar perto de uns quinhentos e cinquenta mil. Então a grande receita a gente paga o pessoal. É tudo terceirizado: bilheteiro, porteiro, jardineiro. A UFSC assume os vigilantes para nós. Se pagasse os vigilantes não daria para pagar o pessoal. Ainda tem as três embarcações, mais o material de jardinagem, pequenas manutenções, e vai esses oitocentos mil. A gente não consegue investir o dinheiro arrecadado em restauro. Trabalhar com restauro em patrimônio é caríssimo. Pagar uma porta ou uma dobradiça que quebrou até dá para pagar. Arrumar o trapiche que a embarcação ao chegar quebra tudo. A falta de parceria com IPHAN também é um problema.

Jefté: E em termos de gestão, tanto por parte da UFSC como por parte do IPHAN?

Joi: Nós temos muitos problemas para resolver. Se a gente tivesse uma cooperação dos órgãos trabalhando juntos, com certeza a grande maioria já tinha resolvido. IPHAN, UFSC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeitura de Governador Celso Ramos, Governo do Estado, Secretaria de Turismo, a gente poderia ter feito muito mais, sei lá, setena por cento dos problemas que temos

hoje. Pode ainda, na hora que juntar essas instituições. Mas com essas picuinhas, não vai levar a lugar nenhum. Vai passar mais dez anos e agente vai estar falando da mesma coisa.

Jefté: No começo do restauro das fortalezas, houve um mutirão, houve um empenho por parte das instituições em levar adiante a parte da reforma do patrimônio que nós temos. Qual a diferença daquele tempo, de vinte e poucos anos atrás, para hoje, que o trabalho não anda?

Joi: Teve emoção, mas eu acho que a cabeça das pessoas que estavam nessas instituições era outra. As pessoas queriam ver aquilo restauradas, prontas, devolvidas ao público, para a visitação. Restaurar é fácil. Faz um projeto para restaurar, e durante dois anos tu restaura e está pronto. Agora dali para frente começa vir os problemas: manter. É muito mais difícil manter do que restaurar. Porque tu chegar com um projeto para restaurar a casa da guarda, através de uma empresa, tu vai restaurar, o nome da empresa vai estar na plaquinha. Agora manter durante dez anos não dá retorno. Já está pronto. E a cabeça das pessoas era outra. O Armando Gonzaga era um baluarte disso. Ele brigava por isso. Tem várias outras pessoas que passaram e que brigaram por isso. É que nem o Toner. O Toner está sempre brigando. A dois anos atrás ele estava desmotivado. Porque aquilo faz parte da vida dele. Ele não consegue ver esses desmandos. Pessoas assim que a gente precisa. Que pensem pra frente. E eu tenho muito para contribuir ainda. Até estou revendo a minha aposentadoria. Eu sempre tive um ritmo muito tenso aqui, trabalhando. A tendência é ficar um pouco mais aqui.

Jefté: Por parte da comunidade acadêmica os alunos, os professores e os outros técnicos conhecem o Projeto Fortalezas?

Joi: Pouca gente conhece na universidade as fortalezas. Apesar de ter entrada gratuita e tudo. Enquanto não tiver uma vontade política do reitor, do pró-reitor de ensino, junto com a gente, a gente não vai conseguir. Nós reunimos vários departamentos. Tu podes trazer qualquer departamento da UFSC pra nós ali, que a gente acha uma atividade para fazer dentro da fortaleza, de laboratórios a ensaios de teatro. Mas infelizmente os professores tem uma rotina, uma comodidade, vai para sala, da sala dá cinquenta minutos de aula e vai para casa. Eles não querem pegar o ônibus e ir na fortaleza de Ponta Grossa, se deslocar e perder uma manhã toda. Eles não conseguem ver o que vai acrescentar para o acadêmico. Levar um acadêmico para a fortaleza de Santa Cruz e dar uma aula de história lá, isso não tem preço. O aluno vai lembrar pra vida dele toda. Quando eu trabalhava de guia – o meu passeio durava uma hora e meia -, eu podia falar um

pouquinho da história de Santa Catarina, a chegada dos açorianos, os conflitos ali na fortaleza, como estava, quem construiu, quem passou por ali.... As pessoas embarcavam de volta e ia agradecer, parecia guri pequeno agradecendo. Aquilo me deixava lisonjeado. Imagina um acadêmico de história, que já gosta disso, muito mais do que qualquer outra pessoa. Em todos os cursos dá para fazer isso. Levar uma turma da arquitetura, para fazer um projeto de desenho de observação, fazer um projeto no computador com as dimensões do Quartel da Tropa no AutoCAD. Na biologia podia estar estudando porque as capivaras estão lá, as piteiras (uma espécie parecida com um cactus, presentes na região do Nordeste brasileiro. Essa planta também pode ser vista na encosta da muralha do Castelo de Alcácer do Sal, em Portugal) são de lá, veio de fora. Tem muita coisa para fazer.

Jefté: As fortalezas hoje, são subutilizadas?

Joi: São. A gente podia ter muito mais coisas lá. Primeiro a gente precisava ter uma equipe maior. Hoje somos o Toner, a Cristiane, eu e agora chegou a Daiane, que é uma pedagoga. Isso a gente toca tudo, o resto é terceirizado. Ter o controle de arrecadação, pra controlar isso é um tédio. Mexer com dinheiro público é complicado. Então, controlar dinheiro, prestar contas, - isso tudo fica na conta única da UFSC -, para comprar um parafuso que está faltando para arrumar o trapiche, isso é um parto. Demora três meses por causa da burocracia. Então isso dá muito trabalho. Então a gente perde nessa burocracia.... Então elas são subutilizadas, porque a gente não consegue ter mais gente pra trabalhar lá. E quando se contrata alguém para essa área cultural e artístico, é o último a ser atendido. Se precisa de um técnico no curso de medicina, vai lá primeiro.

Jefté: E a parceria institucional com o Exército e com a Marinha?

Joi: Nós temos uma relação muito boa tanto com Exército como com a Marinha. O Exército está assumindo a fortaleza de Araçatuba (Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba). Temos o convênio com a Marinha por mais de trinta anos, que é renovado de cinco em cinco anos, e eu creio que esse convênio nunca vai ser revogado, porque para Marinha é interessante. Nos anos cinquenta quando a Marinha estava lá (Anhatomirim) estava em ruínas, hoje está toda restaurada, inclusive a gente cuida do farolete que eles tem lá. Então a relação com o Exército e Marinha é muito boa. A gente não tem a parceria de recursos, isso a Marinha não tem como investir, o Exército não tem como investir.

Jefté: Então, apesar do problema da gestão, não tem perigo das fortalezas voltarem pra Marinha.

Joi: Acho que isso é irreversível. Reitor nenhum na universidade vai ter coragem de fazer isso. Na hora que um reitor fizer, ele vai apanhar tanto, que ele vai ter que rever a questão. Porque é uma coisa que não tem volta. Para começar, é única universidade no mundo, que administra as fortalezas. Tinha uma universidade privada em Santos (é um município portuário da região da Baixada Santista, localizado no litoral do Estado de São Paulo, Brasil) que desistiu. Isso é muito mais do que a metade da vida da universidade (a UFSC foi criada em 12 de março de 1962, e o primeiro convênio da universidade com a Marinha para assumir a fortaleza de Anhatomirim foi em 1979), ou seja, quase quarenta anos. É muito tempo para largar, não tem mais como voltar. Falta a universidade reconhecer aquilo como *campus* da UFSC. Na hora que a UFSC reconhecer isso, até para manutenção fica mais fácil para nós. Para levar um eletricitista para arrumar alguma coisa lá e um parto. Eles dizem: “aquilo não é universidade”. Mas é a universidade. Até provar que aquilo é a universidade, provar para a pessoa que gerencia o setor da eletricidade..... É uma coisa que as pessoas não incorporaram, que aquilo é o campus da UFSC.

Jefté: Apesar de todas essas dificuldades, tu achas que daqui a dez, quinze anos as coisas poderão melhorar?

Joi: Eu penso positivo. Eu acho que tem que melhorar. Deverão melhorar. Daqui a pouco entra um reitor com a cabeça mais aberta, na prefeitura vai entrar alguém com dinamismo, aqui algumas áreas meio complicadas mudam. Acaba que as pessoas que não são ligadas com essa área, arquitetura, história, é muito difícil a gente convencer às vezes um administrador que tem que ir lá para fortaleza mais vezes. É um processo lento, mas a gente vai convencer. Sobre a gestão, estamos com a ideia de criar uma Associação dos Amigos das Fortalezas. Pegar uma coisa privada, que pode captar recurso, e investir nas fortalezas, sem essa burocracia toda da universidade, ou de qualquer órgão público. Então eu vejo que isso talvez desse um resultado interessante. Se for uma associação com dinamismo, que se possa correr atrás, seria um trabalho voluntário. Seria uma coisa totalmente independente da universidade, mas focada na manutenção e preservação das fortalezas. O gestor dessa associação teria um laço estreito com a administração aqui da UFSC e o nível de cobrança eu acho que seria outro. Porque a universidade não vai enfrentar nunca uma prefeitura. Mas uma associação de amigos não tem nada a perder se denunciar se a coisa está indo para o lado errado e colocar na mídia e divulgar. A Tractebel (maior geradora privada de energia do Brasil) não pode dar dinheiro para uma instituição pública como a universidade, mas pode dar para

a Associação dos Amigos fazer um projeto de restauro na fortaleza. Não ficaria presa em licitações. O Brasil relativamente é novo, e as pessoas não aprenderam a valorizar o patrimônio histórico. O próprio Estados Unidos que é um país novo também, já tem essa consciência, o Canadá que é muito mais novo do que gente tem essa consciência. Eles tem o interesse de manter viva essa história. Infelizmente no Brasil a gente não tem ainda, no geral, no Brasil todo, essa consciência de valorizar o patrimônio.

Jefté: As pessoas hoje então não veem as fortalezas como um museu, ou como um patrimônio? Eles só veem algo antigo e velho. É esse o pensamento?

Joi: No geral é isso. Claro que as pessoas que estão nessa área veem aquilo como uma peça museológica, estão cadastradas no estatuto do Estado de Santa Catarina como museus e a nível nacional. Mas as pessoas não conseguem ver aquilo ali como um museu ao ar livre, onde as pessoas podem ir lá e adquirir muito conhecimento, visitando as fortalezas. Eles vão visitar pelo passeio, é lindo, é bonito, mas as pessoas que vão lá visitar algumas delas voltam interessadas, depende do guiamento. Agora, com alguns guias que a gente tem ali, talvez nunca mais voltem. Eu trabalho na UFSC a trinta e cinco anos e eu tenho o grande prazer em trabalhar no que eu gosto. O cara ir naquela fortaleza, ou trabalhar com história local daqui, isso me enriquece tanto, que tu não imaginas. Mas tem pessoas que não pensam assim.

Anexo 3 - Entrevista com Liliane Janine Nizzola, realizado no dia 29/06/2017.

Contato: iphan-sc@iphan.gov.br

Liliane Janine Nizzola tem graduação e mestrado em arquitetura e urbanismo pela UFSC. Atualmente é Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - SC), e tem experiência em temas como: patrimônio cultural, procedimentos normativos, orientação de projetos municipais, preservação ambiental e tecnologia do ambiente construído.

Jefté: O IPHAN, em parceria com o Ministério da Defesa e do Turismo, realizou nos dias 4 e 7 de abril em Recife o Seminário Internacional Fortificações Brasileiras, com o objetivo de construir uma estratégia de gestão para as 19 fortalezas brasileiras indicadas a Patrimônio da Humanidade, entre elas a Fortaleza de Ratonés.¹³⁸ Poderias explicar isso?

Liliane: Esse Seminário tratou da gestão das fortificações indicadas a Patrimônio Mundial. Esse projeto foi apresentado a UNESCO que vai avaliar a candidatura. Um dos requisitos da UNESCO, é que o bem indicado a Patrimônio Mundial tenha uma gestão adequada. O que a gente precisa aqui em Santa Catarina em relação a Fortaleza de Ratonés, que está na lista indicativa, é uma melhoria dessa gestão. Hoje, a UFSC faz essa gestão, o IPHAN fica como fiscal da conservação e apoio técnico, mas o fato é que não temos uma boa conservação das fortalezas tão amplo como se poderia ter. Aqui no IPHAN, conseguimos contratar no âmbito do PAC Cidades Históricas para a Fortaleza de Ratonés: projetos de restauro, projeto de requalificação, acessibilidade e paisagismo e o projeto de sinalização e expografia. Temos hoje finalizados os projetos de requalificação, paisagismo, acessibilidade, sinalização e expografia, e está em fase de projeto básico o restauro de Ratonés. Tendo esses projetos, a ideia é captar recursos, ou buscar mais recursos junto ao governo federal – Caixa Econômica, BNDES. Tendo os projetos, a gente consegue captar recursos. A questão principal é a manutenção. Embora já tenha sido feito um restauro na década de 1990, com uma ação articulada entre o Banco do Brasil, o IPHAN e a UFSC, e de algumas pessoas que foram bastante significativas no processo de conservação das fortalezas, entre eles eu cito o Armando Gonzaga, que foi uma pessoa chave no processo de restauração das fortalezas, o Cyro Corrêa Lira e o José La Pastina Filho – agora aposentado -, e o próprio Dalmo Vieira Filho. Precisamos de uma gestão muito mais qualificada, que de fato revertesse em algum rendimento que pudesse ser aplicado ali nas fortalezas. Por exemplo, a Fortaleza de Ratonés tem pouquíssima visitação, isso

¹³⁸ Relatório dos grupos de trabalho. In: **Seminário Internacional Fortificações Brasileiras: patrimônio mundial.** Recife/PE. Forte das Cinco Pontas. 4 a 7 de abril de 2017. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3281.pdf> Acesso em: 25/06/2017.

pode ser devido ao transporte, ou por falta de uma gestão mais ampla, um pensamento mais amplo de gestão. Tentamos prospectar uma gestão mais integrada, mais ampla. Tentamos contratar uma pessoa para fazer um plano de gestão, mas não conseguimos pessoas que se encaixassem nos requisitos técnicos para serem contratadas.

Jefté: E quais seriam esses requisitos?

Liliane: Precisariamos ter um plano de negócios. A gente, o IPHAN, entende que seria ideal uma parceria público-privada, e é uma coisa que temos uma divergência muito grande com a UFSC, porque eles entendem que é um bem da UFSC e deveria ser usada com projetos de extensão dela. Só que a UFSC utiliza pouco. Eu lembro que quando entrei no IPHAN como Superintendente, eu fui a reitoria, tive que chamar uma reunião de departamentos, para a gente prospectar cursos interessados para utilizarmos mais. Eu sou arquiteta, me formei na UFSC e eu fui só uma vez nas fortalezas durante toda a minha graduação, porque um professor que trabalhava com técnicas construtivas – rebocos e argamassas -, levou a gente para fazer testes no reboco e argamassa da Fortaleza de Anhatomirim. Eu, Liliane, acho que as fortalezas deveriam ser mais aproveitadas pela UFSC, e não sendo, poderia ter um outro objetivo de aproveitamento. Quando fizemos a reunião com a UFSC, teve poucos cursos que se dispuseram a ir as Fortalezas, só que eles entraram em um trâmite administrativo de conseguir ônibus, de conseguir barco, de conseguir mobilidade, de conseguir pessoal, de conseguir motorista, que morreu ali. Sinceramente eu acho que poderia ser mais aproveitado, em uma parceria público-privada, ter um transporte específico e integrado nessa parceria, ter congressos...

Jefté: As escunas já não fazem parte dessa parceria público-privada?

Liliane: As escunas não fazem parte dessa parceria. As escunas fazem passeios turísticos, contratadas pela pessoa física, que vai lá, tem um horário determinado, ela para meia-hora na fortaleza e nada mais. Isso não possibilita a fortaleza ter um atrativo maior, ter um café e um restaurante. Na Fortaleza de Anhatomirim, que é a maior fortaleza ilhada no Brasil, eles ficam apenas quarenta e cinco minutos. Se tivesse uma expografia, se tivesse restaurante, tinha como ficar mais. Mas as escunas não viabilizam. A pessoa quer ficar uma tarde nas fortalezas para fazer um piquenique, se lá vendesse cestas de piquenique, a pessoa vai lá, entra de manhã e sai só de tarde. Deveria ter um tipo de transporte que estivesse integrado nessa concessão. A gente vê inúmeras experiências fora do país, até aqui na América Latina, que dão certo, dessa parceria

público-privada. Eu acho que se o poder público não consegue gerir – e ele não é feito para gerir -, não é o nosso papel, eu acho que deveria abrir a mente para esse tipo de proposta.

Jefté: E a ideia de colocar um hotel nas fortalezas?

Liliane: Depende do hotel. A UFSC acha uma ideia estapafúrdia, porque iria privatizar o espaço. Eu não acho. Pode ser uma pequena pousada. Não tem como ser uma coisa de luxo. Não tem banheiro para ser uma coisa de luxo. Tem que ser uma coisa mais simples. E uma coisa simples não vai atrair interessados a procura de alto padrão, que acaba elitizando a área. Hoje as escunas também não são baratas para se chegar nas fortalezas. Então, é elitizado ou não é elitizado? Impede que tenha uma pousada ou um restaurante? Que tenha um dia grátis para as escolas? Não. Impede que tenha um dia grátis para a comunidade? Não. Sinceramente, eu acho um discurso vazio que uma pousada vai elitizar. Tem que ter sim requisitos, que não seja privatizar, fechar ou limitar acesso. Muito pelo contrário, é dar mais acesso. As fortalezas são bens que custam caro para manutenção. E são os primeiros bens a serem tombados no Brasil. Não tem como deixar esse patrimônio, que se compara a um castelo da Europa, ou a alguma outra fortificação sul-americana, abandonado. Será que não seria viável fazer uma coisa que de fato levasse as pessoas nas fortalezas?

Jefté: Como é que anda o diálogo do IPHAN com a UFSC na questão da gestão?

Liliane: As ideias não estão muito sintonizadas com algumas coisas. O que acontece é que na UFSC sempre teve um grupo que geriu as fortalezas. Isso é bom e ruim. Porquê? Porque já conhecem muito bem as fortalezas, por outro lado tem umas ideias fixas e não estão dispostos em pensar novas ideias. Quando se fala em pousada, já acham que é um absurdo, e não se analisa as possibilidades de uma pousada. Então, eu acho que falta uma abertura. Mas sim, a gente vem conversando. Os projetos da UFSC são de manutenção, eles não tem projetos para as fortalezas. Os projetos de manutenção abarcam as esquadrias, telhados, etc. No começo a gente teve algumas divergências na forma de fazer e depois a gente resolveu. Eles querem continuar essa manutenção e a gente já se disponibilizou a construir junto um termo de referência para não ter novamente esse problema, como ter que embargar. Temos que dialogar mais com uma mentalidade aberta. A divergência se teria hoje em relação a projetos, e o IPHAN contratou via PAC alguns projetos, e nós temos uma perspectiva em relação a esses projetos: de eles serem projetos de restauro e de potencialização daquelas fortalezas. E o que o IPHAN percebe, é que a UFSC quer utilizar esses

recursos do PAC apenas para manutenção das fortalezas. Nós entendemos que a manutenção é responsabilidade do proprietário. Se você, como proprietário de um bem tombado, não consegue fazer isso na sua casa, a alternativa seria vender ou alugar. Se o proprietário não consegue fazer isso, por ser hipossuficiente, aí o IPHAN pode disponibilizar recursos. Isso é uma das principais divergências que temos com a UFSC. Eles querem utilizar o dinheiro do governo apenas na manutenção, e nós do IPHAN não concordamos. O restauro é uma medida mais enfática, e a manutenção é uma medida mais constante. Os dois órgãos têm um papel. O problema é que houve muito tempo em que UFSC não conseguiu fazer essa manutenção, por motivos diversos. O IPHAN entende que o papel da UFSC como mantenedora – proprietária - é manter. O IPHAN não tem esse papel nem para bens privados. Mas, como as fortalezas são bens que tem importância para a cidade e até fora do país, o IPHAN até poderia aplicar recursos de manutenção nelas, assim como outros bens espalhados na cidade. Tem que ter uma expectativa de gerar recursos com a visitação, para minimamente conseguir manter. Não dá pra tudo ser subsidiado com recursos do poder público. É barato entrar nas fortalezas, mas ao mesmo tempo é caro mantê-las, também porque não tem nada lá. Faltam alguns atrativos maiores. É uma gestão que o poder público não está acostumado a fazer. Fica claro que deveríamos ter uma parceria privada. Tem que ter uma perspectiva de negócio que não temos. Ou então se transforma em uma coisa mais focada. Por exemplo, transformar em um museu. O poder público vai gerir, tem um recurso anual destinado àquele espaço, porque as fortalezas são um museu a céu aberto. Nesse caso vai ter uma pessoa que coordena. Mas hoje eu não vejo uma expectativa de termos isso. Nem termos uma transformação em um espaço museal, com a estrutura administrativa necessária. Porque um museu faz atividades, tem exposição temporária, é uma outra dinâmica. Seria ótimo e fantástico. A UFSC tem mais de vinte anos de manutenção das fortalezas, e eu diria que é um tempo suficiente de se entender que a gente deveria avançar. Há um esforço muito grande por parte da UFSC, há muita boa vontade. Mas não é o papel da UFSC fazer gestão de fortalezas. O uso da UFSC nas fortalezas seria com pesquisa e extensão, para os cursos utilizarem aquele espaço, mas não utilizam. Se ela utilizasse as fortalezas no âmbito de seus cursos, o que isso significaria para a melhora da sua gestão? Isso iria trazer mais visitas e mais lucros? Embora tenha gente muito apaixonada dentro da UFSC, IPHAN e fora também, engajada nas fortalezas, não há perspectiva de se ter uma estrutura administrativa.

Jefté: No âmbito dos recursos do PAC Cidades Históricas, tem algum projeto que ainda está trancado, tanto pra Fortaleza de Ratonés como suas coirmãs?

Liliane: Todos os projetos de paisagismo, acessibilidade e requalificação estão praticamente finalizados, e estão na fase de orçamentação. O de sinalização e expografia de todas as fortalezas, também estão em fase de orçamentação. O projeto de restauro, tanto de Ratoles como de Ponta Grossa, estão na fase de projeto básico.

Jefté: Na parte de acessibilidade, isso não significaria mexer em uma parte histórica da fortaleza?

Liliane: Se coloca elementos novos, não se modifica. Só adaptamos. No momento que é colocada uma rampa, pode-se tirar essa rampa e a Fortaleza continua lá. Temos critérios de restauro a utilizar, das cartas patrimoniais, tanto de reversibilidade, como de adaptabilidade, que não se pode interferir no bem tombado.

Jefté: Quais são os frutos colhidos pelo IPHAN, nesse tempo que ela vem lhe dando com os projetos das fortalezas?

Liliane: Quando tivermos os projetos prontos, e conseguirmos executar um projeto, pois a nossa meta seria pegar uma fortaleza e fazer ela toda (no que a gente diverge da UFSC, pois eles querem fazer intervenções pontuais para sanar problemas de conservação, fazendo um telhado em uma fortaleza, outro telhado na outra fortaleza e isso não traz uma visibilidade para a fortaleza que gostaríamos), dessa maneira a fortaleza vai ser potencializada. Queríamos fazer uma intervenção, modificar de fato uma fortaleza, que trouxesse mais qualificação para os espaços, que trouxesse mais exposição para os espaços, e que trouxesse mais acessibilidade, mais sinalização, tudo. Se a gente conseguisse completar uma obra, em uma fortaleza menor, e que vai ter mais resultados, vai trazer mais gente, isso seria um indutor para as outras. A cidade não usa as fortalezas como deveria. Poderia ter um aplicativo, um circuito de visitação passando pelas fortalezas, e não tem nada. Temos muitas praias e parece que isso satisfaz o *trade* turístico, mas na verdade estão deixando de utilizar esse potencial gigante, que são as fortalezas.

Jefté: E de quem é a culpa?

Liliane: Eu acho que é do Município, porque acha que já tem os seus próprios focos determinados, e acaba sendo uma coisa a mais para se pensar, e que não é fácil, pois envolve transporte, envolve trabalhar com as agências de turismo para criar um roteiro de visitação para as fortalezas, enfim...o foco não é nos Fortes, o foco é nas praias. Nada contra. Florianópolis é uma ilha com muitas

praias, mas se a gente conseguisse um passeio que fosse focado no sistema defensivo, eu tenho certeza que seria bacana. E com um atrativo, uma exposição, a possibilidade de se fazer um congresso, uma apresentação, a orquestra sinfônica uma vez por mês na Fortaleza, tem várias formas.

Jefté: Além de fazer um trabalho de fiscalizar as fortalezas, o IPHAN também faz um levantamento de quantas pessoas visitam elas?

Liliane: Não. Quem faz isso é a UFSC, está disponível no site deles. Nós não fazemos esse controle.

Jefté: A curto e a longo prazo, tu vê alguma expectativa de melhora na gestão das fortalezas?

Liliane: A médio prazo eu vejo sim. Temos projetos já um passo importante. Ter um orçamento de quanto esses projetos vão custar é um passo importante, porque tem várias formas de se conseguir depois os recursos, porque uma hora a gente vai conseguir financiamentos. Com os projetos conseguimos ir atrás de parceiros e captar recursos. Deveria ter alguém que assumisse as fortalezas no aspecto mais amplo. E eu não vejo hoje outra solução além de uma parceria público-privada, porque nem o IPHAN e muito menos a UFSC ou o Município conseguem. E as fortalezas tem um potencial incrível que vem sendo subutilizado há anos.

Anexo 4 - Visitantes na Fortaleza de Ratonés na década de 1990

Universidade Federal de Santa Catarina Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Departamento de Apoio à Extensão Divisão de Turismo Educativo Mapa Demonstrativo do Número de Visitantes das Fortalezas - 1993¹³⁹				
Mês	Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Fortaleza São José da Ponta Grossa	Fortaleza Santo Antônio de Ratonés	Sub-Total
Janeiro	29.030	15.300	200	44.530
Fevereiro	23.800	11.200	300	35.300
Março	7.550	2.700	200	10.450
Abril	2.200	1.500	100	3.800
Mai	1.928	1.623	300	3.851
Junho	889	720	-----	1.609
Julho	1.505	2.100	-----	3.605
Agosto	884	1.128	-----	2.012
Setembro	1.322	1.743	-----	3.065
Outubro	251	1.885	-----	2.136
Novembro	-----	2.203	-----	2.203
Dezembro	-----	3.966	-----	3.966
Total	68.331	45.345	800	114.476

¹³⁹(IPHAN) Ratonés. Ilhas dos Ratonés Grande e dos Ratonés Pequena. Pasta 18.

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Departamento de Apoio à Extensão
Divisão de Turismo Educativo
Mapa Demonstrativo do Número de Visitantes das Fortalezas - 1994¹⁴⁰

Mês	Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Fortaleza São José da Ponta Grossa	Fortaleza Santo Antônio de Ratonés	Sub-Total
Janeiro	2.529	14.225	200	16.954
Fevereiro	19.238	10.184	100	29.522
Março	11.290	2.639	20	13.949
Abril	6.350	1.481	-----	7.831
Maió	2.056	383	-----	2.439
Junho	1.550	939	39	2.528
Julho	2.609	2.042	180	4.831
Agosto	2.420	1.474	320	4.214
Setembro	2.865	2.108	308	5.281
Outubro	4.583	3.066	546	8. 195
Novembro	6.423	3.629	1.006	11.058
Dezembro	9. 645	5. 341	998	15. 984
Total	71. 558	47.511	3. 717	122. 786

¹⁴⁰ (IPHAN) Ratonés. Ilhas dos Ratonés Grande e dos Ratonés Pequena. Pasta 18.

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Departamento de Apoio à Extensão
Divisão de Turismo Educativo
Mapa Demonstrativo do Número de Visitantes das Fortalezas - 1995¹⁴¹

Fortaleza Categoria	Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Fortaleza São José da Ponta Grossa	Fortaleza Santo Antônio de Ratones	Sub-Total
Visitante Simples	46.969	1.041	32.383	80.393
Estudante Simples	25.249	277	12.015	37.541
Visitante Duplo	556	635	-----	1.191
Estudante Duplo	1.908	2.238	-----	4.146
Isento	9.987	540	6.760	17.187
Total do Período por Fortaleza	84.669	4.731	51.058	140.458

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Departamento de Apoio à Extensão
Divisão de Turismo Educativo
Mapa Demonstrativo do Número de Visitantes das Fortalezas - 1996¹⁴²

Fortaleza Categoria	Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Fortaleza São José da Ponta Grossa	Fortaleza Santo Antônio de Ratones	Sub-Total
Visitante Simples	55.190	623	33.760	89.573

¹⁴¹(IPHAN) Ratones. Ilhas dos Ratones Grande e dos Ratones Pequena. Pasta 18.

¹⁴² Idem.

Estudante Simples	37.227	600	13.947	51.774
Visitante Duplo	1.095	1.009	-----	2.104
Estudante Duplo	2.641	3.017	-----	5.658
Isento	8.599	396	3.725	12.720
Total do Período por Fortaleza	104.752	5.645	51.432	161.829

Universidade Federal de Santa Catarina Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Departamento de Apoio à Extensão Divisão de Turismo Educativo Mapa Demonstrativo do Número de Visitantes das Fortalezas - 1997¹⁴³				
Mês	Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Fortaleza São José da Ponta Grossa	Fortaleza Santo Antônio de Ratonos	Sub-Total
Janeiro	28.462	14.308	427	43.197
Fevereiro	28.552	11.907	325	40.784
Março	15.384	3.676	271	19.331
Abril	6.714	2.327	1.150	10.191
Mai	4.586	1.801	1.174	7.561
Junho	1.519	1.118	655	3.292
Julho	3.666	2.414	147	6.227
Agosto	1.446	1.434	563	3.443
Setembro	-----	-----	-----	-----
Outubro	-----	-----	-----	-----

¹⁴³ (IPHAN) Ratonos. Ilhas dos Ratonos Grande e dos Ratonos Pequena. Pasta 18.

Novembro	-----	-----	-----	-----
Dezembro	-----	-----	-----	-----
Total	-----	-----	-----	-----

ANEXO 5 – Visitantes nas fortalezas catarinenses no ano de 2016

EXERCÍCIO 2016

ANO 2016			
Fortaleza	Pagantes - Inteira	Pagantes–Meia Entrada	Isentos
Santa Cruz	55.450	29.200	6.676
Santo Antônio	4.750	2.975	2.009
São José da Ponta Grossa	24.424	22.225	8.445
Total Por Fortaleza	Santa Cruz: 91.326	Ratones: 9.734	Ponta Grossa: 55.094

Total de Visitantes: 156.154

Receitas 2016	
Arrecadação - Ingressos	
Janeiro	R\$ 310.800,00
Fevereiro	R\$ 129.300,00
Março	R\$ 39. 600,00
Abril	R\$ 22.600,00

Maio	R\$ 16.350,00
Junho	R\$ 25.520,00
Julho	R\$ 23.300,00
Agosto	R\$ 19.450,00
Setembro	R\$ 44.350,00
Outubro	R\$ 42.950,00
Novembro	R\$ 67.100,00
Dezembro	R\$ 65.200,00
Total	R\$ 806.520,00
Arrecadação – Contratos de Locação	
15/09/2016	R\$ 1.400,00
10/10/2016	R\$ 800,00
Total	R\$ 2.200,00
Total Receita	R\$ 808.720,00

Despesas 2016	
Pagamento de Pessoal terceirizado	R\$ 644.192,16
Energia Elétrica	R\$ 14.214,40
Bolsistas	R\$ 35.280,00
Manutenção dos Barcos, Jardinagem, Gráfica, Trapiche e outros.	R\$ 86.826,26
Combustível Embarcações	Pagamento pela UFSC
Vigilância 24 horas nas três fortalezas	Pagamento pela UFSC
Total de Despesas	R\$ 780.512,82

Balanço 2016	
Total da Receita	R\$ 808. 720, 00
Total das Despesa	R\$ 780. 512, 82
Saldo	R\$ 28. 207, 18

ANEXO 6 – Fotos e Plantas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés



7 - Fortaleza de Ratonés durante os serviços de limpeza realizados em 1962. Observamos o Quartel da Tropa, Cozinha e parte da Muralha completamente tomado pela vegetação. **Fonte:** Waldir Fausto Gil. Acervo de Walter F. Piazza - Date: 1962. **Disponível em:** http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



8 - Limpeza ocorrida na Fortaleza de Ratoes em 1982. Fonte: Edinice Mei Silva, Acervo do DAEX/UFSC - Date: 1982.

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



9 - Fortaleza de Ratores durante as obras de restauração ocorridas em 1990. Fonte: Acervo do DAEX/UFSC -
Date: 1990. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



10 - Fortaleza de Ratoes durante as obras de restauração ocorridas em 1990. Fonte: Acervo do DAEX/UFSC -
Date: 1990. **Disponível em:** http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



11 - Vista dos Quartéis durante as obras de restauração da Fortaleza de Ratonés. Fonte: Acervo do DAEX/UFSC
- Date: 1990. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2

Planta da Fortaleza de S. Antonio, na Ilha dos Ratoes.

- DE. Linha do perfil.
- F. Armazem da Polvera.
- G. Cinco quartéis, feitos para Soldados, e Offi.
- H. Casa do Comandante.
- I. Armazem no Porto.
- L. Corpo da guarda, e entrada da porta.
- K. Casas que de novo se fez.
- MN. Prospecto, visto pela parte, que mostram as letras O P Q.

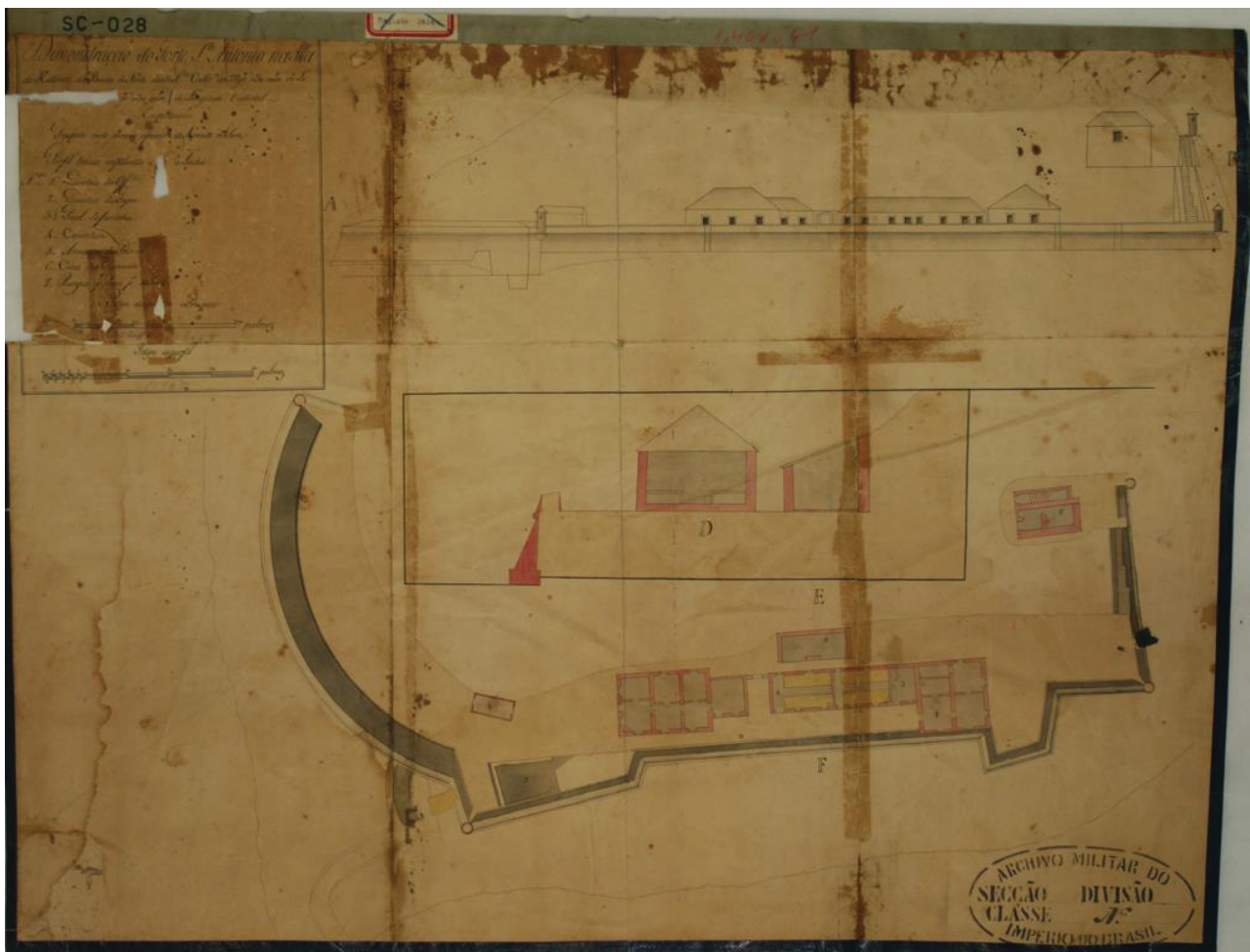
Recupe de palmas.



12 - Descrição da Imagem acima: Planta da Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes, com um corte e uma vista da fortaleza. Contém indicações das edificações.

Crédito: Planta da Fortaleza de Santo Antônio na Ilha dos Ratores - [...] com legenda, com rosa dos ventos, escala em palmos, papel canson, [...], medindo 24cm x 37cm. Data desconhecida. Acervo da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (RJ), localização: 08.02.1734. - Date: 1742.

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



13 - Planta, corte e elevação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. Demonstração do Forte de Santo Antônio na ilha do Ratonos da Barra do Norte da Ilha de Santa Catarina em 27 graus e 30 minutos de latitude....

Explicação:

AB - Prospecto visto do mar a partir do noroeste do forte

D - Perfil tirado na planta sobre a linha E-F

Números:

1-Quartéis dos oficiais

2- Quartéis da tropa

3- Paiol da Farinha

4- Cozinhas

5- Armazém da Pólvora

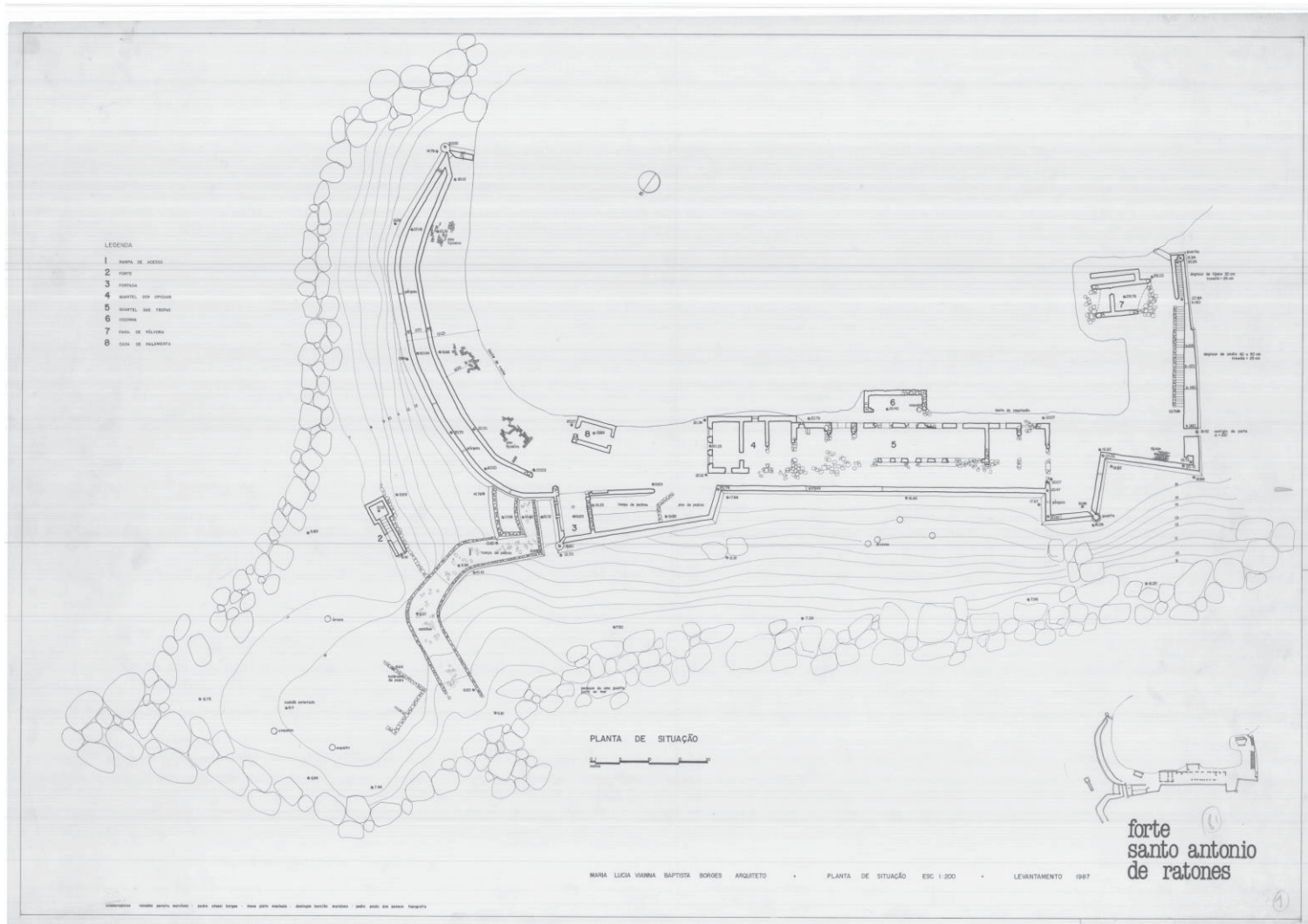
6- Casa da Palamenta

7- Rampa que desce para a porta

8- Petipé [escala] do prospecto e do perfil em palmos

Fonte: Acervo da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (RJ), escala em palmos, papel canson (60,5 cm x 46,5 cm), localização: 08.02.1735.- Date: 1740.

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



14 - Planta Geral de situação, escala 1:200, que integra o levantamento cadastral das estruturas arruinadas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratores, realizado em 1987.

Explicação:

- 1 – Rampa de Acesso
- 2 – Fonte
- 3 – Portada
- 4 – Quartel dos Oficiais
- 5 - Quartel das Tropas
- 6 – Cozinha
- 7 – Paiol de Pólvora
- 8 – Casa de Palamenta

Créditos: Levantamento cadastral das estruturas arruinadas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratores, composto de sete (7) pranchas, autoria de Maria Lucia Vianna Baptista Borges, Florianópolis, 1987, acervo Iphan/SC. - Date: 1987.

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



15 - Vista frontal da Fortaleza de Ratonés. **Fonte:** Acervo pessoal de Jefté.



16 - Placa colocada na Rampa de Acesso à Fortaleza de Ratones. **Fonte:** Acervo pessoal de Jefé.



17 - “Durante a Revolução Federalista (1893), à qual se juntaram os integrantes da Revolta da Armada (1893-94), foi ocupada pelos rebeldes, que ali instalaram dois canhões raiados, um de calibre 70 e outro, Krupp, de calibre 8 (CALDAS, 1992: 85). Um canhão Whitworth, de alma sextavada, permanece ainda hoje "protegendo" o porto da Fortaleza”.

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2

Fonte: Acervo pessoal de Jefé.



18 - Paiol da Pólvora encontra-se até hoje em estado de ruínas. Não tem previsão de restaurá-lo. **Fonte:** Acervo pessoal de Jefé.



19 - Fonte de Água que se encontra no início da Rampa de Acesso da Fortaleza de Rationes. Logo atrás é possível ver as placas fotovoltaicas que abastece a Ilha de Rationes e a Fortaleza de energia cem por cento ecológica. A Fortaleza de Rationes é a única entre as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Ponta Grossa que possui este tipo energia.
Fonte: Acervo pessoal de Jefte.



20 - A Fonte de Água, junto com a Fortaleza de Ratoles, é uma das maravilhas arquitetônicas deixadas pelos portugueses que ainda resiste de pé. **Fonte:** Acervo pessoal de Jefte.



21 - Observamos a Ilha de Ratoes Grande onde foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes. Logo atrás, é possível observar a Ilha de Ratoes Pequena, sem nenhuma construção.

Fonte: Alberto L. Barckert, Acervo do Projeto Fortalezas Multimídia/UFSC - Date: 1999

Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2

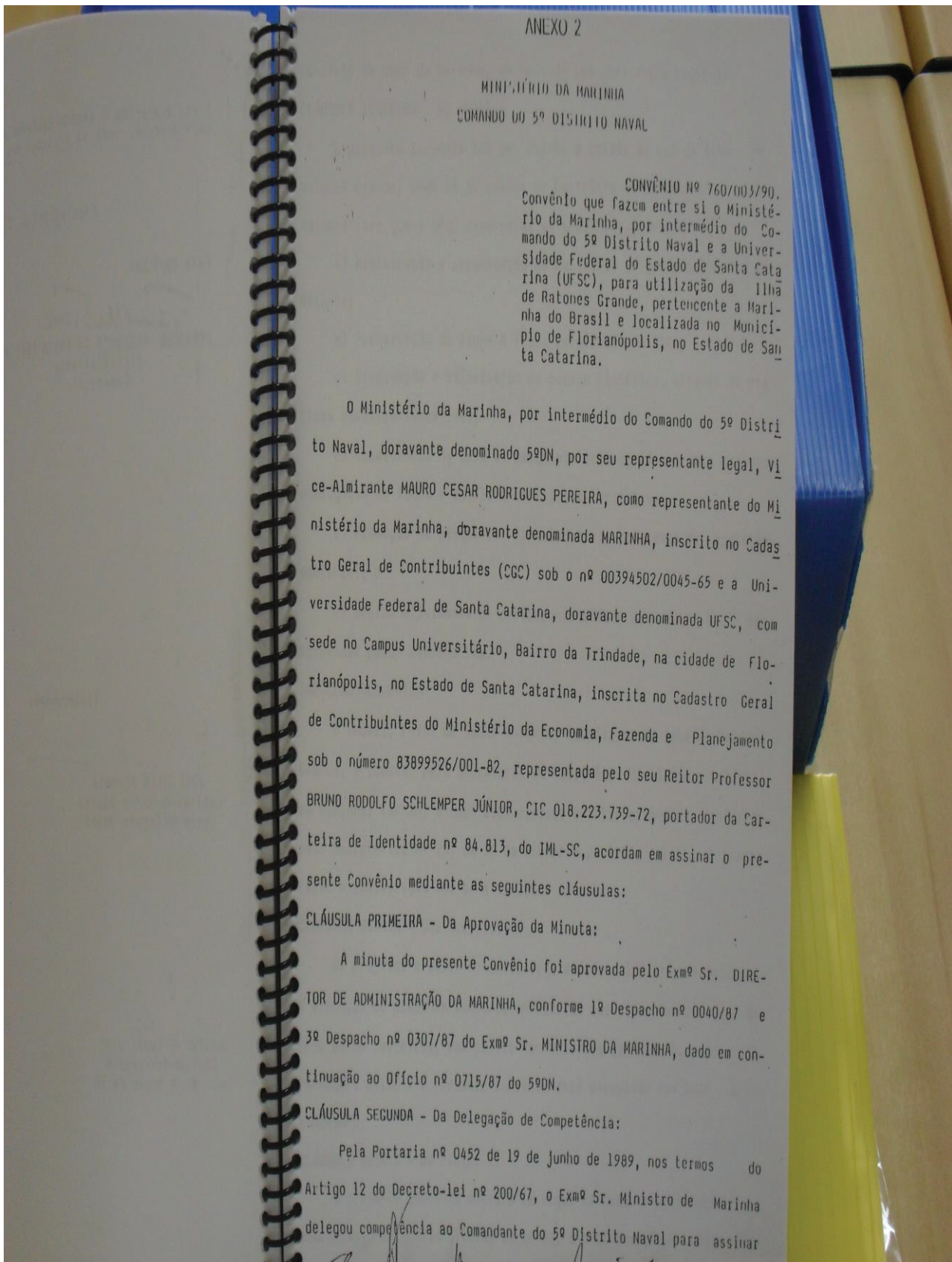


22 - Visita do Presidente dos Açores, o Srº João Bosco Soares Mota Amaral (1976-1995), à Fortaleza de Santo Antônio de Ratoões, em abril de 1991. **Fonte:** Acervo do Projeto Fortalezas da UFSC - Date: 1991. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2



24 - “Detalhe de escavação arqueológica realizada na Bateria Sudoeste, fundos da Casa dos Oficiais, durante as obras de restauração da fortaleza, em dezembro de 1990. Trata-se da primeira de duas ossadas humanas encontradas acidentalmente durante os serviços de execução das instalações hidrosanitárias da construção. Os sepultamentos foram posteriormente datados como da segunda metade do século XIX, período em que a fortaleza abrigou um lazareto para isolamento de doenças contagiosas”. **Fonte:** Paulo Dutra. Acervo do Projeto Fortalezas da UFSC. - Date: 1990. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2

ANEXO 7 – Convênio celebrado entre Marinha de Guerra do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1990, para o uso da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés. Fonte: IPHAN, pasta 18.



Convênio em nome da Marinha, na área de sua jurisdição regional.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto:

O presente Convênio tem por objeto a cessão de uso da Ilha de Ratonos Grande, onde há as ruínas da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos para que a UFSC desenvolva as seguintes atividades:

- a) Restauração e preservação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos;
- b) Preservação da fauna e flora existentes na Ilha;
- c) Divulgação e valorização do acervo histórico, através de práticas didático-educativas;
- d) Localização de base de pesquisas oceanográficas para estudos ecológicos da fauna e da flora marítima e terrestre;
- e) Promoção de pesquisas vinculadas aos programas de proteção ambiental; e
- f) Outras atividades de caráter científico que venham a ser aprovadas pelos convenentes.

SUB-CLÁUSULA-ÚNICA:

O imóvel, Forte de Santo Antônio, localizado na Ilha de Ratonos Grande, é tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a quem cabe exercer a interveniência conferida pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, relativa à preservação e restauração dos bens tombados na Ilha.

CLÁUSULA QUARTA - Dos Recursos:

Os projetos a serem desenvolvidos em decorrência ou necessários à execução do presente Convênio envolverão recursos financeiros da UFSC ou de terceiros, com prévio conhecimento da MARINHA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Convênio será executado sem ônus para a MARINHA.

CLÁUSULA QUINTA - Do Prazo:

O presente Convênio entrará em vigor na data da publicação do seu extrato em Diário Oficial da União, e terá duração de cinco (5)

anos, podendo ser renovado por Termo Aditivo, se do interesse das partes convenientes, que se manifestarão no prazo de noventa (90) dias, antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA - Da Rescisão:

Este Convênio poderá ser rescindido antes do prazo específico na cláusula QUINTA, por qualquer das partes, mediante notificação escrita feita com antecedência mínima de noventa (90) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Obrigações:

Obrigações da MARINHA:

- a) Cooperar, dentro das suas possibilidades, para a conservação do Patrimônio Histórico e para a proteção dos ecossistemas terrestres e marinhos da Ilha de Ratores Grande;
- b) Não exigir quaisquer ônus da UFSC durante a vigência deste Convênio, exceto os que advirão das obrigações por ela assumidas; e
- c) Contribuir, através do Serviço de Documentação-Geral da Marinha (SDGM), na programação e realização de mostras e exposições que divulguem e promovam a memória e tradições navais, com o propósito de fortalecer a mentalidade marítima no Estado de Santa Catarina.

Obrigações da UFSC:

- a) restaurar e preservar a Fortaleza de Santo Antônio de Ratores;
- b) preservar e conservar os recursos naturais existentes na Ilha;
- c) isolar e manter isolado, com cerca de no mínimo dois (2) metros de altura, com postes de cimento, tela galvanizada e arames farpado no alto, a área que compreende as instalações da Fortaleza de Santo Antônio de Ratores do restante da Ilha;
- d) permitir o acesso à área verde somente no interesse da pesquisa e em programas de proteção ambiental;
- e) construir, quando necessário e com o conhecimento prévio e autorização da MARINHA, obras de infra-estrutura para o melhor atendi-

ento dos turistas e pesquisadores;

f) promover a recepção turístico-educativa ao Forte de Santo Antônio de Ratonés;

g) estabelecer e manter serviços permanentes e ininterruptos de guarda e tutela da Ilha de Ratonés Grande;

h) acautelar-se de todos os requisitos legais para que não sejam gerados direitos ou prerrogativas sobre os bens tombados, ou sobre a Ilha como um todo, aos possíveis passadores de recursos necessários à restauração da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés;

l) assegurar os mecanismos de proteção ambiental na área de reserva ecológica;

j) estabelecer base de pesquisas oceanográficas e promover pesquisas vinculadas aos programas de proteção ambiental;

l) cumprir o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, relativo à preservação e restauração de bens tombados, no que se refere à intervenção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN);

m) programar e promover, em conjunto com o Serviço de Documentação-Geral da Marinha (SDGM), mostras e exposições que divulguem e promovam a memória e tradições da MARINHA, com o propósito de fortalecer a mentalidade marítima no Estado de Santa Catarina; e

n) adotar medidas e procedimentos de modo a permitir uma rápida ordenada desocupação das instalações existentes na Ilha, caso estas venham a ser necessárias para utilização militar-naval.

CLAUSULA OITAVA - Das Divergências:

As dúvidas e divergências oriundas do presente Convênio serão dirimidas na forma do Art 109 da Constituição Federal e cujo procedimento é estabelecido nos Cap IV e V do Decreto nº 93.237, de 08 de setembro de 1986 (DOU 09/09/86).

CLAUSULA NONA - Das Cópias:

a) Um extrato do Convênio para publicação em Diário Oficial da

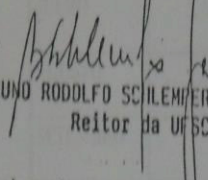
[Handwritten signatures and initials]
- 4 -

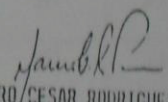
União;

- b) Uma para a Diretoria de Administração da Marinha;
- c) Uma para o Comando de Operações Navais;
- d) Duas para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- e) Duas para o Comando do 5º Distrito Naval;
- f) Uma para a Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina;
- g) Uma para a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina;
- h) Uma para a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina em Florianópolis;
- i) Uma para a Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina;
- j) Uma para a Diretoria Regional do SPHAN em Santa Catarina; e
- l) Uma para o Serviço de Documentação-Geral da Marinha.


E, por assim terem convencionado, declaram as partes aceitar todas as Cláusulas e Condições do presente Convênio que, depois de lido, conferido e achado conforme, assinam em doze (12) vias de igual teor e forma, tudo na presença das testemunhas, que também assinam.

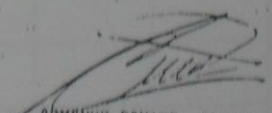
Florianópolis, SC., em 22 de agosto de 1990.

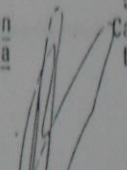

BRUNO RODOLFO SCHEMPER JUNIOR
Reitor da UFSC


MAURO CESAR RODRIGUES PEREIRA
Vice-Almirante
Comandante do 5º Distrito Naval

Testemunhas:


JULIO EXPEDITO CURCIO AVELINE
Capitão-de-Fragata
Comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina


ARMANDO SANTOS FILHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Capitão dos Portos do Estado de Santa Catarina


ROBERTO DE ALMEIDA MORGADO
Capitão-Tenente (QC-CA)
Agente da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina em Florianópolis

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal